

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICA, MOVIMENTOS
POPULACIONAIS E SOCIAIS

ANGÉLICA DE BRITO

**“A CRUZ VENCERÁ O COMUNISMO”: O DISCURSO
ANTICOMUNISTA DO JORNAL FOLHA DO NORTE DO PARANÁ
(1962-1965)**

MARINGÁ
2015

ANGÉLICA DE BRITO

**“A CRUZ VENCERÁ O COMUNISMO”: O DISCURSO
ANTICOMUNISTA DO JORNAL FOLHA DO NORTE DO PARANÁ
(1962-1965)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori

MARINGÁ
2015

ANGÉLICA DE BRITO

**“A CRUZ VENCERÁ O COMUNISMO”: O DISCURSO
ANTICOMUNISTA DO JORNAL FOLHA DO NORTE DO PARANÁ
(1962-1965)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa: Política e Movimentos Sociais.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira
Universidade Estadual da Bahia

Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori (orientador)
Universidade Estadual de Maringá

A meus queridos pais, José e Maria,
que tanto fizeram e fazem por mim.

AGRADECIMENTOS

Estes dois anos de dedicação, paciência e trabalho teriam sido imensamente mais árduos sem o apoio e a compreensão das pessoas que estiveram a meu lado. Gostaria de agradecer inicialmente a meus pais, pelo incentivo e apoio incondicional. A meus irmãos e sobrinhos que, apesar dos meus momentos de ausência, prestaram sempre toda ajuda possível.

A meu orientador de longa data, Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori, pelo suporte, paciência e confiança ao longo desses anos de trabalho.

A meus amigos de graduação e mestrado, professores e alunos, companheiros de jornada, com os quais tive o prazer de compartilhar grandes experiências de aprendizado, científico e pessoal.

Às sempre parceiras, Monique e Josi, pelo ombro amigo nos momentos difíceis, pela companhia e a força que me fizeram persistir na caminhada.

À arquidiocese de Maringá, por permitir o acesso às fontes documentais que estruturam esta pesquisa e à Central de Documentação (CDO) da Universidade Estadual de Maringá que possibilitou a digitalização de parte do acervo utilizado.

À Capes e à Fundação Araucária, pelos 12 meses de bolsa, que permitiram que eu me dedicasse exclusivamente à pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que de uma forma ou de outra me ajudaram durante o tempo em que me dediquei a esta dissertação.

“A CRUZ VENCERÁ O COMUNISMO”: O DISCURSO ANTICOMUNISTA DO JORNAL FOLHA DO NORTE DO PARANÁ (1962-1965)

RESUMO

A presente pesquisa analisa o discurso anticomunista do jornal Folha do Norte do Paraná entre os anos de 1962 e 1965. O periódico católico criado em Maringá no ano de 1962 circulou por diversas cidades do estado até 1979, quando encerrou suas atividades. Compreender as representações do comunismo por ele veiculadas no início da década de 1960 exige que vislumbremos diversos traços da conjuntura política internacional, nacional e regional do período. Nesse sentido, propomos ao longo do trabalho um constante diálogo com o contexto histórico em questão. A polarização política e ideológica característica da Guerra Fria, a intensa campanha anticomunista travada contra o governo de João Goulart, o posicionamento da Igreja Católica frente ao comunismo e o embate gerado em torno do processo de sindicalização dos trabalhadores rurais no norte do estado são alguns dos elementos contemplados pela análise. A Folha do Norte, assim como diversos outros periódicos brasileiros, foi responsável pela disseminação de representações que contribuíram para a consolidação de um imaginário anticomunista no país. Sem perder de vista as variantes de uma esfera mais ampla, optamos por enfatizar os elementos de história regional que nos permitem vislumbrar as características assumidas pela luta contra a “ameaça vermelha” na região.

Palavras-chave: Anticomunismo; Imprensa; Igreja Católica.

“THE CROSS WILL DEFEAT COMMUNISM”: THE ANTICOMMUNIST DISCOURSE OF THE NEWSPAPER *FOLHA DO NORTE DO PARANÁ* (1962-1965)

ABSTRACT

Current research discusses the anticommunist discourse of the newspaper *Folha do Norte do Paraná* between 1962 and 1965. The Catholic newspaper started publication in Maringá PR Brazil in 1962 and was read in several town and cities of the state of Paraná till the end of its issues in 1979. The representations of communism disseminated by the newspaper in the early 1960s require an analysis of the international and regional political situation. There will be a constant dialogue with the historical issues analyzed throughout this study. The issues underscored in current analysis comprise the political and ideological polarization of the Cold War, the intense anticommunist campaign against the Goulart administration, the stance of the Catholic Church in the wake of communism and the general conflicts around the trade-unionization of rural workers in the northern region of the state of Paraná. The *A Folha do Norte do Paraná*, similar to other Brazilian newspapers, disseminated representations that contributed towards the consolidation of the country's anticommunist imaginary. Without shunning the variants within a wider stance, the facts of regional history that registered the characteristics of the struggle against the “Red threat” in the region are underscored

Keywords: Anticommunism; The Press; Catholic Church.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** - Edição completa do jornal Folha do Norte do Paraná do dia 8 de julho de 1964 30
- Figura 2** – Propaganda eleitoral do candidato a deputado estadual Narbal May publicada no jornal Folha do Norte do Paraná, edição do dia 30 de Setembro de 1962 51
- Figura 3** – Propaganda eleitoral do candidato a deputado estadual Elias Karam publicada no jornal Folha do Norte do Paraná, edição do dia 25 de Setembro de 1962 52
- Figura 4** - Tirinhas publicadas no mês de maio de 1965 que evidenciam um dos traços assumidos pelo discurso anticomunista do jornal Folha do Norte, a crítica aos países comunistas 83
- Figura 5** – Multidão que participou da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em Londrina na tarde do dia 4 de abril de 1964..... 110
- Figura 6** - Desfile realizado por ocasião da fundação da Frente Agrária Paranaense na cidade de Maringá no dia 13 de agosto de 1961..... 120
- Figura 7** – A imagem do deputado Francisco Julião discursando durante o 2º Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Paraná realizado na cidade de Maringá122
- Figura 8** - Imagem comemorativa do 2º aniversário da Frente Agrária Paranaense publicada no jornal Folha do Norte do Paraná de 11 de Agosto de 1963..... 125
- Figura 9** – Ilustração publicada em homenagem ao terceiro aniversário da FAP que destaca a consolidação da vitória cristã frente ao comunismo representada pela tomada do poder pelos militares em 1964..... 127

LISTA DE SIGLAS

ACOPA	Associação Comercial do Paraná
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANSA	<i>Agenzia Nazionale Stampa Associata</i>
AP	Ação Popular
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CBA	Cruzada Brasileira Anticomunista
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CUTAL	Central Única dos Trabalhadores da América Latina
DOPS – PR	Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná
FAP	Frente Agrária Paranaense
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
LEC	Liga Eleitoral Católica
LIMDE	Liga da Mulher Democrata
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MMC	Movimento por um Mundo Cristão
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OEA	Organização dos Estados Americanos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TFP	Sociedade Brasileira de defesa da Tradição, Família e Propriedade
UCF	União Cívica Feminina
UDN	União Democrática Nacional
UHLB	União dos Homens Livres do Brasil

ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UPI	<i>United Press International</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR	Vanguarda Armada Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. O JORNAL FOLHA DO NORTE DO PARANÁ: ASPECTOS METODOLÓGICOS DO TRABALHO COM FONTES PERIÓDICAS.....	17
1.1 A TRAJETÓRIA	21
1.2. A ESTRUTURA.....	25
2. A CONSTRUÇÃO DO ESTIGMA DA “AMEAÇA VERMELHA”: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA BRASILEIRO.....	31
2.1 A IGREJA NA BATALHA CONTRA A “AMEAÇA VERMELHA”: O ANTICOMUNISMO DE ORIGEM CATÓLICA	36
2.2 INCOMPATIBILIDADES ENTRE COMUNISMO E CRISTIANISMO	40
2.3 AS LIGAS ELEITORAIS CATÓLICAS.....	47
2.4 OS SÍMBOLOS CATÓLICOS NA LUTA CONTRA O COMUNISMO.....	53
2.5 A IGREJA E O GOLPE DE 1964	58
3. O ANTICOMUNISMO NA CONJUNTURA POLÍTICA DO PRÉ-GOLPE DE 1964	69
3.1 A GUERRA FRIA E O COMBATE AO COMUNISMO NA AMÉRICA NAS PÁGINAS DO JORNAL FOLHA DO NORTE DO PARANÁ	70
3.2 A “AMEAÇA VERMELHA” NO CENÁRIO NACIONAL: A CAMPANHA ANTICOMUNISTA DO INÍCIO DOS ANOS DE 1960	86
3.3 A FOLHA DO NORTE E O APOIO AO GOLPE DE 1964	103
3.4 AS MARCHAS DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE.....	106
4. O DISCURSO ANTICOMUNISTA DO JORNAL FOLHA DO NORTE NO CONTEXTO REGIONAL DO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960.....	113
4.1 O PCB E O PROCESSO DE SINDICALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NO PARANÁ	114
4.2 O EMBATE ENTRE COMUNISTAS E CATÓLICOS EM TORNO DOS SINDICATOS RURAIS NO NORTE PARANAENSE	118
4.3 A IMPRENSA NA DEFESA DO SINDICALISMO CRISTÃO: A ATUAÇÃO DA FAP NAS PÁGINAS DA FOLHA DO NORTE DO PARANÁ	123
4.4 SOB O ESTIGMA DA “AMEAÇA VERMELHA”: A PERSEGUIÇÃO AOS COMUNISTAS NAS PÁGINAS DA FOLHA DO NORTE DO PARANÁ	134
4.5 O GOLPE DE 1964 E A PERSEGUIÇÃO AOS LÍDERES SINDICAIS NO PARANÁ	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
FONTES	148
REFERÊNCIAS	148

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas têm crescido consideravelmente o número de trabalhos que analisam o anticomunismo como um fenômeno político e cultural de grande relevância na história do Brasil República. Seu caráter mobilizador desempenhou um papel fundamental em inúmeras conjunturas ao longo do século XX no cenário nacional. A crise política do início da década de 1960 que culminou com o golpe civil militar de 1964 é apenas um dos exemplos que podemos mencionar. No entanto, sua atuação não se restringiu aos períodos de maior mobilização contra o avanço de forças identificadas como comunistas, ainda que de fato tenha se tornado mais evidente nessas conjunturas. O anticomunismo precisa ser pensado também como um importante elemento da cultura política nacional. Relevante para as classes médias urbanas, o campesinato e principalmente para as elites econômicas, preocupadas em manter as estruturas sociais estabelecidas e proteger seus interesses e posições.

A formação do imaginário anticomunista no Brasil é um tema ainda pouco explorado, principalmente em nível regional. Levando-se em conta a dimensão que o fenômeno atingiu em nosso país e a destacada atuação da mídia nesse processo, abre-se um leque de vastas possibilidades para o historiador. A grande quantidade de materiais impressos que veiculou conteúdo anticomunista revela-se atualmente como uma rica fonte de pesquisa. O jornal Folha do Norte do Paraná, fez parte desse conjunto de veículos de informação, que contribuiu para a disseminação de ideias anticomunistas por todo o país.

O periódico foi fundado no ano de 1962, na cidade de Maringá, e circulou por mais de cem municípios do interior do estado até 1979, quando encerrou suas atividades. Em nome do combate à “ameaça vermelha”, a Folha do Norte nasceu como um empreendimento ousado para a jovem cidade canção. O grande articulador desse ambicioso projeto foi o então bispo diocesano dom Jaime Luiz Coelho, figura extremamente influente em toda a região, cuja trajetória se confunde com a própria história de Maringá.

O objetivo principal do presente trabalho consiste em analisar como o comunismo foi representado nas páginas do jornal Folha do Norte do Paraná entre os anos de 1962 e 1965. Tal termo foi aqui pensado ponderando-se a amplitude com que foi empregado pelo discurso jornalístico do referido periódico. Nesse sentido foi considerado de uma maneira abrangente contemplando ideologia, adeptos, simpatizantes, organizações políticas e regimes de governo não necessariamente ligados ao movimento comunista internacional e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A noção de “comunismo sem comunistas”, desenvolvida por Rodeghero (2007) oferece uma perspectiva de interpretação pertinente para pensarmos o fenômeno anticomunista analisado neste trabalho. A partir de uma série de entrevistas, a autora buscou averiguar de que forma a pregação do clero gaúcho sobre o comunismo atingiu os fiéis entre o final da Segunda Guerra Mundial e o golpe de 1964. Foi possível constatar durante a pesquisa, a noção nebulosa e abstrata que os entrevistados possuíam a respeito do comunismo. Os depoimentos revelam que a grande maioria desconhecia qualquer ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a existência de elementos comunistas em suas respectivas cidades, apesar de temerem o comunismo. O medo era real, porém não se encontrava associado à imagem de uma pessoa ou partido. Segundo a autora, “a falta de maior clareza sobre um certo perigo ou inimigo não diminui as razões para que as pessoas sintam medo dele” (p.96).

A história do PCB em Maringá é um tema ainda pouco explorado. O que temos são relatos de militantes que atuaram na região, sobretudo, no meio sindical. Em relação à sua estruturação partidária e quantidade de membros, pouco sabemos. Nesse sentido, acreditamos que a identificação de determinados indivíduos como “comunistas” foi realizada, na maioria dos casos, de forma genérica.

O recorte temporal, que abrange os três primeiros anos de circulação do jornal, foi pensado em função dos próprios objetivos da pesquisa. Os 37 meses contemplados pela análise representam um período no qual, por diversos motivos, o combate ao comunismo se apresentou de maneira mais intensa. Com o golpe civil militar de 1964 e a perseguição desencadeada contra os comunistas, a Folha do Norte do Paraná, progressivamente, abandonou o posto de combate à “ameaça vermelha” que havia ocupado até então.

A gestação do periódico ocorreu em meio a um contexto conturbado que agregou diversos elementos do cenário político, econômico e social do início da década de 1960. Assim sendo, buscamos analisar a contribuição de cada um destes fatores, tanto para a criação do jornal como para a sustentação do seu discurso. O contexto internacional marcado pela polarização característica da Guerra Fria, a intensa campanha anticomunista travada contra o governo de João Goulart, o posicionamento da Igreja Católica frente ao comunismo e o embate gerado em torno do processo de sindicalização dos trabalhadores rurais no norte do estado são alguns dos elementos contemplados pela análise.

A elucidativa frase: “A cruz vencerá o comunismo”, que intitula esta dissertação foi retirada de um cartaz de divulgação, publicado na Folha do Norte do Paraná, por ocasião do segundo aniversário da Frente Agrária Paranaense (FAP), em agosto de 1963. O embate entre

a “cruz” e o “comunismo”, anunciado pela publicação, teve como palco principal o norte do Paraná e a cidade de Maringá. Nesse contexto de enfrentamento, o referido periódico atuou como um importante instrumento na divulgação de representações anticomunistas, que por sua vez, foram o foco da nossa análise.

A partir de textos, imagens, manchetes, notícias, quadrinhos, propagandas e diversos outros elementos que compunham o periódico, buscamos analisar a imagem do comunismo que foi veiculada pelo noticiário em questão. Foram analisados os cadernos do jornal Folha do Norte do Paraná referente aos meses de setembro de 1962 a setembro de 1965. Parte deste material encontra-se digitalizado e disponível para pesquisa junto à Central de Documentação da Universidade Estadual de Maringá (CDO/UEM). O restante pertence ao acervo do Museu Diocesano localizado na Catedral Nossa Senhora da Glória em Maringá/PR. Utilizamos também três entrevistas realizadas com pessoas que faziam parte do cenário político maringaense do início da década de 1960.

Com base em uma leitura atenta de todos os exemplares digitalizados para a pesquisa, destacamos a princípio, todas as informações que continham alguma referência ao comunismo. Analisando mais detidamente o material selecionado percebemos que o comunismo foi representado, predominantemente, como um elemento destrutivo e ameaçador. As representações anticomunistas veiculadas nesse período foram, conforme a metodologia adotada, situadas em três esferas.

A primeira delas contempla uma esfera mais ampla, caracterizada pela divulgação de notícias e informações do cenário internacional. Dentro desta perspectiva encontramos uma grande quantidade de conteúdo cujo objetivo era descrever as condições de vida enfrentadas em países comunistas. Eram destacadas sempre a violência, opressão, miséria e a exploração a que estas populações estariam submetidas. Além, é claro, do constante alerta em relação às pretensões expansionistas atribuídas a seus governantes. Em virtude da frequência e do grande apelo anticomunista envolvido, optamos por analisar mais detidamente neste trabalho as representações que faziam referência a Cuba e ao governo de Fidel Castro.

A segunda esfera abrange elementos do cenário político nacional entre os anos de 1962 e 1965. Nesse período, sobretudo às vésperas do golpe de 1964, a grande imprensa nacional divulgou uma série de notícias denunciando a suposta infiltração comunista no país e, de modo especial, na estrutura do governo. Assim como diversos outros periódicos regionais de todo Brasil, a Folha do Norte do Paraná aderiu a essa mobilização e utilizou seus editoriais para alardear a “infiltração comunista” e a necessidade de combatê-la.

Em relação ao terceiro e último plano no qual situamos as representações do comunismo difundidas pelo periódico, podemos destacar a veiculação de um discurso ferrenho contra a expansão da rede de sindicatos rurais sob a influência de membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no norte do Paraná. As lideranças religiosas da região mobilizaram-se para combater este avanço, o que se deu principalmente através da atuação da Frente Agrária Paranaense (FAP), da qual a Folha do Norte foi um importante instrumento de propaganda. Nesta esfera, concentramos os cuidados voltados para uma análise de história regional, sem perder de vista, os procedimentos metodológicos exigidos pelas fontes periódicas. O presente trabalho foi estruturado, em grande parte, considerando-se tais aspectos.

Nesse sentido, propomos no primeiro capítulo uma apresentação do corpus documental da pesquisa. Destacando os aspectos metodológicos que nortearam a sua análise e também a trajetória desse tipo de fonte na historiografia nacional. Realizamos, num segundo momento, uma caracterização geral do periódico abordando aspectos estruturais, históricos e econômicos da publicação. Suas propostas, vínculos políticos e ideológicos, financiamento e publicidade são apenas alguns dos elementos contemplados. Utilizamos para tanto, dados contidos nos próprios editoriais da Folha do Norte do Paraná, informações obtidas através da entrevista com um ex-diretor de redação do jornal e a restrita bibliografia existente a respeito.

No segundo capítulo, “A construção do estigma da ‘ameaça vermelha’: breves considerações sobre a formação do imaginário anticomunista brasileiro” abordamos o processo de cristalização da imagem negativa do comunismo no imaginário social nacional e a importante contribuição do catolicismo nesse processo. Analisamos ao longo do capítulo as representações do comunismo ligadas ao universo cristão que foram veiculadas pela Folha do Norte do Paraná. O jornal era uma publicação católica, criada e mantida por muito tempo à sombra da diocese e de seus representantes. Nesse sentido, nos propomos a pensar o discurso por ela assumido em relação ao comunismo ponderando, tanto os desígnios da instituição a respeito, como a postura assumida pelos clérigos responsáveis.

Assim sendo, analisamos a posição da Igreja Católica na região em relação ao comunismo a partir das imagens, notícias e textos que foram publicados pelo Jornal. Buscamos compreender os pontos de vista, os discursos e as estratégias mantidas pelos representantes locais da instituição frente essa questão. Dentre os exemplares disponíveis para análise foram selecionados todos os artigos que de alguma forma abordavam as relações existentes entre comunismo e cristianismo.

No terceiro capítulo “O anticomunismo na conjuntura política do início da década de 1960” analisamos o contexto político nacional e internacional do período, buscando compreender como essa conjuntura influenciou a linha editorial do periódico no que tange ao comunismo. Como os principais episódios da Guerra Fria foram abordados pelo jornal? Qual a posição adotada em relação ao regime comunista cubano e ao líder Fidel Castro? Até que ponto tais opiniões refletem o posicionamento da linha editorial do periódico? Estas são apenas algumas das questões que norteiam a discussão inicial do capítulo.

Na sequência, abordamos os desdobramentos da campanha anticomunista que precedeu o golpe de 1964. Retomando informações publicadas pela Folha do Norte do Paraná desde 1962, procuramos mapear a consolidação da posição do jornal nessa conjuntura política. Encerramos o capítulo analisando a cobertura realizada pelo periódico das famosas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” nos principais centros brasileiros e também seus desdobramentos no estado do Paraná.

No quarto e último capítulo nos dedicamos à análise do embate ocorrido entre comunistas e católicos no processo de sindicalização dos trabalhadores rurais do norte do Paraná. Analisamos ainda, de maneira mais específica, a forma como tal disputa foi noticiada pelo referido periódico, verificando, de maneira mais enfática, a relevância de estudos de história regional, abordando temas como: a trajetória do PCB no meio rural, a atuação da Igreja católica no norte do Paraná junto ao homem do campo, a criação da FAP e da própria publicação como instrumento na luta contra o comunismo. O papel assumido pela Folha do Norte do Paraná na referida conjuntura teve importantes desdobramentos. A perseguição infringida em seus editoriais contra indivíduos classificados como comunistas foi também alvo de nossa atenção e análise.

1. O JORNAL FOLHA DO NORTE DO PARANÁ: ASPECTOS METODOLÓGICOS DO TRABALHO COM FONTES PERIÓDICAS

Os diversos meses de contato, manuseio, leitura e análise destes cadernos, desde o delicado processo de digitalização dos primeiros exemplares até a elaboração deste trabalho, possibilitaram considerável familiaridade com a fonte. As manchetes impactantes, as estratégias dos anúncios comerciais, a distribuição das notícias, a proposta contida nos textos de cada coluna e os apelos ao público leitor foram tornando-se mais claros com o andamento da pesquisa. A compreensão dessa lógica de funcionamento cumpre um papel importante no trabalho do historiador que lida com fontes dessa natureza.

A utilização de periódicos como fonte histórica no Brasil é consideravelmente recente. Até a década de 1970 eram poucos os trabalhos que se valiam da imprensa para a escrita da história no país. Existem diversos fatores que nos ajudam a entender essa situação. O primeiro deles está ligado à predominância de uma corrente historiográfica responsável por estabelecer certa hierarquia qualitativa dos documentos. De acordo com essa perspectiva as fontes ideais seriam aquelas dotadas de objetividade, neutralidade e credibilidade, além de estarem temporalmente distantes do historiador. Características que aos olhos de muitos estudiosos até meados do século XX os jornais não reuniam.

Segundo Tania Regina de Luca, nesse contexto os jornais eram vistos como pouco confiáveis, pois apresentavam registros fragmentários do presente, produzidos sob a influência de interesses, compromissos e paixões. Eram acusados também de oferecer imagens parciais, distorcidas e subjetivas dos fatos (LUCA, 2008, p.112). Apesar das críticas realizadas pelos *Annales*, a partir da década de 1930, a esta concepção de documento, os periódicos continuaram ainda por muito tempo ocupando uma posição marginalizada no âmbito das fontes históricas. Sua mudança de *status* foi, em grande parte, reflexo das transformações e renovações que marcaram a disciplina ao longo do século XX.

As contribuições teóricas e metodológicas da interdisciplinaridade, a inclusão de novas temáticas e a crescente importância da história cultural nesse processo, ancorada no estudo das práticas e representações sociais, foram alguns dos elementos que atuaram sobre esse deslocamento. Luca (2008) menciona também as mudanças ocorridas na própria forma de analisar um texto, não mais focada somente no que ele tem a dizer, mas na forma como ele diz, nos termos que utiliza, nos significados que constrói e principalmente pelo não dito, ou

seja, as zonas de silêncio que têm muito a revelar. Os discursos adquirem significados de muitas maneiras, não só pelo conteúdo, a forma como é apresentado é uma delas.

A diversificação das temáticas historiográficas está diretamente relacionada ao crescimento do interesse pela utilização dos periódicos como fonte. Os estudos de gênero são exemplos dessa realidade. Existem hoje diversos trabalhos que se utilizaram da imprensa para entender o lugar reservado às mulheres em diferentes épocas. Nesse aspecto, a renovação de que a história política foi alvo também precisa ser mencionada. A abordagem conjunta com a história cultural abriu inúmeros caminhos para a pesquisa tendo como base a imprensa periódica. Não podemos ignorar que os jornais fazem parte do jogo político e possuem uma função estratégica na difusão de valores, modos de vida e ideologias.

A utilização de periódicos como fonte histórica exige do pesquisador inúmeros cuidados. Como argumenta Mariani (1998), apesar da aparente transparência alegada pelos veículos de comunicação, a seleção e a interpretação das notícias são realizadas de forma a favorecer um determinado ponto de vista. Nesse sentido, tal discurso contribui na constituição do imaginário social e na cristalização de uma determinada memória do passado. A versão dos fatos a que a maioria das pessoas tem acesso, e que na maioria dos casos encaram como verdadeira, acaba moldando a opinião pública a respeito de determinado assunto.

Segundo a autora, os fatos são narrados pelo discurso jornalístico como a mais pura expressão da verdade, como se sua interpretação e todos os fatores que sobre ela atuam, seja a impressão do próprio jornalista e da linha política dominante do jornal, não surtiram efeito algum. A ideologia da transparência dos sentidos na linguagem comparece sempre e de diversas maneiras, produzindo o efeito de literalidade, ao mesmo tempo em que apaga o processo de imposição hegemônica de uma determinada interpretação.

Os riscos são diversos e muitas vezes passam despercebidos aos olhos do historiador. Ana Cristina Teodoro da Silva (2013) faz um importante alerta em relação à tendência dos pesquisadores de buscar nos periódicos precisamente aquilo que querem confirmar, desvinculando assim as informações da realidade a que pertencem sem maiores preocupações. Nesse sentido, segundo ela, é preciso abandonar as certezas prévias e as pressuposições ao se deparar com a fonte num primeiro momento. Tentar entendê-la por si mesma, compreender o que estava sendo noticiado para o público alvo naquele período.

A autora menciona três diferentes perspectivas de abordagem da imprensa. A primeira delas contempla os produtores dos discursos e faz referência aos grupos que o jornal representa. A segunda mantém o foco nos leitores e no processo de interpretação e recriação desses discursos. Por último, refere-se a uma análise direcionada para a linguagem

empregada, ou seja, como se dá o funcionamento das representações veiculadas. Apesar de contemplarem objetivos diferentes, as três vertentes dialogam entre si, são complementares.

A publicidade é outro elemento extremamente rico a ser analisado, compreende até hoje uma das principais fontes de recursos da imprensa periódica. Sabemos que os jornais são direcionados para diferentes segmentos do público leitor e que essa divisão é feita, em geral, com base no seu poder de consumo. O tipo e a posição dos anúncios mencionados podem ser eficientes indicadores do público alvo de cada um destes veículos de comunicação.

Tânia Regina de Luca destaca alguns importantes aspectos metodológicos que auxiliam o historiador em sua árdua tarefa. A “materialidade” do jornal é um deles. Formatos, tipos de papel, qualidade de impressão, cores, imagens e diversas outras características podem nos dizer muito sobre o contexto em que o periódico foi publicado. “[...] as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de sua circulação” (2008, p.132). Em suas páginas podemos constatar a própria história da indústria gráfica assim como o lugar social ocupado por cada publicação.

Outro fator a ser considerado é a ordem de disposição das notícias ao longo do jornal. Qual o destaque conferido? Possui ou não imagem? Que tipo de letra e papel foi utilizado? Segundo Silva,

Notícia não é o que aconteceu de mais importante, e sim o que determinado grupo entendeu como tal e consentiu em ser tornado público através da imprensa, dentro de um espaço determinado, de uma forma determinada e para um público determinado (SILVA, 2013, p.110).

O historiador precisa estar atento às motivações que levaram a escolha de determinado fato para se tornar notícia em detrimento de inúmeros outros. Os jornais precisam ser pensados também como espaços de sociabilidade e fermentação intelectual. Nesse sentido é de suma importância identificar e conhecer o grupo responsável pela linha editorial, colaboradores e funcionários.

As características físicas do jornal são dotadas de historicidade, mas não podem ser encaradas isoladamente. Cada periódico está inserido em um dado contexto histórico, que não pode, de forma alguma, ser ignorado. Não podemos perder de vista que eles são produzidos com interesses políticos, sociais e de mercado.

Segundo Regina Aída Crespo (2011), revistas e jornais não são atemporais como os livros, pois tem um compromisso com o imediato e o transitório. Isso possibilita uma ligação muito mais profunda com o contexto político, social e cultural a que pertencem e sobre o qual atuam. Estudá-los significa buscar em suas páginas suas ligações políticas, seu papel social, sua função cultural, seu projeto estético e o resultado de suas apostas ideológicas.

Um argumento compartilhado por todos os autores mencionados é a necessidade de se historicizar os jornais, ou seja, conhecer as principais características dos órgãos de imprensa consultados. É fundamental reconstruir sua história, ainda que este não seja o objetivo do trabalho. Recuperar a trajetória da Folha do Norte do Paraná é um diálogo permanente não apenas com o contexto histórico regional, mas também nacional e internacional. Nesse sentido, nos esforçamos por manter ao longo de todo o trabalho um diálogo constante com a conjuntura histórica em questão. A própria estrutura do texto foi pensada, em grande parte, em função deste esforço.

O legado histórico da Folha do Norte do Paraná é relativamente jovem. Há aproximadamente 35 anos os exemplares do periódico ainda circulavam por diversas cidades do estado e não é difícil encontrar pessoas que a conheceram em plena atividade. Para as gerações posteriores, no entanto, e também para aqueles que por algum motivo não tiveram a oportunidade de apreciá-la, a bibliografia a respeito é ainda muito pequena.

Nesse sentido, propomos a seguir uma breve apresentação da Folha do Norte do Paraná contemplando, além da sua trajetória ao longo dos 17 anos de circulação (1962-1979), as características principais da sua estrutura. Os esforços para a concretização do projeto em si, as dificuldades financeiras e as mudanças no comando da empresa são alguns dos temas trabalhados num primeiro momento.

Posteriormente abordaremos as principais características da sua estrutura que possibilitem ao leitor identificar e construir uma imagem do periódico. Ao longo dos três anos de publicação abrangidos por essa pesquisa (1962-1965) o jornal sofreu algumas alterações no que tange a sua composição estética. Optamos por descrever e analisar aqui a formatação adotada em seu primeiro ano de circulação: 1962.

1.1 A TRAJETÓRIA

O jornal Folha do Norte do Paraná circulou diariamente por aproximadamente cem cidades do interior do estado entre 1962 e 1979. Editada na cidade Maringá a publicação contava, em geral, com oito páginas¹ nas quais estavam distribuídas diversas colunas que traziam notícias e informações variadas do cenário político, econômico e cultural da época. O discurso afinado com os preceitos católicos era outra característica marcante do periódico.

O jornalista Antonio Roberto de Paula, também cronista e poeta maringaense, em sua obra “O jornal do bispo: a história da Folha do Norte do Paraná” realizou uma pioneira e importante pesquisa sobre a trajetória do jornal a partir da ótica de vários de seus ex-integrantes. Segundo ele, mais do que um veículo de informação a Folha do Norte do Paraná foi pensada para se tornar a porta voz da Igreja Católica na região, para agregar os fiéis espalhados pelas inúmeras dioceses e principalmente para municia-los com informações cristãs e anticomunistas (PAULA, 2011).

A Folha do Norte do Paraná ficou também conhecida como “Jornal do Bispo” devido ao papel primordial desempenhado pelo então bispo de Maringá dom Jaime Luiz Coelho. O religioso nasceu em Franca (SP), no ano de 1916 (BARBOSA; PEÑA, 2011). Veio para Maringá em 1957, onde se tornou o primeiro bispo diocesano e arcebispo.

Empreendimento ousado para a jovem cidade canção, a criação da Folha do Norte do Paraná representou um passo importante para o jornalismo maringaense². Em 1961, com a obtenção dos recursos captados para tal fim, o jornal adquiriu a primeira impressora rotativa da cidade. O equipamento tornava possível a tiragem de até dois mil exemplares por hora e em duas cores: azul e preto. Um salto tecnológico de grande importância para a imprensa local. Boa parte dos recursos procedia da venda de ações que eram compradas, em sua maioria, por fazendeiros, comerciantes e cerealistas da região. Apesar do caráter financeiro da transação, como aponta Antonio Roberto de Paula (2011), os compradores tinham consciência de que o projeto não tinha fins lucrativos. Tratava-se, antes de qualquer coisa, da prestação de ajuda a um respeitável e influente amigo.

¹ Em edições especiais o número de páginas poderia exceder essa quantidade. Em alguns casos era publicado um segundo caderno contendo informações relacionadas a alguma data especial como o aniversário de cidades da região. As edições de natal e ano novo também traziam páginas extras contendo anúncios de estabelecimentos comerciais com votos de felicitação aos leitores.

² A Folha do Norte do Paraná não foi o primeiro periódico criado na cidade. Em junho de 1950, Avelino Ferreira e sua esposa Leonor do Lago Ferreira, criaram “O Jornal de Maringá”. A partir de 1953 o empreendimento ganhou maior notoriedade sob a administração de Ivens Lagoano Pacheco. Ainda na década de 1950 foram criados também o Maringá Jornal, A Hora e a Tribuna de Maringá.

Segundo De Paula (2011), a captação de recursos a partir da venda das ações começou já em 1960. Para tanto, foi criada uma sociedade anônima sob a presidência do bispo. As chamadas ações preferenciais, sem direito a voto, eram vendidas por Cr\$ 1 mil (mil cruzeiros) e podiam ser parceladas em até 10 vezes. A comercialização das ações foi realizada por uma equipe de agentes que percorreram todas as cidades pertencentes à diocese de Maringá e também algumas cidades do interior de São Paulo.

As instalações do jornal, compreendendo o setor administrativo, a redação e as oficinas, ficavam localizadas em um prédio de madeira na Avenida Duque de Caxias, nº284 no centro de Maringá. De acordo com as informações contidas no expediente da publicação, o departamento de publicidade estava localizado no mesmo prédio, porém com saída para a rua Neo Alves Martins (FOLHA DO NORTE, 15 Nov.1962, p.2).

Segundo Adriano Valente (FOLHA DO NORTE, 25 Set. 1962, p.3), a distribuição dos exemplares era feita por meio de correspondentes em cada vila e cidade. Eles eram responsáveis por repassar os cadernos para os assinantes e para as bancas de jornal onde seriam comercializados normalmente. Ao contrário de outros noticiários do gênero, por muito tempo a Folha do Norte do Paraná não trouxe informações sobre o valor dos exemplares, abrindo margem para questionamentos sobre o ajuste de preço e o seu papel na sustentação da estrutura envolvida.

Em entrevista concedida em novembro de 2014, o ex-diretor de redação da Folha, Antonio Augusto de Assis, argumentou que nos primeiros anos de circulação do periódico a venda dos exemplares e a publicidade foram suficientes para sustentá-lo. Porém, com o passar dos anos, problemas financeiros, advindos segundo ele, da falta de habilidade comercial de seus administradores, teriam obrigado a diocese a arrendar o maquinário para terceiros (ASSIS, 29 nov. 2014).

O periódico contava ainda com sucursais em outras cidades do Paraná como Curitiba, Paranaguá, Londrina, Paranaíba, Cianorte e inúmeras outras que foram instaladas ao longo das décadas de 1960 e 1970. Segundo Assis (29 nov. 2014), o trabalho nas sucursais era desenvolvido por um correspondente local, encarregado tanto de distribuir os exemplares para os assinantes como para fornecer informações para a redação. O jornal também era distribuído fora do estado através do trabalho de representantes em São Paulo, Rio de Janeiro e Santos.

Entre julho e agosto de 1962, dom Jaime Luiz Coelho e outros padres se encarregaram de montar a equipe de funcionários que trabalharia no periódico. A cidade de Maringá do início da década de 1960 não contava com muitos profissionais ligados a área do jornalismo. Assim, a equipe da Folha do Norte do Paraná foi composta majoritariamente por indivíduos

de outras áreas que se tornaram jornalistas, fotógrafos e linotipistas através da prática adquirida no trabalho diário.

As propagandas ocupavam parte considerável do espaço disponível no periódico, porém, como salienta De Paula (2011), se a publicação dependesse unicamente desse dinheiro para circular, certamente teria uma vida muito curta. Segundo ele, o poder do rádio e o grande número de analfabetos inviabilizavam qualquer publicação. No início da década de 1960, publicidade não era uma prioridade para os poucos estabelecimentos comerciais existentes no município. Nessa hora, o peso da influência do bispo cumpria um papel importante no trabalho dos vendedores.

Ainda que restrita aos períodos eleitorais, a propaganda política era outra fonte de recursos considerável. Às vésperas do pleito de 1962, por exemplo, alguns candidatos que contavam com o apoio católico chegaram a comprar páginas inteiras para veicular seus apelos ao eleitorado.

Apesar das dificuldades, em pouco tempo a Folha do Norte do Paraná se consolidou como o principal jornal da cidade. No entanto, dois anos após sua fundação, em virtude de problemas financeiros, o periódico deixou de ser administrado pela diocese e passou para as mãos da Rede Paranaense de Rádio³. Em relação a tais problemas que levaram ao arrendamento do jornal existem suspeitas de fraude na venda das ações. Segundo De Paula (2011), ainda que não possa afirmar categoricamente, dom Jaime Luiz Coelho em entrevista concedida ao autor, mencionou as irregularidades que teriam ocorrido no processo. O não repasse do dinheiro pago pelos acionistas para a diocese impossibilitou que esta mantivesse o periódico em funcionamento.

A edição do dia 18 de Abril de 1965 trouxe ampla cobertura sobre as mudanças ocorridas na direção do periódico. Após 17 dias sem circular a Folha do Norte do Paraná retornou as ruas com uma nova cara. A formatação do jornal sofreu algumas mudanças, porém sua estrutura se manteve quase que inalterada⁴. Na capa, o texto assinado por dom Jaime Luiz Coelho intitulado “Verdade e justiça”, anunciava aos leitores as modificações ocorridas. Acreditamos que ao escolher o lema do periódico como título o objetivo do autor era reafirmar a permanência da orientação cristã do jornal, apesar das mudanças.

Nos textos seguintes, publicados na mesma edição e que objetivavam apresentar a nova fase do periódico, essa ideia foi reafirmada. Há um comprometimento por parte dos

³ A Rádio Cultura de Maringá criada em 1950 por Samuel Silveira comandou a Rede Paranaense de Rádio que abrangia 14 emissoras em todo o Paraná.

⁴ A partir dessa edição no quadro de identificação do jornal passou a constar o valor de cada exemplar (Cr\$ 100).

novos diretores de manter as diretrizes cristãs do noticiário. Na terceira página foi publicado um quadro com o novo expediente do jornal. Os cargos de direção foram distribuídos da seguinte forma: Dom Jaime Luiz Coelho permaneceu como diretor-fundador-presidente, a responsabilidade pela empresa era da Rede Paranaense de Rádio, Joaquim Dutra aparecia como gerente e Antonio Augusto de Assis como redator principal (FOLHA DO NORTE, 18 Abr.1965, p.3).

Ainda que o jornal não estivesse mais nas mãos da diocese, a presença e influência de dom Jaime Luiz Coelho continuaram pesando na linha editorial. Sua opinião não poderia ser desconsiderada na hora de decidir o que seria ou não publicado, assim como no que fazia referência às principais decisões ligadas ao jornal.

Joaquim Dutra e Samuel Silveira eram os proprietários da Radio Cultura de Maringá quando arrendaram a Folha do Norte do Paraná. Joaquim permaneceu na direção do periódico até 1973 quando, após desentendimentos com dom Jaime Luiz Coelho, deixou o periódico para abrir, juntamente com Samuel Silveira, Carlos Piovezan Filho e Reginaldo Nunes Ferreira, um novo jornal: O Diário do Norte do Paraná. A equipe de funcionários sofreu um sério golpe com a mudança, visto que vários profissionais acompanharam Dutra. O fotógrafo Nelson Jaca Pupim e os colunistas Valdir Pinheiro, Henri Jean Viana e Frank Silva são alguns exemplos.

Diversos fatores nos ajudam a compreender a crise que se abateu sobre o jornal na década de 1970. Segundo de Paula (2011), o desfalque de funcionários na redação após a saída de Dutra foi grande. A concorrência representada pelo Diário, com seu maquinário tecnologicamente superior, juntamente com a de outros veículos de informação como a Folha de Londrina, que neste período já havia conquistado uma boa penetração na cidade, também precisa ser considerada. A chegada dos aparelhos de televisão, ainda que em menor grau, também afetou a já delicada situação do “Jornal do Bispo”.

No final de 1977, dom Jaime Luiz Coelho decidiu rescindir o contrato de arrendamento que tinha com a Editora 10 de Maio, de Jorge Fregadolli, que havia assumido a empresa com a saída de Joaquim Dutra. Sua intenção era fechar definitivamente o jornal. O periódico havia se tornado obsoleto frente à concorrência e às bandeiras de luta, que outrora deram fôlego e sentido à sua existência, haviam sido, de certa forma, conquistadas. A proposta foi aceita unanimemente pelos acionistas, porém, Fregadolli não acatou a decisão e entrou com uma ação na justiça para manter o jornal em funcionamento. Após alguns meses de batalha judicial, dom Jaime Luiz Coelho venceu a contenda e a redação da Folha do Norte

do Paraná trabalhou pela última vez no dia 09 de Junho de 1979. A respeito do fechamento do periódico De Paula (2011) argumenta:

O que fica latente, sobretudo, é a constatação de que o jornal precisava ser empresa para crescer ou se manter, mas dom Jaime quis continuar a abrigá-lo em sua paróquia. Quando já não era mais possível lutar contra os ventos da modernidade, quando percebeu que o jornal fugia de seu controle e que a missão estava praticamente cumprida, o criador matou sua cria (PAULA, 2009).

Os ex-funcionários entrevistados pelo autor apresentaram versões diferentes sobre os motivos do ocorrido. Tais análises trazem elementos diversos, porém convergentes. A necessidade de modernização do jornal, a concorrência de outros periódicos e veículos de comunicação, a falta de uma administração satisfatória e a falta de interesse do bispo em mantê-la, teriam contribuído para o referido desfecho.

1.2. A ESTRUTURA

Como é característico na imprensa escrita, a Folha do Norte do Paraná trazia na capa manchetes sempre impactantes, polêmicas e instigantes. Algumas eram acompanhadas de imagens e sínteses que permitiam ao leitor ter noção do conteúdo abordado. Grande parte das notícias e reportagens publicadas pelo periódico era fornecida por agências de informação nacionais e internacionais, prática comum no meio jornalístico da época.

A americana *United Press International* (UPI), a italiana *Agenzia Nazionale Stampa Associata* (ANSA) e as nacionais *Asapress* e *Transpress*⁵, eram algumas das principais fornecedoras com que o periódico contava. Visando colher e transmitir para todo o país as principais notícias da região, os idealizadores da Folha do Norte do Paraná criaram também a *Sulpress*. Juntamente com o rádio e o trabalho dos repórteres, tais agências contribuíam para compor a base de dados do jornal.

⁵ A agência nacional *Transpress*, sediada no Rio de Janeiro, contava com um correspondente em Maringá na década de 1960, Antenor Sanches também funcionário da Folha do Norte do Paraná. No dia 02 de abril de 1963 foi publicada na coluna “Destaques administrativos”, assinada pelo próprio Antenor, correspondência do presidente da agência Oswaldo Néri de Sá parabenizando sua atuação na cidade de Maringá (FOLHA DO NORTE, 02 Abr. 1963, p.2).

Alguns pequenos textos dividiam esse espaço privilegiado, juntamente com anúncios e propagandas de estabelecimentos comerciais da cidade. Os avisos da arquidiocese e da própria direção do periódico também eram publicados preferencialmente na capa.

Outro elemento a ser destacado é o quadro de identificação do jornal que contava com as seguintes informações: ano de publicação, cidade, dia da semana e do mês, ano e o número da edição. Além do espaço destinado à propaganda, sempre na parte inferior da lauda, a segunda página contou por muito tempo com um pequeno quadro no canto superior direito que trazia informações sobre o expediente do Jornal. Nele constavam os nomes do diretor superintendente e do diretor responsável. Logo abaixo aparecia o endereço da redação, das oficinas, da administração e do departamento de publicidade. Constava também o endereço dos representantes em São Paulo e no Rio de Janeiro, assim como da sucursal em Curitiba que era administrada por Antonio Buiar.

Logo abaixo do quadro de expediente da Folha do Norte do Paraná era publicada diariamente a coluna “Reconstruir o Mundo”. A coluna foi veiculada pela primeira vez no dia 25 de setembro de 1962, ainda na edição experimental do jornal. No texto de apresentação, o autor não identificado, conferia e ela as atribuições de um “brado de alerta” frente às transformações que, segundo ele, conduziriam a humanidade ao inferno. Citando as palavras do papa Pio XII, quando este se dirigiu aos fiéis de Roma em 10 de fevereiro de 1952, o autor enfatizava a necessidade de se reconstruir todo um mundo de acordo com os preceitos divinos.

Frente à iminente necessidade de mudança, a Igreja foi por ele apontada como única timoneira e guia para a salvação da humanidade (FOLHA DO NORTE, 25 Set. 1962, p.2). A coluna foi apresentada com o intuito de convocar a todos para agirem em prol do bem da sociedade, de acordo com o texto, para reconstruir um mundo que estaria abalado por ter se distanciado de Deus. Nem todos os textos publicados nesse espaço eram assinados, porém acreditamos que a maioria fosse de autoria do próprio dom Jaime.

A coluna intitulada “Folhinhas” localizada no canto inferior esquerdo da página trazia pequenos comentários (de duas a cinco linhas) sobre assuntos diversos. O objetivo era informar o leitor de maneira breve e direta sobre eventos ocorridos na cidade e movimentações incomuns. É válido mencionar que muitos desses comentários eram feitos em tom informal e muitas vezes até mesmo de maneira cômica e sarcástica.

A terceira coluna que ocupou um espaço considerável por muitos anos na segunda página do periódico foi a “Destaques administrativos”, assinada por Antenor Sanches⁶. Trazia informações sobre a vida pública de Maringá e região destacando atuação de seus representantes políticos. O espaço entre as colunas era preenchido com notícias variadas, em geral sobre política.

A coluna “Jornais em Revista” compôs por muito tempo a terceira página da Folha do Norte do Paraná. O local era destinado à reprodução de trechos de matérias publicadas por periódicos de renome nacional. Em geral, eram precedidos por uma breve introdução do tema abordado pelo editorial em questão. A “Folha de S. Paulo”, “O Estado de S. Paulo”, “O Diário de S. Paulo” eram alguns dos periódicos mais consultados e transcritos nesse espaço. Estratégia denominada pelo ex-diretor de redação do jornal, Antonio Augusto de Assis, como “tesourapress” (ASSIS, 29 nov. 2014), prática corrente no meio jornalístico da época.

A coluna “Notas políticas”, publicada também na terceira página, abordava a atuação de políticos de todas as esferas do poder sobre os mais diversos assuntos. O restante da página era tomado por textos de diferentes tamanhos e temas e também por propagandas de casas comerciais da região.

Na quarta página, em geral situada no canto superior direito, encontrava-se a coluna intitulada “Folha de Brasília” que trazia informações sobre as medidas tomadas pelo governo federal direto da capital. Tais notícias eram fornecidas pelas agências de informação “Asapress” e UPI.

A quinta página da Folha do Norte do Paraná era destinada à publicação de textos sobre o cenário político internacional. Localizada na parte superior da página encontrava-se a coluna intitulada “Resenha internacional” que trazia em curtos parágrafos notícias de vários países que foram destaque na imprensa internacional. Na parte inferior da página era publicado o quadro chamado “indicador profissional” no qual eram oferecidos diversos tipos de serviços, principalmente ligados à saúde.

Na sexta página eram divulgadas várias notícias do âmbito regional e nacional. Em geral eram publicados também os textos de Aldo Cipoletto, porém sem um caráter regular. As palavras cruzadas e as propagandas completavam a página.

A sétima página do jornal concentrava diversas informações voltadas para o entretenimento e a vida social de Maringá e região. A coluna intitulada “Crônica social”,

⁶ Além de colunista por mais de 26 anos, Antenor Sanches foi também vereador e radialista em Maringá. Vindo de Santa Catarina chegou à cidade em 1947 de onde nunca mais saiu. É membro da Academia de Letras do município e fundador da Associação dos Pioneiros de Maringá.

assinada por Frank Silva, contava com várias seções. A primeira delas versava sobre a programação dos eventos a serem realizados nos clubes maringaenses e das cidades vizinhas. A “Ala jovem”, espaço destinado a comentar diversos assuntos do interesse da juventude maringaense, também fazia parte da coluna. Os informativos sobre enlaces matrimoniais também eram divulgados nesse espaço.

A coluna “cinema”, assinada por Octacílio Cabral, trazia comentários e indicações sobre os filmes veiculados nos cinemas da cidade. Boa parte das informações publicadas era retirada da revista carioca “Cinelândia”. “Antenando e discomentando”, coluna assinada por Osvaldo Lima, trazia dentre outras informações, a programação das rádios de Maringá e região, assim como letras de músicas de sucesso da época. O horóscopo era assinado por Juan Austral e trazia as previsões diariamente para os leitores.

Parte considerável da página sete era destinada para a coluna intitulada “Folha feminina” que versava sobre vários assuntos destinados ao público feminino do periódico. A coluna era escrita, apesar de não assinada, por Irene Mota, uma das poucas mulheres a trabalhar no periódico. Dentre as seções em que se encontrava dividida, podemos mencionar as seguintes: “você vai gostar”, que continha várias receitas e dicas de culinária e “Pequenos conselhos”, que trazia dicas de beleza e cuidados com o corpo. A coluna apresentava também diversos textos que tinham por objetivo orientar a mulher a ser uma boa mãe, esposa e dona de casa.

A última página do jornal era destinada às matérias e notícias do mundo dos esportes. Duas colunas compartilhavam esse espaço, eram elas: “desfilando o amadorismo” e “na boca do gol”. A primeira trazia comentários sobre os principais times do estado, a programação dos jogos da semana e notícias sobre os jogos de futebol da cidade. No quadro abaixo podemos visualizar a estrutura padrão do periódico com as oito laudas e todas as colunas mencionadas.

A utilização de periódicos como fonte histórica tem conquistado cada vez mais espaço e respeitabilidade no meio historiográfico. A gama de temas a serem explorados é vasta, assim como a dos cuidados a serem tomados, também. Nesse sentido, os aspectos metodológicos acima mencionados nortearam todo o processo de análise documental que compõe este trabalho.

O comprometimento com os ideais católicos, mesmo quando a Folha do Norte do Paraná não se encontrava mais sob a tutela da diocese, foi um elemento marcante ao longo de sua trajetória. As posições políticas adotadas pelo periódico evidenciam e esclarecem o teor dessa ligação. Boa parte das representações do comunismo veiculada em suas páginas

carregava elementos muito próprios do universo anticomunista católico. Características estas que serão analisadas mais detidamente no capítulo a seguir.



Figura 1 – Edição completa do jornal Folha do Norte do Paraná do dia 8 de julho de 1964.
 Fonte: Folha do Norte. (CDO/UEM)

2. A CONSTRUÇÃO DO ESTIGMA DA “AMEAÇA VERMELHA”: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA BRASILEIRO

Adotamos neste trabalho o conceito de anticomunismo utilizado pela historiadora Carla Simone Rodeghero, que define o fenômeno como “uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou aquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas” (2002, p.2). O estigma da “ameaça vermelha” marcou a trajetória de centenas de pessoas e organizações no Brasil ao longo de todo o século XX. Denominações como: “inimigos da pátria”, “tiranos vermelhos” e “soldados de Moscou” revelam a imagem negativa que durante muito tempo foi sustentada pela mídia, embora não apenas por ela, sobre os comunistas.

É importante destacar que no Brasil tais representações antecederam a existência do próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB), criado apenas em 1922. As primeiras notícias de caráter marcadamente anticomunista foram veiculadas pela imprensa nacional no contexto pós Revolução Russa de 1917. Tomamos aqui o conceito de representação como o desenvolve Pesavento (2008), não como uma cópia do real, mas como uma construção feita a partir dele. De acordo com a autora:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2008, p.39).

As representações negativas veiculadas sobre os comunistas por diversos grupos no cenário nacional contribuíram para a formação de um imaginário⁷ anticomunista que se consolidou ao longo do século XX e desempenhou um papel central na vida política do país. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2002), tais representações são provenientes de três matrizes principais, que não raro atuaram em conjunto, são elas: cristianismo, liberalismo e

⁷ Em síntese, podemos entender por imaginário “[...] um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2008, p.43).

nacionalismo. É válido ressaltar que o autor aborda o fenômeno tanto como corrente de pensamento quanto como movimento político, ou seja, que atua tanto no campo das representações como das ações. As centenas de imagens que transmitiam mensagens anticomunistas que foram veiculadas por todo país e as próprias organizações que faziam este trabalho são exemplos dessa realidade. O jornal Folha do Norte do Paraná fez parte desse conjunto de veículos de informação que contribuíram para a disseminação de representações anticomunistas por todo o território nacional.

Os conceitos de representação e imaginário aqui mencionados, fundamentais para se pensar o anticomunismo, evidenciam uma concepção historiográfica do político atrelada à História Cultural. Tal aproximação se deu parcialmente em razão do processo de renovação de que a história política foi alvo na segunda metade do século XX. A chamada “Nova História Política”, que emergiu de um cenário de revisão e mudança, teve no contato e na troca com outras ciências sociais uma de suas principais características. A importação de técnicas de pesquisa, conceitos, problemáticas e métodos foi de suma importância para os novos rumos tomados pelo estudo do político (REMOND, 1996). Sobre a interação entre os dois campos Pesavento (2008) destaca:

Se a História Cultural visa a atingir as representações, individuais e coletivas, que os homens constroem sobre o mundo, a História Cultural do Político difundiu-se, tendo como uma de suas preocupações centrais a definição de uma ‘cultura política’. Esta corresponderia ao conjunto das representações que nutrem um grupo no plano político, ou, como diz Jean-François Sirinelli, uma visão de mundo partilhada, uma leitura comum do passado, uma projeção do futuro a ser vivido em conjunto (PESAVENTO, 2008, p.76).

Por volta de meados da década de 1990 o anticomunismo era um tema ainda pouco explorado pela historiografia brasileira. A maioria dos trabalhos que abordava o fenômeno o fazia de maneira secundária e superficial, privilegiando seu caráter ideológico e instrumental. Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2010), essa realidade refletia uma postura um tanto quanto preconceituosa em relação à direita⁸ no meio acadêmico que perdurou por muitos

⁸ Empregamos os conceitos “esquerda” e “direita” a partir da perspectiva apresentada por Norberto Bobbio (1995). De acordo com este autor o critério básico para distinguirmos a esquerda da direita é a questão da igualdade e sua valorização. Enquanto a primeira teria sempre estado mais voltada para a promoção da igualdade a segunda teria saído sempre em defesa da hierarquia e da desigualdade. A questão da moderação e do radicalismo, em que ambos se aproximam, é também um ponto chave para sua compreensão. Antes de qualquer

anos. Segundo o autor, essa resistência era sintomática de uma visão predominante de acordo com a qual:

À direita estariam as forças políticas ligadas ao atraso social, com ideias primitivas e valores beatos; na visão da esquerda tradicional, se trataria de um universo intelectual e social fadado ao lixo da história, forças que seriam fatalmente superadas pela marcha inexorável do progresso. Por isso a tendência a uma visada superficial da direita, encarada mais como objeto de escárnio do que como tema de pesquisa (MOTTA, 2010, p.19).

O distanciamento temporal possibilitou que o campo da direita, como objeto de estudo, se tornasse um polo de atração para muitos estudiosos. Hoje, bem menos sujeita a preconceitos, essa área apresenta enriquecedoras oportunidades de pesquisa. Distância que propiciou um clima menos hostil para o ofício do historiador, no qual “(...) tabus e ícones da esquerda vão sendo contestados sem que tais críticas possam ser classificadas de ‘reacionárias’” (FICO, 2004, p. 30).

O desejo de compreender melhor as raízes das experiências autoritárias que o Brasil vivenciou no século XX é apontado por Carla Simone Rodeghero (2002) como criador de uma considerável demanda por estudos focados no anticomunismo. Nos últimos anos tem se multiplicado o número de trabalhos comprometidos com a superação de mitos relacionados ao período ditatorial. Graças a esse esforço historiográfico o apoio civil ao regime instaurado em 1964 é tido hoje como um fato. A partir de tal proposição podemos nos questionar: O que levou milhares de pessoas por todo país a marcharem contra o comunismo e em defesa da democracia, que acreditavam estar ameaçada? Um conjunto de fatores podem nos ajudar a compreender essa conjuntura. Parte deles está ligada ao complexo poder de mobilização do anticomunismo que associou diferentes catalisadores.

Não cabe a este trabalho a realização de uma análise minuciosa sobre as dimensões do imaginário anticomunista no Brasil, visto que já existem obras de grande fôlego que tratam do assunto. No entanto, é necessário destacar alguns aspectos que nos ajudam a compreender a dimensão que o fenômeno atingiu no nosso país.

coisa é preciso se ter mente que lidamos com conceitos basicamente históricos, interpretáveis em contextos precisos nos quais assumem funções e significados específicos. No que tange ao anticomunismo, não podemos restringi-lo ao campo da direita, ainda que tenha se desenvolvido majoritariamente nele. Ao longo do século XX diversos indivíduos e organizações, até mesmo de esquerda, também assumiram posturas anticomunistas. Segundo Motta, “A postura anticomunistas de esquerda encontra seu fundamento básico na crítica aos aspectos repressivos e autoritários do regime soviético” (2002, p.16).

Um dos elementos centrais para se entender o processo de expansão de tais ideias foi denominado por MOTTA (2002) como “indústria do anticomunismo”. Tal expressão designa a exploração vantajosa do “perigo vermelho”, ou seja, a supervalorização da ameaça comunista para se auferir vantagens. Essa prática foi utilizada por diversos agentes e com diferentes objetivos, dentre eles o Estado, a imprensa, grupos políticos e a Igreja. A respeito dos ganhos advindos dessa prática o autor destaca:

Os ganhos podiam ser políticos, na forma de votos, por exemplo, ou apoio popular a medidas de governo; num sentido genérico, crescimento do prestígio de algumas instituições que se colocavam como campeãs na luta contra os “vermelhos”, como no caso da Igreja; e às vezes havia até ganhos pecuniários, quando alguns grupos extorquiam dinheiro dos segmentos sociais abastados a título de combaterem os comunistas (MOTTA, 2002, p.162).

O golpe de 1964 pode ser mencionado como exemplo da atuação desse tipo de “indústria”, pois o anticomunismo foi utilizado como justificativa para uma intervenção autoritária na vida política nacional. Diversos grupos foram beneficiados com a instauração do regime militar, principalmente os que participaram da mobilização para desacreditar o governo Jango perante a opinião pública.

A utilização do rótulo “comunista” para desqualificar um adversário foi uma prática comum. Líderes políticos e candidatos eram os mais visados, no entanto, a categoria era extremamente ampla, abarcando qualquer indivíduo, independente de possuir inclinações de esquerda ou não.

A imagem de combatente anticomunista proporcionava certo prestígio perante a sociedade, principalmente em momentos de medo mais intenso como o período que precedeu o golpe de 1964. Uma das instituições que se valeu dessa estratégia foi a Ação Integralista Brasileira (AIB), seus veículos de imprensa apregoavam intensamente a ameaça comunista.

É evidente que as representações a respeito do perigo comunista foram, muitas vezes, manipuladas e exageradas, no entanto, não se pode reduzi-las única e exclusivamente a sua faceta oportunista. Existia um fundo de verdade nesse sentimento de ameaça, muitas pessoas temiam e recusavam o comunismo e tinham razões firmes para isso. É compreensível que católicos, liberais e nacionalistas repudiassem as ideias comunistas, já que estas representavam uma ameaça a seus valores tradicionais, daí aderirem ao combate por

convicção. Como adverte Motta (2002), em relação à manipulação do imaginário anticomunista é preciso evitar generalizações, pois nem sempre é fácil distinguir motivações manipuladoras de realmente ideológicas. Ambas podem coexistir, ainda que em proporções variadas.

Ao analisarmos o discurso anticomunista veiculado pela Folha do Norte do Paraná buscamos compreender não apenas como os comunistas foram caracterizados e representados, mas também a posição dos anticomunistas nesse processo. Segundo Rodeghero (2002), o estudo dos grupos que se posicionavam contra o comunismo permite entender não apenas a forma como eles viam o comunismo, mas também a forma como usavam essa luta para construir sua própria identidade, garantir coesão interna e o reconhecimento da sociedade.

No Brasil, uma das principais instituições que assumiu a luta contra o comunismo foi a Igreja Católica, porém algumas ressalvas são necessárias. A Igreja comporta em sua estrutura grupos e indivíduos que possuem opiniões políticas diferenciadas. Ao falarmos em um anticomunismo católico precisamos considerar a origem destes diversos posicionamentos. Segundo Scott Mainwaring (1989), nesse contexto, a divisão central no seio da Igreja brasileira envolvia a existência de diferentes concepções a respeito do papel da instituição junto à sociedade. O autor analisa alguns “modelos” de Igreja existentes no país, atuantes na década de 1960, que retratam essa segmentação.

Para além da vertente tradicional conservadora e da esquerda católica, que se encontravam nos extremos do cenário católico nacional nessa conjuntura, o autor aborda a existência de tendências intermediárias que nos permitem ter noção da multiplicidade de concepções existentes no período. A vertente denominada pelo autor de “modernizadora conservadora” (MAINWARING, 1989, p.65) representava uma delas. Acreditava na necessidade de mudanças na Igreja, preocupava-se com a justiça social e defendia uma maior participação leiga. No entanto, prezava a moderação, a obediência à ordem hierárquica e priorizava o desenvolvimento individual em margem de mudanças na estrutura social.

Já o segmento “reformista” estava mais preocupado com a justiça social e a comunidade. Seus adeptos viam a Igreja como parte do mundo, devendo nele atuar em prol de sua transformação. Acreditava que mudanças políticas eram necessárias, porém era contra qualquer radicalismo. Suas iniciativas contribuíram para a consolidação da ideia da “Igreja como povo de Deus”.

É interessante destacar que, apesar das diferenças, tais modelos não eram excludentes. Isso significa que qualquer indivíduo ou grupo poderia aderir a elementos de duas ou mais vertentes. O discurso anticomunista de viés católico presente no jornal Folha do Norte do

Paraná apareceu associado a elementos de diversas tendências. Encontramos argumentos que reproduziam desde as perspectivas dos religiosos mais conservadores até os mais progressistas. O conceito de anticomunismo católico foi pensado neste trabalho considerando tal diversidade, como veremos a seguir.

2.1 A IGREJA NA BATALHA CONTRA A “AMEAÇA VERMELHA”: O ANTICOMUNISMO DE ORIGEM CATÓLICA

O catolicismo ocupou um espaço importante na luta contra o avanço das ideias consideradas comunistas no Brasil. A ameaça representada pelo comunismo aos pilares da civilização cristã, tomados aqui como família, propriedade e religião, teve um forte caráter mobilizador e desempenhou um papel central na formação do imaginário anticomunista nacional. Porém, tal postura não se restringiu ao caso brasileiro ou a década de 1960. A batalha travada pela Igreja contra o “monstro vermelho” possuía dimensões muito mais amplas como veremos a seguir.

O jornal Folha do Norte do Paraná fez parte dessa batalha. Ao longo de seus 17 anos de circulação o periódico atuou como um importante instrumento na difusão de ideias cristãs e anticomunistas por todo o estado. Os anseios de seu principal articulador, o bispo diocesano dom Jaime Luiz Coelho, de criar um jornal que fosse o porta voz da Igreja Católica na região refletem, em parte, as variantes do contexto histórico do início da década de 1960. Nesse aspecto, temos importantes elementos do cenário político internacional, nacional e regional a considerar. Porém, são também desdobramentos de uma postura assumida pela instituição no que se refere aos problemas sociais advindos com a modernidade e a melhor forma de enfrentá-los.

O objetivo do presente capítulo consiste em compreender de que forma esse anticomunismo católico foi veiculado nas páginas da Folha do Norte do Paraná. Em outros termos, como o comunismo foi representado, dentro de uma perspectiva católica, para os leitores do noticiário. A partir de uma leitura atenta dos exemplares disponíveis, dentro do recorte temporal estabelecido, foram selecionadas todas as informações que de alguma forma fizessem referência à postura da instituição frente ao comunismo. No total foram destacados 31 recortes dentre textos, imagens e propagandas que evidenciam tais relações. É importante salientar que todas essas publicações refletem as escolhas da linha editorial do periódico que,

apesar de nem sempre ter contado com a tutela da diocese, teve na figura do bispo dom Jaime Luiz Coelho uma influência constante.

Ao longo da análise do corpus documental estabelecido foi possível perceber a recorrência de determinados temas. A insistência na ideia da incompatibilidade entre comunismo e cristianismo e as estratégias empregadas no combate à ameaça vermelha são alguns exemplos. Tomando como base tais eixos temáticos analisaremos as representações anticomunistas ligadas ao catolicismo que foram veiculadas pelo periódico.

Sem perder de vista as especificidades assumidas pelo combate católico ao comunismo no norte do Paraná acreditamos ser extremamente relevante, para o andamento da análise, situar tais práticas em um contexto mais amplo. Nesse sentido, abordaremos algumas questões que nos ajudam a compreender o posicionamento oficial da Igreja Católica diante do comunismo e as orientações que, de alguma forma, nortearam as iniciativas e a atuação de seus representantes na região.

Desde a segunda metade do século XIX a preocupação com o socialismo se fez presente no meio católico. Segundo Rodeghero (1998, p.47), uma das primeiras referências condenatórias ao comunismo esteve presente na encíclica *Quanta Cura* de 1864. Nela, o comunismo é criticado por tentar eliminar a religião do ambiente familiar. Tal visão foi reafirmada e aprofundada em encíclicas posteriores.

Portelli (1990) destaca a importância de se pensar esse posicionamento da Igreja frente ao socialismo inserido em uma perspectiva mais ampla, que contemple a postura assumida pela instituição diante do mundo moderno. Segundo este autor, existia uma rejeição por parte da Igreja, em relação à sociedade nascida das revoluções liberais e ao pensamento moderno. O comunismo é condenado, não por si mesmo, mas por representar a expressão extrema do pensamento moderno.

Segundo ele, num primeiro momento os ataques foram concentrados no liberalismo. Até a publicação da *Rerum Novarum* em 1891 durante o pontificado de Leão XIII a questão das desigualdades sociais resultantes do liberalismo não foi abordada de maneira significativa. Existiram sim casos pontuais, porém a regra permaneceu na crença do caráter natural das desigualdades. Ao não tocar no assunto ela deixou espaço para que o socialismo o fizesse.

A *Rerum Novarum*, considerada o ponto de partida da doutrina social da Igreja, combatia as soluções marxistas propostas para a questão social, assim como conclamava uma maior participação do Estado para impedir a exploração excessiva dos trabalhadores. Visto que as ideias socialistas pareciam florescer de maneira mais eficaz em meio à miséria e à exploração. Fazia duras críticas ao coletivismo, visto como uma ameaça não só para o direito

natural de propriedade, mas também por reivindicar uma igualdade que, segundo a Igreja, não seria benéfica ao corpo social.

Leão XIII reconhecia a inevitabilidade da consolidação do movimento operário, assim como a necessidade da instituição encontrar o seu espaço frente a este fenómeno. Segundo Portelli (1990), é nesse sentido que as críticas ao socialismo foram tão severas, tratava-se de negar a sua pretensão de monopólio da representação desse movimento. Segundo Motta,

O despertar da hierarquia católica para o problema social e a consequente proposição de programas visando à “justiça social” decorreu fundamentalmente, embora não exclusivamente, da percepção de que os comunistas ameaçavam a cidadela católica (MOTTA, 2002, p.20).

Portelli (1990) atribui ao surgimento da doutrina social católica o carácter de reacção e de projeto alternativo ao socialismo. Para Rodeghero (1998) o combate ao comunismo pregado pela Igreja se insere num processo mais amplo de modernização, laicização e secularização da sociedade no qual a igreja adotou uma postura de oposição a grande parte destas transformações. Segundo a autora:

A relação feita entre o laicismo e o comunismo justificava-se porque o primeiro, destruindo os valores espirituais, a autoridade da Igreja, e substituindo Deus pelo homem, preparava o caminho para a vitória do comunismo. Também era defendida a ideia de que o comunismo representava a última e mais recente etapa do laicismo, do ateísmo, do caminho que levaria à apostasia da Igreja, de Cristo e de Deus (RODEGHERO, 1998, p.69).

O discurso católico em relação ao socialismo não permaneceu imutável, ele refletiu, em partes, as próprias mudanças sofridas pela doutrina socialista, ainda que tal evolução esteja atrelada também a outros fatores.

No Brasil, a campanha anticomunista lançada pelos religiosos estava inserida em um processo mais amplo de tentativa de recuperar o espaço e a importância que a instituição vinha perdendo desde a proclamação da República. Nesse sentido a Igreja fomentou a criação de entidades religiosas para atrair a participação dos leigos, tais como: Ação Católica, Círculos Operários, Congregações Marianas, Irmãos Vicentinos, dentre outras.

Como mencionado, o catolicismo no Brasil representou uma importante matriz de produção e difusão de representações anticomunistas. No entanto, é importante ressaltar que tais posicionamentos não representavam as convicções da totalidade de seus membros e mudaram conforme o contexto. Precisamos considerar que a instituição é composta por diversos grupos e indivíduos que adotaram posturas nem sempre unânimes, frente os problemas do seu tempo.

Segundo Motta (2002), na década de 1960, por exemplo, a influência católica foi menor se comparada à década de 1930. Nessa conjuntura a Igreja havia passado por consideráveis transformações, surgiram tendências renovadoras com posições até mesmo esquerdistas no seio da instituição, um exemplo foi a Ação Popular (AP) criada em 1963. Muitos religiosos passaram a enxergar o comunismo como um problema secundário frente à miséria que assolava boa parte da população brasileira.

As transformações vivenciadas pela Igreja Católica no período refletiam, em grande parte, o pontificado de João XXIII. O franciscano Angelo Giuseppe Roncalli assumiu o papado em 1958, já com 77 anos de idade. Tornou-se conhecido por seu espírito de tolerância e ecumenismo. Analisando sua atuação sob a luz do cenário político mundial o historiador Wellington Teodoro da Silva argumenta:

O pontificado de João XXIII elabora uma estratégia de distensionamento no momento em que a guerra nuclear era possibilidade real, como demonstrou a crise dos mísseis soviéticos em Cuba. No catolicismo, principia um movimento novo: abrir mão da prática do anátema e convidar os sujeitos em divergência para o diálogo (SILVA, 2010, p.212).

Eleito para ser um papa transitório, em virtude da idade avançada, surpreendeu ao convocar o concílio Vaticano II, que acarretou grandes transformações no seio da instituição. Suas diretrizes inspiraram e embasaram a ação de grupos com diferentes posicionamentos políticos e ideológicos no cenário nacional.

A esquerda católica brasileira foi grandemente influenciada pelas encíclicas sociais de João XXIII. *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, ofereceram importantes fundamentos para suas propostas e ações. A repercussão de tais documentos ultrapassou o universo católico e, para além dos incontáveis elogios, despertou também críticas dos setores mais conservadores da sociedade. A possibilidade de diálogo com grupos não católicos, incluindo aí os marxistas, presente, sobretudo na encíclica *Pacem in Terris* não foi bem vista por diversos setores.

Segundo Silva (2010), apesar das diferenças em relação a visão de mundo e do humano, os católicos de esquerda e os grupos comunistas que atuavam no cenário nacional no início da década de 1960 compartilhavam uma compreensão muito próxima a respeito das causas da pobreza. Ambos a creditavam à estrutura capitalista da organização da economia que deveria ser superada. Esta proximidade acabou gerando grandes equívocos. Como veremos a seguir, inúmeros cristãos, leigos e religiosos, foram perseguidos durante a ditadura militar em virtude de uma atuação pautada em tais diretrizes.

Das diversas armas elencadas pela instituição na luta contra o comunismo, a imprensa ocupou um papel de destaque. No Brasil, foram criados inúmeros periódicos católicos atrelados a dioceses de diversas regiões que veicularam, ainda que não exclusivamente, conteúdo anticomunista. A caracterização do comunismo como um mal a ser combatido assumiu traços peculiares em cada região, assim como atingiu grupos e iniciativas diferentes por todo o Brasil. Em relação à Folha do Norte do Paraná os principais elementos explorados pelo discurso anticomunista de matriz católica, referente ao recorte temporal estabelecido, serão apresentados a seguir.

2.2 INCOMPATIBILIDADES ENTRE COMUNISMO E CRISTIANISMO

A insistência na ideia de que comunismo e cristianismo são incompatíveis foi um argumento frequente nos textos analisados. A preocupação do jornal, em desconstruir qualquer traço de semelhança ou parentesco entre as duas doutrinas evidencia uma postura de oposição e alerta frente ao comunismo adotada pelo periódico. A necessidade de reafirmar esse profundo abismo entre as duas doutrinas foi, em geral, justificada como um alerta aos cristãos diante das ludibrias estratégias dos comunistas. No trecho abaixo, a publicação menciona um dos métodos que seria empregado pelos “vermelhos” para atrair e enganar os fiéis, assim como ressalta, com certa dose de espanto, a ingenuidade com que muitos se deixariam levar frente tais alegações.

Para tornar o comunismo atraente aos católicos e cristãos em geral os discípulos de Marx gostam de argumentar com a própria pessoa de Cristo, o qual, segundo a afirmação deles, teria sido o primeiro socialista e comunista. E não se duvide que muitos cristãos fiquem boquiabertos e estupefatos ao saberem notícias tão sensacionais (FOLHA DO NORTE, 1 mar. 1963, p.2).

Na sequência do texto intitulado “Acaso Cristo teria sido comunista?” o jornal pontua alguns elementos conflitantes entre ambas as doutrinas que evidenciarão a sua incompatibilidade. A partir de citações bíblicas o caráter das supostas semelhanças é contestado, como se pode observar no trecho a seguir: “Nosso senhor recomendou: ‘Quem tem duas túnicas, dê uma a quem não possui nenhuma’ (Lc 3, 11) [...] Os comunistas, porém, pregam: ‘A quem tiver duas túnicas arranque uma ou ambas’” (FOLHA DO NORTE, 1 mar. 1963, p.2). A caridade e liberdade expressas nas atitudes de Jesus são contrapostas à imposição e à coação atribuídas pelo texto à doutrina marxista.

A resposta à questão que intitula a publicação, a respeito da suposta origem comunista de Jesus, é deixada a cargo do próprio leitor que, após os esclarecimentos realizados estaria apto a respondê-la. Porém, na sequência, a ideia central do artigo é reafirmada e, para sanar qualquer dúvida que porventura ainda pudesse persistir, foi evocado o discurso de uma importante figura eclesial, prática corrente no anticomunismo brasileiro:

Mas, para evitar qualquer dúvida a esse respeito e para prevenir a todos os seus discípulos, Cristo, pela boca do Papa Pio XI, excomungou a doutrina comunista como atéia e intrinsecamente perversa. Poderá haver maior barreira entre duas doutrinas? (FOLHA DO NORTE, 1 mar. 1963, p.2).

Na edição do dia 26 de outubro de 1963 o tema foi novamente abordado. O periódico afirmava que não deveria haver ilusões em relação aos objetivos dos comunistas no mundo, por mais camuflados que estes estivessem. Segundo o texto, “a coexistência pacífica, tão apregoada pelos comunistas, não passa de uma manobra, em grande escala, lançada pelos vermelhos para desarmar os espíritos e facilitar o avanço de sua doutrina totalitária em todas as partes” (FOLHA DO NORTE, 26 out.1963, p.2).

Vejamos agora algumas das principais contradições que, na perspectiva do jornal, caracterizariam as relações entre comunismo e cristianismo. Na edição do dia 26 de abril de 1963 foi publicada a seguinte notícia: “Reitera o Vaticano: é impossível conciliar catolicismo e comunismo”. O texto reproduzia trechos de um comunicado divulgado pela Rádio do

Vaticano em decorrência de um comentário feito por uma revista soviética sobre a encíclica “*Pacem in Terris*”. Segundo o documento, “os pontos de contato lembrados entre as ideologias cristã e comunista não são mais do que aparentes e marginais, uma vez que a oposição entre a igreja e o comunismo é total e inconciliável” (FOLHA DO NORTE, 26 abr. 1963, p.4).

Um dos argumentos explorado pelo texto foi a concepção de paz defendida por cada vertente. Enquanto a paz cristã estaria diretamente ligada à pessoa humana e a seu espírito, resultando de um equilíbrio procurado pela mesma, a paz apregoada pelos comunistas seria completamente diferente. Desconsiderando a pessoa, ater-se-ia somente à classe e ao Estado, resultando sempre de uma luta contínua e multiforme.

As contradições entre os métodos empregados por ambos os lados em busca de uma justiça social também foram evocados com frequência. Os exemplos de vida presentes no evangelho, baseados na partilha, na solidariedade e na caridade foram, em geral, contrapostos a características atribuídas pelo jornal aos regimes comunistas. As mais citadas eram: a imposição, a coação e a força supostamente empregadas pelos governos comunistas para alcançar seus objetivos.

Ao mesmo tempo em que combatiam o comunismo, os representantes da Igreja condenavam um tipo de anticomunismo considerado por eles simplista e negativo. Com base nos textos analisados é perceptível a existência de um consenso a esse respeito. De acordo com o discurso predominante na publicação, mais do que em críticas e condenações o verdadeiro e válido combate deveria ser baseado em atitudes concretas na erradicação da pobreza e das desigualdades. Segundo o arcebispo de Brasília dom José Newton de Almeida, cuja fala foi reproduzida em um dos editoriais da Folha, “a maneira de neutralizar a propaganda marxista e os progressos do comunismo é a realização de atos concretos que visem acabar com a fome, a nudez, as favelas, a miséria que campeia por toda parte” (FOLHA DO NORTE, 2 abr. 1963, p.2).

A estratégia de combater o comunismo através da erradicação da miséria e da fome, condições que possibilitariam o seu surgimento, não era defendida apenas pela Igreja. O exemplo máximo dessa convicção foi o programa de reformas desenvolvido e financiado pelos Estados Unidos no período que ficou conhecido como Aliança para o Progresso. O objetivo do programa era fomentar o desenvolvimento econômico dos países da América Latina e assim combater o avanço das ideias socialistas no continente. A consolidação da Revolução Cubana e a implantação de um regime socialista na ilha despertou o temor do governo estadunidense frente a uma possível expansão da influência soviética nas Américas.

Nesse sentido, a Casa Branca desenvolveu uma série de medidas visando à contenção da “ameaça vermelha” na região.

Na edição do dia 07 de agosto de 1963 foi publicado um texto intitulado “A razão de um ‘anti’”. O autor, Lio Cesar, sobre o qual não encontramos maiores informações, inicia o texto expondo a visão que teriam os grupos progressistas a respeito do anticomunismo. Para estes, o fenômeno resultaria do fator pânico, do medo gerado pela consciência da injustiça dinâmica que assolaria a sociedade capitalista. No entanto, para o autor, essa concepção seria um tanto quanto generalizadora, pois na sua concepção, ainda que o fator pânico fosse relevante para alguns grupos, que realmente se beneficiariam com tais injustiças, existiam aqueles que combatiam o comunismo para evitar um regime cujos malefícios acreditariam ser bem piores.

O autor admite a existência de um tipo de anticomunismo negativo, que fomentaria o pânico e seria usado como instrumento político para benefício particular. Porém, em contra partida, existiriam também aqueles que lutavam contra o comunismo por convicção. Tais apontamentos, evidenciam a complexidade desse fenômeno, sobretudo no início da década de 1960, em virtude dos interesses presentes nessa conjuntura.

Lio Cesar pontua uma série de questões referentes a discussões presentes no contexto político da época como a reforma agrária e universitária. Em seguida, as caracteriza como *pseudo* reformas, demagógicas e que reduziriam todos a um simples número de uma sociedade descrita por ele como abúlica, que seguiria cegamente o líder, e visaria o aniquilamento total do ser (FOLHA DO NORTE, 7 Ago. 1963, p.3). As críticas e acusações levantadas pelo autor contra as reformas propostas pelo governo Jango apresentam características que nos permitem perceber a tentativa de associá-las, caso fossem implementadas, com uma situação totalitária.

É interessante notar que o artigo foi publicado em um contexto em que a mobilização anticomunista tomava corpo no cenário nacional e envolvia diversos grupos. Além das costumeiras críticas tecidas contra o governo federal que infestaram a imprensa nacional na época, é perceptível a preocupação do autor em defender e justificar um anticomunismo que, em sua perspectiva, seria sim legítimo.

Em declaração dada pelos Arcebispos do Brasil no dia 02 de julho de 1964 sobre a “revolução” de março e publicada pela Folha do Norte no dia 29 do mesmo mês a questão do anticomunismo negativo⁹ é resgatada. Assim expressa o documento: “Não pactuar com o

⁹ O anticomunismo criticado pelos religiosos, visto como simplista e negativo seria aquele resumido a pura condenação do comunismo, em muitos casos atendendo apenas a interesses particulares. Segundo eles, o

‘anti-comunismo’ dos que apenas defendem seus privilégios acusando de ‘comunistas’ os que se batem por autênticas e cristãs reformas das estruturas” (FOLHA DO NORTE, 29 jul. 1964, p.7). Esta confusão existente para se definir quem era ou não comunista foi mencionada com frequência nos textos analisados. Como veremos a seguir, em muitas ocasiões, representantes da igreja foram tachados de comunistas em virtude das iniciativas de cunho social que desenvolviam.

O texto publicado na coluna “Ontem, hoje, amanhã” do dia 30 de janeiro de 1964 ilustrava bem a situação. O artigo intitulado “Quem é comunista?” foi extraído do jornal “A Cidade de São Carlos”. O editorial iniciava-se da seguinte forma: “Vivemos hoje sob a fobia coletiva da ameaça comunista criada e mantida por um grupo como jogo político e fonte de renda. Esse grupo é constituído pelos capitalistas liberais e pelos que trabalham a seu soldo” (FOLHA DO NORTE, 30 out. 1964, p.3). A publicação não hesita em apontar os causadores desse clima de terror generalizado que beneficiaria a poucos. Como mencionado, no discurso social católico o liberalismo aparece associado ao comunismo na medida em que é responsabilizado pela criação das condições que permitiriam a proliferação e o desenvolvimento das ideias comunistas.

O texto reconhece a existência de uma ameaça comunista no cenário nacional, porém adverte que não se pode atribuí-la à iniciativa de religiosos e trabalhadores que se organizam conforme os preceitos cristãos na busca de melhores condições de vida. Segundo ele, o crescimento de tal ameaça se deve às injustiças cometidas contra o povo, a decepção e falta de confiança para o governo vigente, a falta de critério da população na hora de escolher seus representantes e pela criação de uma “confusão injusta e injustificável em torno do nome e da realidade ‘comunista’” (FOLHA DO NORTE, 30 out. 1964, p.3).

Essa falta de clareza, de acordo com o texto, só beneficiaria os próprios comunistas. Pois, seguindo essa lógica e em decorrência dessa confusão diversas pessoas, inclusive religiosos, já teriam sido acusadas de subversão. Segundo ele, o próprio jornal havia sido vítima de tais “ofensas”.

Os cristãos são o tempo todo convocados a participar ativamente na luta contra o comunismo. A sua parcela de responsabilidade no destino da nação e até mesmo na conversão dos comunistas é frequentemente mencionada. O arcebispo de Brasília dom José Newton

assim se referiu à atuação dos fiéis na concretização da “solução cristã” para os problemas sociais do país:

Por isso mesmo é grande a responsabilidade dos cristãos, dos legisladores e governantes católicos, aos quais cabe introduzir nas estruturas sociais as modificações indispensáveis. A omissão deles será excelente serviço prestado aos marxistas, preciosa ajuda a essa subversão que estão todos temendo (FOLHA DO NORTE, 02 abr. 1963, p.2).

A crítica ao caráter supostamente passivo da fé dos cristãos foi outro elemento presente nos textos analisados. A comparação com o empenho e a determinação dos comunistas na difusão da sua ideologia foi um dos recursos utilizados para provocar a reflexão dos leitores. No texto “O que afirma um comunista” publicado na coluna “Reconstruir o Mundo” do dia 04 de fevereiro de 1964 o jornal, se apropriando da fala de um suposto comunista, aponta quais seriam as principais falhas dos cristãos. Mesmo reconhecendo a superioridade numérica e das “armas” dos católicos ele reafirmava a crença na vitória final do comunismo.

A resposta para essa aparente contradição estaria na falta de compromisso dos fiéis para com a propagação do evangelho. De acordo com o texto, enquanto os comunistas destinariam a maior parte de seus recursos financeiros e tempo livre à propaganda, os católicos pouco ou nada empenhariam na difusão das ideias e valores cristãos. Visando incitar os leitores, o editorial levanta as seguintes questões:

Quem poderá ser levado a crer nos valores sobrenaturais do Evangelho, se vós mesmos não o praticais? Se não o propagais? Se não consagrai na propagação dele nem o vosso tempo nem o vosso dinheiro? Crede-me, nos comunistas ganharemos, porque estamos convencidos de nossa mensagem comunista e estamos dispostos a sacrificar tudo, inclusive, nossa vida, para que triunfe a justiça social.
Porém, vós... tendes medo de manchar as vossas mãos (FOLHA DO NORTE, 04 fev. 1964, p.2).

Em vários textos, principalmente nos que expressavam a opinião de representantes da Igreja no país, a retidão e o empenho dos comunistas na difusão de seus ideais foram contrapostos à omissão dos católicos na propagação do evangelho. O desligamento entre a fé

e a vida prática foi apontado, em diversos momentos, como uma das principais deficiências dos cristãos.

Nesse sentido, parte da responsabilidade pela expansão do comunismo no mundo foi, de certa forma, atribuída aos cristãos, uma vez que estes não estariam vivenciando publicamente e adequadamente sua religião. Não eram os exemplos de que tanto necessitavam os comunistas para conhecer e aderir ao catolicismo. Acreditamos que tais insinuações tinham um caráter muito mais repreensivo sobre os leitores, para que estes se convencessem da importância da sua atuação.

A possibilidade de conversão destes elementos apareceu também com relativa frequência nos textos analisados. Porém, mais do que a iniciativa dos próprios comunistas, foi frisada a atuação e a responsabilidade dos fiéis nesse processo. Ora através do exemplo de uma vida empenhada na efetivação dos ideais cristãos, ora através da oração e da penitência, os fiéis foram convocados a crer e agir, na e em prol da conversão dos comunistas. O trecho a seguir retrata com clareza essa questão:

Em vez do desaparecimento da Igreja, os comunistas precisam de conhecê-la, através da vida exemplar dos cristãos. Pois é o que lhes falta para se convencerem de que a Igreja não vem a ser um simples sistema ideológico como qualquer outro. A doutrina cristã vivida e posta em prática é-lhes completamente estranha. Talvez os comunistas nem sejam culpados de sua ignorância. A culpa, ao contrário, pode ser até dos católicos; pois estes deveriam ter a mesma coragem de viver e difundir a sua religião que um comunista mostra ao propagar o marxismo (FOLHA DO NORTE, 29 mar. 1963, p.3).

Acreditamos que alertar, conscientizar e orientar os fiéis dentro dos preceitos católicos na luta contra o comunismo era o principal objetivo de tais publicações. Incutir nos leitores a aversão ao comunismo ao caracterizá-lo como grande inimigo da Igreja e do mundo cristão, assim como destacar a necessidade e a importância da atuação de cada católico nessa batalha funcionou também como estratégia para aproximar e manter os fiéis no seio da instituição.

A ameaça representada pelas mudanças advindas com a modernidade, a necessidade de reconquistar o espaço perdido nas últimas décadas no cenário nacional fomentaram inúmeras iniciativas por parte da Igreja. O combate católico ao comunismo, ainda que não se restrinja a uma simples bandeira de luta, fez parte desse processo. Segundo Motta:

O aumento do temor ao comunismo, nos anos de 1930, surgiu num momento em que a Igreja buscava reconquistar espaços perdidos desde o início da República. O advento republicano foi acompanhado de uma reação até certo ponto anticlerical, que contribuiu para a redução do papel social tradicionalmente ocupado pelas instituições católicas. A mobilização anticomunista contribuiu para que tal tendência de declínio fosse revertida (MOTTA, 2002, p.167).

O combate católico ao comunismo não se restringiu ao espaço da Igreja, às pregações dominicais dos religiosos ou a imprensa. A influencia católica no meio político nacional é vastamente conhecida, porém sua entrada oficial nesse cenário se deu através da criação das Ligas Eleitorais Católicas (LEC) em 1932, como veremos adiante.

2.3 AS LIGAS ELEITORAIS CATÓLICAS

O anticomunismo foi um elemento central em diversas campanhas eleitorais pelo Brasil ao longo de todo o século XX. Em um país majoritariamente católico as acusações de “comunista”, “esquerdista” ou “ateu” eram frequentes e capazes de difamar qualquer candidato. Fundamentadas ou não, tais insinuações tinham um peso considerável junto ao eleitorado, logo, era preciso evitá-las ou combatê-las por todos os meios possíveis.

O apoio católico foi empregado por muitos concorrentes como uma espécie de antídoto para essas acusações, porém diversas vezes também foi utilizado como arma. Analisando a campanha eleitoral para o governo do estado do Rio Grande do Sul de 1947, Rodeghero (1998) pode constatar um fenômeno que não esteve restrito aquele pleito. Segundo a autora, em muitos casos “Os candidatos se apropriaram do bem elaborado discurso anticomunista da Igreja utilizando-o como escudo ou lança contra seus adversários” (1998, p.109).

O apoio da instituição aos candidatos se manifestou oficialmente, sobretudo, através das Ligas Eleitorais Católicas que se proliferaram por todo o país ao longo do século XX. Um dos objetivos principais destes organismos era indicar aos fiéis os candidatos mais adequados para serem votados. Segundo Carneiro, a Liga Eleitoral Católica (LEC) instituída em 1932,

era um grupo de pressão junto à opinião pública, cujo objetivo, segundo seus estatutos, era formar a consciência política dos católicos independentemente de filiações partidárias e da sua orientação doutrinária eleitoral (2011, p.139).

O apoio de uma Liga Eleitoral Católica (LEC) era considerado de grande valia por todos que ambicionavam um mandato. Os políticos envolvidos no pleito ao mesmo tempo em que defendiam essa bandeira utilizavam-se dela para incriminar seus adversários. Segundo a autora, o imaginário acabava por tentar determinar a ação dos eleitores.

A propaganda eleitoral pode ser entendida como representação e ação: ao mesmo tempo em que o anticomunismo é utilizado como filtro de explicação da realidade, pretende instigar os eleitores a um posicionamento, a uma adesão, a uma ação específica: o voto (RODEGHERO, 1998, p.103).

Segundo Carneiro (2011), a criação da LEC estava inserida em um processo mais amplo de tentativa de recristianização do Brasil, cujas raízes remontam à ruptura ocorrida entre Estado e Igreja com a proclamação da República em 1889. Alceu Amoroso Lima, padre Leonel Franca e o então arcebispo do Rio de Janeiro dom Sebastião Leme, idealizadores da LEC, foram movidos pela necessidade de obter o apoio de políticos que representassem os interesses do público católico e da própria instituição junto ao governo. A cada eleição a LEC divulgava uma lista com os nomes dos candidatos que se comprometiam a defender os princípios da organização.

De maneira geral, podemos resumir suas principais ideias nos seguintes itens: Indissolubilidade do matrimônio, instituição do ensino religioso nas escolas públicas, assistência religiosa em hospitais, prisões e nas forças armadas, pluralidade e liberdade sindical, implementação de uma legislação trabalhista inspirada na justiça social cristã, defesa da propriedade privada e condenação de qualquer tipo de subversão.

Sua estrutura contava com juntas estaduais, regionais e locais, cuja atuação deveria seguir o estatuto e o regimento nacional. De acordo com Carneiro (2011), a orientação repassada aos clérigos era de que a atuação dos organismos não deveria se restringir apenas à véspera das eleições. O trabalho de formação da consciência política dos católicos deveria ser constante, empregando-se para isso todos os recursos disponíveis.

Em Curitiba, a LEC foi criada no dia 15 de julho de 1953 pelo então arcebispo dom Manoel da Silveira D'Elboux seguindo as orientações da recém-criada Conferencia Nacional

dos Bispos do Brasil (CNBB) (CARNEIRO, 2011, p.151). Além das diversas reuniões, palestras e encontros promovidos pela organização com o intuito de orientar e despertar nos fiéis uma consciência política cristã os meios de comunicação também foram intensamente utilizados. A imprensa escrita e o rádio foram espaços privilegiados para a difusão dos ideais da LEC. O jornal “Voz do Paraná” criado em 1956 pela Cúria Metropolitana de Curitiba foi um dos principais veículos de divulgação da Liga.

Em Maringá, o emprego do anticomunismo como arma eleitoral pode ser verificado já no início da década de 1950. Apesar de não terem sido encontrados maiores vestígios sobre a participação do PCB na primeira eleição municipal, ocorrida em 1952, a campanha que precedeu a disputa contou com um forte apelo anticomunista/antipetebista. Em sua memorável obra “Terra crua” (1961), Jorge Ferreira Duque Estrada nos apresenta interessantes elementos dessa conjuntura política regional.

Na ocasião, disputavam o cargo de prefeito do município quatro candidatos, eram eles: Inocente Villanova Jr., do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Waldemar Gomes da Cunha, da União Democrática Nacional (UDN), Raul Maurer Moletta, pelo Partido Social Progressista (PSP) e Ângelo Planas, filiado ao Partido Republicano (PR). Como expõe Duque Estrada (1961), o candidato petebista, vencedor do pleito, foi o principal alvo de uma série de acusações anticomunistas. Logo no início da campanha, foram postos em circulação diversos boletins anônimos que acusavam o candidato de ser “ateu e comunista”.

O conteúdo do material era extremamente apelativo. Em função do emprego de recursos iconográficos e do peso simbólico da mensagem transmitida, dois destes boletins chamaram nossa atenção. No primeiro, foi publicada uma imagem de Inocente Villanova quebrando um crucifixo e abaixo a seguinte descrição: “Não preciso de sua religião e muito menos de teus votos. Não preciso dos votos de mineiros e paulistas, conto com o voto de minha gente: VIVA PRESTES VIVA A RUSSIA VIVA STALIM VIVA MEU PARANÁ” (DUQUE ESTRADA, 1961, p.61).

O segundo boletim, apresentava uma das imagens mais exploradas no universo anticomunista nacional, com uma pequena e significativa adaptação. À ilustração dos anos de 1930, que mostrava dois braços fortes quebrando um crucifixo, acompanhada pela seguinte frase: “O comunismo é assim. O comunismo despreza a tua religião” foi adicionada uma foto do candidato petebista e a seguinte descrição: “VILLA NOVA é um candidato sem religião” (DUQUE ESTRADA, 1961, p.62). Segundo Motta (2002), o objetivo da conhecida iconografia consistia em cristalizar a imagem do comunismo como agente destruidor da

religião. O uso do crucifixo, um importante símbolo cristão, facilitaria e potencializaria tal objetivo.

Ateu e comunista não foram as únicas acusações levantadas contra Inocente Villanova na ocasião. Porém, é importante destacar o peso de tais argumentos, ainda que infundados, no contexto em questão. O período era marcado pela polarização ideológica característica da Guerra Fria, a oposição capitalismo/socialismo era constantemente evocada pela imprensa nacional. Outro elemento a se considerar era o caráter majoritariamente católico da população brasileira naquele período. Segundo Dias, “Não se sabe se a intenção era essa, mas a religiosidade das pessoas simples, exatamente a base eleitoral perseguida pelo PTB, tendia a ser mais sensível aos apelos anticomunistas” (DIAS, 2008, p.41).

A análise de tais boletins nos permite constatar ainda outra característica recorrente no anticomunismo brasileiro. A associação feita entre comunistas e trabalhistas. Ao que tudo indica, Inocente Villanova, a quem foi atribuída a “pecha” de comunista, assim como inúmeros outros pelo país, não possuía nenhum tipo de ligação com o PCB. Apesar de infundadas, tais acusações causavam sérios problemas aos candidatos.

O jornal Folha do Norte do Paraná, por ocasião das eleições para deputado estadual e federal, senador da República e também para prefeito da capital, Curitiba, realizadas no dia 07 de outubro de 1962, divulgou propagandas de diversos candidatos que contavam com o apoio católico e faziam questão de expressá-lo. No quadro abaixo temos um exemplo desse tipo de publicidade. No anúncio, que ocupava metade da oitava página da edição do dia 30 de setembro, o candidato a deputado estadual Narbal May destaca o apoio católico conferido à sua candidatura.



Figura 2 – Propaganda eleitoral do candidato a deputado estadual Narbal May publicada no jornal Folha do Norte do Paraná edição do dia 30 de Setembro de 1962
Fonte: Folha do Norte. (CDO/UEM).

No dia 25 de Setembro de 1962 a edição experimental da Folha veiculou, por intermédio da sucursal curitibana, matéria sobre o lançamento de um manifesto do “Movimento Católico de Orientação Eleitoral”. O documento, que seria publicado no já referido periódico “Voz do Paraná”, apresentava o nome dos candidatos que deveriam “merecer o apoio dos eleitores católicos” (FOLHA DO NORTE, 25 ago. 1962, p.3). Eram eles: para o senado, Bento Munhoz da Rocha Neto e Adolpho de Oliveira Franco. Para a prefeitura da capital, Ivo Arzua Pereira. Para deputado federal, Ivan Luz, Plínio Frenco Ferreira da Costa, Mario Braga Ramos, Newton Carneiro, Hermes Macedo, José Luiz de Azevedo Branco. Para deputado estadual, Edgar Távora, Antonio Lopes Júnior, Rubens Requião, Elias Karan, Atílio Miranda, Alice Souza Netto, João Vargas de Oliveira, Francisco Moro Redescrì, Danilo Lorusso, Homero Barros, Haroldo Leon Peres, Narbal May, Paschoal Pucci, Dino Veiga e Manoel Pinto Lage.

Na mesma página foi veiculado um pequeno texto intitulado “Dobradinha Bento-Adolpho”. Nele é expressa não apenas a impressão positiva do jornal, visto que a coluna não era assinada, sobre as candidaturas de Bento Munhoz da Rocha e Adolpho de Oliveira Franco na região, mas também o peso do apoio católico nesse resultado.

Apesar de não ser oficial, nota-se uma grande tendência no eleitorado católico desta região para o apoio para as candidaturas de Bento Munhoz da Rocha e Adolpho de Oliveira Franco. Com a indicação do nome do ex-governador pelo Movimento Católico de Orientação Eleitoral, as suas possibilidades de eleger-se aumentaram muito, sendo que a penetração de sua candidatura tem sido sensível nos municípios que compõe o norte novíssimo (FOLHA DO NORTE, 25 ago. 1962, p.3).

No quadro abaixo vemos a propaganda eleitoral do candidato a deputado estadual Elias Karam para o pleito de outubro de 1962, publicada na Folha do Norte do Paraná no dia 25 de setembro. No texto, o candidato se isenta de tomar partido frente à dicotomia “capitalismo versus comunismo” vigente no período, deixando explícito seu suposto não alinhamento a nenhum dos dois regimes. Ao mesmo tempo reafirma sua postura de católico praticante. Elias Karam foi um dos candidatos apoiado pelo Movimento Católico de Orientação Eleitoral que lançou seu manifesto naquele mesmo mês na imprensa paranaense.



Figura 3 – Propaganda eleitoral do candidato a deputado estadual Elias Karam publicada no jornal Folha do Norte do Paraná, edição do dia 25 de Setembro de 1962

Fonte: Folha do Norte. (CDO/UEM).

Ao veicular tais propagandas o periódico assume uma postura de aceitação e colaboração para com os princípios e métodos de atuação da LEC. Dada a clara posição do

jornal no combate ao comunismo e na defesa dos valores cristãos não surpreende que a propaganda dos candidatos que contavam com o apoio católico tenha sido priorizada.

2.4 OS SÍMBOLOS CATÓLICOS NA LUTA CONTRA O COMUNISMO

Na edição do dia 13 de março de 1965 foi publicado um texto intitulado “Armas que derrotam o comunismo”. Carlos Alamiro, o autor, desenvolve o artigo a partir de uma questão fictícia, supostamente levantada pelas “mulheres cubanas” a respeito das ações realizadas pelas “mulheres brasileiras” no combate ao comunismo. É perceptível a importância atribuída pelo autor à atuação feminina na luta contra as ideias comunistas, principalmente associando-a a valores, práticas e símbolos cristãos. É notável também a insistência na ideia de Cuba como um país tomado pelos comunistas e que necessitaria do apoio das nações continentais para reverter a situação. O autor enumera quatro tópicos que, segundo ele, representariam o “poderio bélico” das brasileiras no combate ao comunismo, eram eles: “a oração e a prática sacramental, o conhecimento e prática da justiça social, o testemunho da vida e o sofrimento” (FOLHA DO NORTE, 13 Mar. 1965, p.3).

Para Carlos Alamiro, a prática da oração e a recepção dos sacramentos poderiam ser armas muito poderosas e eficientes na batalha travada pelo povo cubano, visto que, os comunistas não as possuíam em seu arsenal. Outro elemento extremamente caro ao discurso social católico e que foi elencado pelo autor foi a questão da justiça social. Retomando um ponto de vista afirmado pela instituição há várias décadas ele atribui à injustiça social o papel de principal aliada do comunismo e mãe da miséria. Nesse sentido, de acordo com o texto, caberia aos fiéis lutar para que todos tivessem as condições necessárias para levar uma vida digna e humana.

No terceiro tópico o autor incita os leitores a adotarem uma postura ativa na luta contra o ateísmo, “a vida empenhada pelo ideal” (FOLHA DO NORTE, 13 Mar. 1965, p.3). Segundo ele, o cristão deve ter coragem de dar testemunho sempre que necessário e permitir que suas convicções guiem suas atitudes. No quarto e último tópico menciona a necessidade e a importância do sofrimento. Resgatando a crucificação de Jesus e a salvação da humanidade dela resultante o autor condiciona a vitória do ideal cristão às provações e ao sofrimento.

A estes elementos ele adiciona um importante símbolo da luta católica contra o comunismo, o rosário. Segundo Motta (2002), o rosário foi um importante instrumento de

mobilização dos católicos na luta contra os inimigos da religião em diversas ocasiões ao longo da história. No Brasil, tal tradição foi resgatada com maior intensidade no início dos anos 60 e apareceu associada a outro relevante símbolo do imaginário católico, a imagem de Nossa Senhora de Fátima¹⁰.

Símbolo da devoção e da religiosidade populares, o rosário (ou terço) foi brandido por militantes católicos em algumas manifestações, principalmente nos conflitos ocorridos em Belo Horizonte no início de 1964 e nas “Marchas com Deus”. O rosário remetia às representações construídas em torno de Nossa Senhora de Fátima, figura adotada por muitos católicos como protetora ou padroeira da luta contra o comunismo. Ambas construções simbólicas, Fátima e o rosário, animaram a fé dos crentes e ocuparam posição destacada no imaginário anticomunista católico dos anos 1960 (MOTTA, 2002, p.247).

Cubana, brasileira, mineira, a insistência com que a figura feminina é evocada, para além das especificidades de cada caso, nos dá uma dimensão da importância de que a mulher foi revestida nesse contexto, sobretudo na esfera religiosa.

O Rosário foi a nossa arma, a santa arma que nos libertou e que juntamente enviamos às queridas irmãs cubanas, certas de que cada conta rezada é um passo a frente para tua reintegração numa pátria redimida e cristã. Temos plena convicção de que, com a mesma segurança com que nelas nos apoiamos e confiamos, Cuba se reerguerá tranqüila e heróica, enlaçada na grande arma que é o rosário. Por Maria, à Vitória (FOLHA DO NORTE, 13 mar.1965, p.3).

Apesar de não apresentar maiores informações sobre as mulheres mineiras que menciona, e da suposta fala das quais se apropria, podemos deduzir que o autor se refere à mobilização anticomunista feminina ocorrida na capital mineira no início de 1964. O episódio

¹⁰ A escolha da figura de Nossa Senhora de Fátima como padroeira da luta contra o comunismo não se deu por acaso. As aparições da santa, ocorridas em 1917, ano em que foi deflagrada a Revolução Russa, tornaram-se um forte argumento para os grupos anticomunistas, sobretudo católicos. As revelações feitas na ocasião a três crianças portuguesas e que, mais tarde ficaram conhecidas como “Segredo de Fátima”, estavam permeadas de advertências sobre os malefícios do comunismo para o mundo. Na primeira e segunda parte do referido segredo, que vieram a público em 1941, a Ir. Lúcia, uma das videntes, revela que a santa teria pedido orações em nome da consagração da Rússia a seu imaculado coração, do contrário, esta “espalharia seus pecados pelo mundo” e promoveria guerras e perseguições à Igreja. A transcrição das três partes do segredo pode ser conferida na íntegra no seguinte endereço: < http://www.cancaonova.com/cnova/dicas_fe/segr_fatima.html >

recebeu grande cobertura da imprensa nacional e foi imensamente explorado pelo discurso anticomunista de diversos segmentos no período, como veremos adiante.

No discurso dessas mulheres, evocado não gratuitamente pelo autor, a oração do rosário foi posta como elemento central da vitória sobre a ameaça comunista. Na perspectiva do autor, sua experiência deveria servir de exemplo às “irmãzinhas cubanas” que também almejavam sua liberdade e à “reintegração numa pátria redimida e cristã”. O texto deixa claro o reconhecimento do autor em relação ao papel elementar da fé católica na batalha contra o comunismo e, sobretudo, na sua vitória.

A centralidade desses dois símbolos no imaginário anticomunista católico e também seu poder de mobilização, podem ser percebidos, de maneira especial, em momentos nos quais se tornaram alvos de supostas ofensas e desrespeitos. Segundo Janaina Martins Cordeiro (2009), as célebres “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” que levaram milhares de pessoas por todo o país a protestarem contra o comunismo e o governo de João Goulart tiveram sua origem em um movimento de desagravo ao rosário idealizado pela CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia).

Essa mobilização seria a resposta a uma suposta ofensa feita pelo Presidente João Goulart a um importante instrumento da fé católica. Em seu discurso, proferido no comício da Central do Brasil no dia 13 de março de 1964, o Presidente teria se referido à questão nos seguintes termos: “Nem os rosários podem ser erguidos como armas contra os que reclamam a disseminação da propriedade privada da terra, ainda em mãos de uns poucos afortunados”¹¹. A suposta ofensa, alegada pelos grupos conservadores, serviu de justificativa para o desencadeamento do movimento de desagravo ao rosário e culminou com as marchas que foram realizadas por todo o país.

Entre o final do mês de agosto e início do mês de setembro de 1963 foram publicados, na Folha do Norte do Paraná, quatro textos noticiando as manifestações de repúdio ao jornal carioca “Última Hora”, ocorridas em diversas cidades do interior do Paraná. As críticas ao periódico giravam em torno da publicação de uma charge considerada ofensiva à figura da padroeira do Brasil. Manifestações de apoio a representantes da Igreja Católica e de repúdio ao jornal Última Hora se fizeram sentir por todo o país.

¹¹ O discurso pode ser conferido na íntegra no seguinte endereço: <<http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>>

Samuel Wainer (1988) em sua autobiografia comenta o episódio¹². Segundo ele, na época era comum que os times de futebol visitassem o santuário de Aparecida para pedir proteção à padroeira na véspera de grandes clássicos. No dia 15 de setembro, um domingo, Corinthians e Palmeiras deveriam se enfrentar em campo pelo campeonato paulista de 1963. Atendendo ao pedido do editor paulista do Última Hora, Álvaro Paes Leme, o chargista Octávio fez um desenho que estamparia a capa da edição dominical e causaria grande agitação em todo país. A imagem trazia os jogadores ajoelhados perante a figura de Nossa Senhora Aparecida que abençoava aos jogadores de ambas as equipes com pontos de interrogação sobre a cabeça. No entanto, um detalhe chamava a atenção. Os lábios avantajados e os braços musculosos deixaram a imagem da Padroeira com as feições muito parecidas às do jogador Pelé.

Segundo Wainer (1988) quando a edição chegou às bancas a revolta foi imediata, capitaneada inicialmente por dois padres que dirigiam a emissora de rádio de Aparecida do Norte e eram constantemente criticados por um dos humoristas do Última Hora. O boato sobre a atitude “sacrílega”, conforme a opinião dos religiosos, se espalhou rapidamente e alguns militantes católicos mais exaltados chegaram a incendiar um veículo de propriedade do jornal no Vale do Paraíba em São Paulo.

As relações com a Igreja Católica, que já não eram das mais próximas, como ressalta o jornalista, se tornaram ainda mais críticas. Os inimigos políticos de Wainer não perderam a oportunidade de explorar a situação. Em São Paulo o governador Adhemar de Barros, no Rio o deputado Amaral Neto e o governador Carlos Lacerda lideraram a ofensiva contra o jornal Última Hora e a figura de seu proprietário.

Wainer publicou um editorial reconhecendo a falha e se desculpendo com a população, porém não foi suficiente. Com a intercessão do Presidente João Goulart, conseguiu uma audiência com o cardeal-arcebispo de Aparecida dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota na tentativa de, ao menos, conseguir alterar o trajeto da passeata de desagravo a Nossa Senhora que passaria pelas proximidades do prédio da redação paulista. Após negociações o jornalista conseguiu salvar a redação da quase inevitável destruição, porém sua relação com a Igreja e o público católico sofreu grande desgaste com o episódio.

¹² Na obra o autor refere-se ao episódio como se este tivesse ocorrido no ano de 1962, porém todas as manifestações de repúdio foram publicadas na Folha do Norte do Paraná em edições do ano de 1963. O cronista e cartunista Dante Mendonça comentando a respeito das polêmicas geradas em torno da utilização de símbolos religiosos em charges e caricaturas relembra o ocorrido. Segundo o texto, de sua autoria e baseado na fala do jornalista Mussa José Assis, que trabalhou na Última Hora de São Paulo antes de dirigir periódicos paranaenses, a charge supostamente ofensiva à figura da padroeira foi publicada em 1963, na edição dominical do jornal paulista. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/colunistas/dante-mendonca/94026/>>

A animosidade de dom Jaime Luiz Coelho para com o jornal era declarada. Não surpreende que a Folha tenha realizado ampla cobertura das manifestações paranaenses contra as “atitudes sacrílegas e injuriosas” (FOLHA DO NORTE, 3 set. 1963, p.2) do periódico. Nos quatro textos publicados é perceptível a preocupação de registrar a mobilização de diversos setores da sociedade (políticos, estudantes, operários), tanto na defesa da fé católica como na condenação dos responsáveis pelo ocorrido.

Empresas, grupos e indivíduos manifestaram de diversas maneiras sua solidariedade à instituição. O texto publicado na edição do dia 03 de setembro intitulado “Repúdio pelo ultraje a padroeira do Brasil” abordava as manifestações ocorridas na cidade de Apucarana. O editorial finaliza suas considerações convocando o povo a participar de uma grandiosa procissão de desagravo a Nossa Senhora Aparecida, que ocorreria no domingo dia 08 (FOLHA DO NORTE, 3 set. 1963, p.2).

Passeatas e orações não foram as únicas ações conclamadas para responder ao suposto atentado. Na edição do dia 31 de agosto, a Folha do Norte do Paraná veiculou um texto no qual um órgão da igreja convocava os cristãos do país a sabotarem o jornal acusado. O texto fornecido pela agência Tranpress dizia o seguinte: “A Radio Aparecida do Norte, solicita, num veemente apelo para que o povo cristão do Brasil não leia e nem assine o jornal “Última Hora”, numa demonstração de dignidade e em defesa da fé brasileira” (FOLHA DO NORTE, 31 ago. 1963, p.2).

A acusação de comunista acompanhou a trajetória do jornal carioca ao longo de boa parte de sua história. Na edição extra, publicada no dia 31 de agosto, foi veiculado um texto, ainda sobre as manifestações de repúdio ao “Última Hora”, que evidenciava a opinião da Folha do Norte do Paraná sobre a origem e a sustentação financeira e ideológica do periódico:

De toda parte do território nacional, de todas as camadas da população, de entidades, religiosas ou não, tem partido protestos veementes e indignados, contra a ousadia do jornal ostensivamente financiado por Moscou, Cuba e outros satélites da infeliz terra do comunismo (FOLHA DO NORTE, 31 ago. 1963, p.2).

As críticas, destinadas ao jornal Última Hora, eram, de certa forma, frequentes nas páginas do periódico católico. A repercussão gerada pelo incidente com a imagem da padroeira do Brasil revelou o poder de mobilização do catolicismo. No entanto, é preciso

considerar que esse potencial mobilizador, principalmente no episódio em questão, poderia não estar diretamente ligado à luta contra comunismo.

2.5 A IGREJA E O GOLPE DE 1964

Nos meses que precederam ao golpe de 1964, a ideia de que o Brasil marchava rumo a comunização ganhava cada vez mais adeptos, sobretudo, no meio católico. A preocupação dos religiosos com o destino da nação foi expressa em diversos textos veiculados pela imprensa nacional. Manifestos e declarações do episcopado brasileiro, assim como artigos e matérias abordando iniciativas individuais de religiosos na luta contra o comunismo, ocuparam um espaço privilegiado em inúmeros periódicos por todo o país. Com a Folha do Norte do Paraná não foi diferente.

A publicação de matérias anticomunistas baseadas no discurso e nas ações de líderes católicos não foi feita de maneira aleatória. A autoridade inerente a tais figuras conferia credibilidade ao discurso por elas sustentado, assim como legitimava a postura assumida pelo periódico em questão. No caso, de instrumento cristão na luta contra o avanço das ideias comunistas no norte do estado.

Nos primeiros meses de 1964, período que antecede o golpe, a Folha do Norte do Paraná veiculou vários textos baseados na fala do então Cardeal e Arcebispo do Rio de Janeiro dom Jaime de Barros Câmara, uma das grandes referências do anticomunismo católico no Brasil. A grande maioria dos artigos baseava-se nos discursos proferidos pelo religioso em seu programa radiofônico “A Voz do Pastor” que ia ao ar todas as sextas-feiras através da radio carioca Vera Cruz.

Em síntese, os textos publicados no período anterior ao golpe destacavam a infiltração comunista no país e teciam inúmeras críticas à suposta cumplicidade do governo com tais iniciativas. A discussão em torno da legalização do Partido Comunista Brasileiro foi alvo das investidas do clérigo que reconheceu como sua, assim como dos demais líderes católicos, a obrigação de alertar aos fiéis para mais esta “afronta a Deus” (FOLHA DO NORTE, 6 Mar. 1964, p. 2). O religioso conclui a circular enviada ao clero nacional com o seguinte pedido: “Queria V. Revma., em suas pregações ao nosso bom povo alertar caridosa, mas firmemente, contra o perigo comunista que ronda a querida Terra de Santa Cruz” (FOLHA DO NORTE, 6 Mar. 1964, p. 2).

A página sete da edição do dia 25 de fevereiro de 1964 foi quase que completamente tomada pela publicação do manifesto de lançamento de uma pastoral anticomunista no estado de Minas Gerais. A organização foi fundada pelo então arcebispo de Mariana dom Oscar de Oliveira com o objetivo de alertar a população católica sobre os perigos da suposta infiltração comunista. O texto, reproduzido na íntegra e intitulado “Arcebispo lança pastoral contra o comunismo” abordava inicialmente a incompatibilidade existente entre cristianismo e comunismo, argumento central do discurso anticomunista católico (FOLHA DO NORTE, 25 Fev. 1964, p.07).

Um dos objetivos atribuídos ao comunismo na publicação foi o de “ocupar o lugar da fé religiosa e tornar o mundo profano” (FOLHA DO NORTE, 25 Fev. 1964, p.07), nesse sentido o autor reafirma a posição do comunismo como principal inimigo da Igreja e do esforço constante empregado pelos vermelhos para destruí-la. Segundo o autor, muitos chegavam até mesmo a se infiltrar em organizações católicas e se apropriar do discurso pontifício para ludibriar os fiéis. Assim sendo, ressaltava a necessidade de conhecer os métodos e manobras comunistas para deles se defender de maneira adequada. Outro ponto enfatizado foi a importância da participação política dos fiéis, através do voto consciente em candidatos comprometidos com os valores cristãos.

Sob o insinuante título: “Bispos da Bahia Denunciam: O País Está Sendo Entregue a Seus Piores Inimigos”, a edição do dia 10 de março de 1964 publicou texto que expressava o posicionamento oficial dos bispos da Bahia. O artigo foi baseado em uma declaração divulgada pelos religiosos baianos em que abordavam, principalmente, o suposto processo de subversão em marcha no país. Dentre as exortações presentes no documento e retransmitidas no artigo uma se sobressaiu: o apelo à urgência imposta pelo momento, a insistência na necessidade de uma ação imediata para proteger a pátria e a Igreja frente o suposto avanço comunista.

A hora não comporta neutralismos, indefinição dos comodistas covardes, aproveitadores incolores dos que fazem de conta não perceber a gravidade que nos ameaça. Se já ninguém tem mais direito de negar que o altar e a Pátria estão em perigo, nosso dever é povoar, se for preciso, trincheiras para garanti-los (FOLHA DO NORTE, 10 mar. 1964, p.2).

Os fiéis são convocados a defender o altar e a Pátria diante da alardeada iminência da ameaça comunista. Nessa batalha, assumida não só por religiosos, os exemplos de resistência

e “defesa democrática” são constantemente resgatados e apontados como norteadores do caminho a ser seguido. Tal ideia foi trabalhada em diversos textos publicados pela Folha do Norte do Paraná, sobretudo, no período que antecede o golpe militar de 1964. O caso da mobilização popular anticomunista ocorrida em Minas Gerais no início do ano tornou-se emblemático desse cenário e foi amplamente explorado pela imprensa nacional.

Em janeiro de 1964, um grupo de mulheres mineiras organizou um movimento de cunho conservador com o objetivo de impedir a realização do congresso para a construção da Central Única dos Trabalhadores da América Latina (CUTAL) em Belo Horizonte. Segundo Paulo Giovani Antonino Nunes (2013), as mulheres partiram para ações radicais como o cerco de hotéis onde se encontravam hospedados alguns congressistas e a realização de um grande comício no dia 20 de janeiro contra o referido congresso. Diante do clima tenso que se instaurou o evento foi transferido para Brasília. Com a vitória do movimento e a grande repercussão na imprensa nacional foi criada a Liga da Mulher Democrata (LIMDE). A organização que objetivava conscientizar e doutrinar a opinião pública dentro de perspectivas anticomunistas desempenhou um papel importante no processo de mobilização contra o governo de João Goulart.

No dia 25 de fevereiro de 1964 as mulheres mineiras deram mais uma demonstração de força e articulação ao impedirem a realização de um comício do líder trabalhista Leonel Brizola em defesa das reformas de base na capital Belo Horizonte. O episódio trouxe grande visibilidade para a organização e foi tomado como modelo por inúmeros outros grupos país afora.

Na edição do dia 12 de março a Folha do Norte do Paraná publicou uma matéria baseada em entrevista concedida pelo padre Caio Alvim de Castro em que fica clara a importância atribuída à postura assumida pelos católicos mineiros nas recentes manifestações. Sob o título “Católicos Mineiros continuam de pé em Defesa do Regime” o texto ressalta persistência e a convicção dos fiéis na defesa do regime democrático contra qualquer tentativa comunista. Referindo-se a mobilização contra os congressos comunistas o religioso lamentou que muitos jovens católicos tenham se deixado envolver pela “pregação comunista sob formulas de um falso nacionalismo” (FOLHA DO NORTE, 12 mar. 1964, p.4).

Porém, segundo ele, mais lamentável ainda era o fato de um sacerdote tornar-se adepto de tais ideias, traindo assim, na sua perspectiva, a Igreja e o povo que o acolheu. O religioso referia-se ao padre português, naturalizado brasileiro, Alípio de Freitas que estaria participando dos eventos. O clérigo desempenhou um papel fundamental na fundação das Ligas Camponesas no nordeste. Com o golpe de 1964 o ex-sacerdote, que havia rompido com

a Igreja em 1962, se tornou uma figura extremamente visada pela repressão. Permaneceu algum tempo exilado no México e posteriormente em Cuba, porém retornando para o Brasil foi preso e torturado pela ditadura.

Segundo o texto, graças à intervenção dos “democratas”, que ocupavam a grande maioria do auditório, o evento não se realizou. Frente à ação dos católicos os promotores do evento teriam assaltado um automóvel e evadido do local. O padre Alvim encerra sua fala conclamando a população da Guanabara, a exemplo do povo mineiro, a não dar tréguas às investidas comunistas.

Frente às diversas manifestações de repúdio ao comunismo que partiram de representantes católicos de todo o país, em muitos casos através de manifestos e declarações oficiais como mencionado, os bispos do Paraná não permaneceram calados. Na edição do dia 02 de abril de 1964 foi publicado na integra um manifesto do episcopado paranaense intitulado: “Perigos da hora presente – reformas sim. Subversão não – a hora é de vigilância e de luta” assinado pelo arcebispo de Curitiba e demais bispos do estado no dia 31 de março.

Como o título sugere, a produção do documento é justificada em função do contexto de crise que marca o cenário político nacional. Segundo a declaração dos religiosos, “Nessa hora triste e insegura, cheia de angústias e sobressaltos, em que a Nação se depaupera econômica e moralmente, presa de graves agitações sociais. Nós os Bispos do Paraná, não podemos permanecer indiferentes à grande aflição de nosso povo” (FOLHA DO NORTE, 02 Abr. 1964, p.5).

O manifesto foi dividido em quatro tópicos e aborda, além das reformas de base, o perigo representado pelo avanço do comunismo no país, a proposta de encampação de colégios livres no estado e a reforma da constituição. Nele os religiosos reconhecem a necessidade de reformas sociais profundas, porém condenam as tentativas simplistas de realizá-las, assim como qualquer tipo de radicalização que só beneficiaria os verdadeiros inimigos da pátria. A respeito da suposta infiltração comunista que acreditavam estar em curso no país afirmam o seguinte:

O maior perigo do momento é, sem dúvida, o avanço comunista. Seria criminosa ingenuidade fechar os olhos ante os indícios alarmantes de penetração comunista em todos os setores da vida nacional. Pontos chave da nação estão em mãos de elementos confessadamente comunistas ou a eles úteis em extremo (FOLHA DO NORTE, 2 Abr. 1964, p.5).

Além da já mencionada incompatibilidade entre comunismo e cristianismo, o texto adverte os leitores para a “enganosa percepção” de que os comunistas agiriam em função da solução adequada para as questões sociais. Atribuem a eles o propósito de destruição de Deus, da religião e da liberdade, assim como um programa de ódio e luta entre as classes. O documento condena também, ainda que em menor grau, o capitalismo egoísta, os excessos de lucro e poder econômico que comprometem a paz social.

Dentre os indícios destacados pelos religiosos que tornaram perceptível a suposta infiltração comunista no país, um foi abordado de maneira especial, o suposto atentado ao ensino livre que poderia se desdobrar até mesmo na encampação dos colégios particulares. Tal proposta, juntamente com o projeto de criação de um livro didático único, editado pelo Ministério da Educação, e obrigatório em todas as escolas causou uma grande mobilização de diversos setores da sociedade curitibana. O movimento acabou culminando com a realização da “Marcha em favor do ensino livre”, manifestação correspondente às “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” que foram desencadeadas em outros estados da federação.

De acordo com Codato e Oliveira (2004), na capital paranaense o movimento assumiu reivindicações muito próprias. Diferentemente do ocorrido em outras cidades, foi priorizada a questão das liberdades individuais, deixando os valores tradicionais cristãos em segundo plano. A possível estatização dos colégios particulares e o monopólio da produção de material didático, assim como da formação ideológica dos alunos, representava para os setores envolvidos uma ameaça à livre iniciativa e afetava diretamente os interesses de muitos empresários ligados à indústria gráfica e de ensino. Realizada no dia 24 de março, sob uma chuva torrencial, a “Marcha em favor do ensino livre” levou aproximadamente trinta mil pessoas à praça Santos Andrade em Curitiba, de onde partiram rumo ao Palácio do Iguazu.

O movimento contou com o apoio, além dos representantes da cúpula da Igreja na região, de diversos grupos católicos. Segundo os autores, dentre eles, o que mais se destacou foi a União Cívica Feminina (UCF). A entidade assistencialista, composta majoritariamente por mulheres oriundas das camadas médias tradicionais curitibanas juntamente com os membros da Associação Comercial do Paraná (ACOPA) organizaram a referida manifestação, assim como diversas outras atividades de oposição ao governo Goulart.

Na edição do dia 31 de março a Folha do Norte do Paraná estampou a primeira página com uma foto da referida manifestação, segundo o periódico, cerca de 40 mil pessoas teriam comparecido ao “protesto contra comunização do ensino”, mesmo com a forte chuva que se abatia sob a capital paranaense (FOLHA DO NORTE, 31 Mar. 1964, p.1).

Se antes da intervenção militar ocorrida em março de 1964 o discurso oficial católico alertava a população diante da “iminente infiltração comunista”, após a vitória da dita “Revolução” predominaram os agradecimentos e expectativas positivas em relação ao futuro do país, ao menos num primeiro momento.

Entre os dias 27 e 29 de maio de 1964, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro uma reunião extraordinária convocada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) envolvendo lideranças católicas de todo o território. O objetivo do referido encontro era firmar e oficializar uma posição frente aos acontecimentos recentes que mudaram os rumos da vida política no país. Em decorrência, foi elaborado um manifesto que expressava a opinião oficial da instituição sobre a situação política nacional e mencionava, dentre outras coisas, a avançada infiltração comunista no Brasil e a atuação heroica dos militares ao deter tal ameaça.

Apesar do tom da declaração ser predominante de apoio ao golpe, de acordo com Salem (1981), o próprio texto apresentava elementos que nos permitem perceber as discordâncias entre os membros da conferência. Segundo a autora, a reunião foi marcada por um “racha” entre os presentes. As divergências de opinião entre o ultraconservador D. Sigaud¹³, bispo de Diamantina e do progressista D. Helder Câmara, arcebispo de Olinda, teriam resultado na elaboração de dois textos diferentes que acabaram condensados em um mesmo documento.

A respeito dos conflitos internos enfrentados pela Igreja brasileira nesse contexto Mainwaring (1989) faz importantes observações. De acordo com o autor, os religiosos se encontravam divididos. Em um extremo, a esquerda católica e seu compromisso com as mudanças sociais radicais. No outro, os tradicionalistas, que formariam a direita católica que contribuiu na gestação do golpe de 1964. Porém, segundo ele, a maioria dos membros não pertencia a nenhum dos extremos, encontravam-se divididos entre reformistas e modernizadores conservadores que, em virtude da conjuntura optaram por apoiar a vertente conservadora. As aparentes contradições, presentes no documento, refletem essa situação.

Seu conteúdo foi abordado por três textos publicados pela Folha do Norte do Paraná entre os meses de junho e julho do mesmo ano. Três dias após a sua divulgação no Rio de Janeiro o comunicado foi veiculado na íntegra pelo periódico sob o seguinte título: “Bispos: As Forças Armadas Livraram o País do Comunismo”. Direcionado a religiosos e fiéis de todo o país o documento sintetizava a visão do setor mais conservador da Igreja sobre a tomada do poder pelos militares. Como bem evidencia o título da matéria, no discurso católico, coube às

¹³ Antes de assumir a arquidiocese de Diamantina, dom Geraldo de Proença Sigaud foi bispo da diocese de Jacarezinho, no Paraná, entre 1947 e 1961.

forças armadas o papel literal de salvar a pátria diante da “marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder” (FOLHA DO NORTE, 05 Jun. 1964, p.3).

Em síntese, a declaração objetivava levar aos fiéis palavras de “esclarecimento, conforto e estímulo” em função das mudanças ocorridas no cenário político nacional. Em primeiro lugar a ação dos militares é apresentada no documento como resposta ao clamor de todo povo brasileiro que percebia, angustiado, a proximidade da ameaça comunista. Segundo o documento, atendendo a tal chamado e pondo em risco suas próprias vidas, os membros das forças armadas teriam salvo o país da “implantação do regime bolchevista em nossa terra” e contribuído para a instauração de um clima de “alívio e esperança”.

Em seguida o texto aborda a necessidade de punir os responsáveis, os causadores da desordem e assim consolidar a vitória. No entanto, também adverte para os possíveis excessos e abusos gerados pelo ódio e a vingança. A importância dos princípios da doutrina social cristã e a cooperação católica para com as autoridades políticas dos diferentes níveis são também mencionadas (FOLHA DO NORTE, 05 Jun. 1964, p.3).

Os agradecimentos aos militares perpassam toda a declaração. Porém, apesar de reconhecer as “boas intenções” do governo e as dificuldades de ação impostas pelo momento, os bispos se posicionam de maneira contrária a ação de certos elementos que estariam promovendo hostilidades para com a Igreja. Segundo eles,

não aceitamos, nem jamais poderemos aceitar a acusação injuriosa, generalizada ou gratuita, velada ou explícita, de que bispos sacerdotes e fiéis ou organizações, como, por exemplo, Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), sejam comunistas, ou comunizantes (FOLHA DO NORTE, 05 Jun. 1964, p.3).

A preocupação presente na advertência feita pelos bispos mostrou-se mais do que fundamentada ao longo das duas décadas de regime militar. A perseguição a membros da Igreja Católica foi um dos principais pontos de conflito entre o governo e a instituição no período. O jornalista Marcio Moreira Alves apresenta em sua obra “Cristo do povo” os resultados de um vasto levantamento sobre os cristãos que foram perseguidos durante os anos iniciais da ditadura no Brasil. Buscando compreender as razões que motivaram tal perseguição, o autor se deparou com o âmbito dos movimentos de ação social no país, organizados por católicos e protestantes, cuja atuação foi inúmeras vezes tachada de comunista.

Membros de organizações estudantis, religiosos, políticos, professores e diversos outros profissionais foram perseguidos, fichados ou presos durante a ditadura em virtude de sua participação em lutas e reivindicações sociais ligadas à Igreja Católica. Segundo o autor, após 1964 ocorreu no Brasil uma perseguição generalizada a todos os movimentos que defendiam mudanças e reformas pautadas na justiça social. Os membros da alta hierarquia católica não foram atingidos, porém grupos como a Ação Católica (AC), Juventude Universitária Católica (JUC), e a Juventude Operária Católica (JOC) conviveram nesse período com a constante suspeita de serem órgãos auxiliares do Partido Comunista.

Na edição do dia 24 de Junho, através da coluna “Reconstruir o Mundo” foi veiculado um texto extraído da Folha de S. Paulo que tece inúmeros elogios ao manifesto dos bispos. Sintetizando os principais pontos do “lúcido, corajoso e oportuno” (FOLHA DO NORTE, 24 Jul. 1964, p.2) documento a publicação destacava a importância do apoio católico aos militares assim como das advertências endereçadas ao novo governo. De acordo com o texto e em consonância com o conteúdo do manifesto, a restauração da ordem social em bases cristãs e democráticas não seria atingida apenas através da repressão policial ao comunismo, mas sim com a extinção das injustiças sociais que permitem o seu florescimento.

No dia 22 de Julho a declaração dos bispos foi novamente mencionada, porém, para além do seu conteúdo que, segundo o jornal falaria por si mesmo, o texto expressava a completa aceitação dos pressupostos presentes no documento e o apoio conferido ao novo governo, como se pode perceber no trecho a seguir:

O que importa, agora, é o apoio franco e efetivo ao Governo, cuja disposição de reconstrução nacional, em bases verdadeiramente democráticas e cristãs diariamente se torna mais patente e corajosa. Fiel a sua tradição de colaboração leal com o Estado a Igreja a postos e a declaração dos metropolitanos é disso documento, para cooperar na cruzada de renovação social para o bem e o progresso de nossa Pátria (FOLHA DO NORTE, 22 jul.1964, p.2).

Em consonância com a postura assumida oficialmente pelo episcopado brasileiro dom Jaime Câmara expressou em diversos momentos o apoio incondicional à “Revolução”. De acordo com o seu discurso, o movimento foi necessário, visto que, a deflagração da revolução comunista era iminente e era o próprio governo quem protegia os inimigos da pátria. As

comparações com outros movimentos revolucionários, sobretudo, o cubano foram exploradas para evidenciar a “benignidade” da “revolução” brasileira. Segundo o arcebispo,

Quando se pensa que em Cuba foram já fuziladas mais de três mil pessoas, até de menor idade, condenadas em processos sumários de tribunais populares agitados, furiosos, apaixonados... Quando se sabe que a população cubana não atinge 7 milhões de almas e, destas, mais de 74 mil se acham nos cárceres castristas; e, no Brasil, de 80 milhões de habitantes, quão poucos estão presos para averiguação! Quem poderá deixar de louvar a Deus por tanta benignidade em tempo de Revolução? (FOLHA DO NORTE, 2 Jun. 1964, p.7).

Outro ponto enfatizado por dom Jaime de Barros Câmara era a necessidade de punição dos elementos subversivos que haviam atentado contra a pátria. Segundo ele a vitória do movimento revolucionário só traria resultados favoráveis para a população mediante a “rigorosa e severa punição dos culpados” (FOLHA DO NORTE, 7 Abr. 1964, p.4). Em diversos momentos o religioso chega a condenar os “exageros de tolerância” (FOLHA DO NORTE, 2 Jun. 1964, p.7) do novo governo para com os culpados. Segundo ele,

a tolerância que acoberta os facínoras favorece a ousadia para o mal, incentiva outros a seguirem os mesmos descaminhos e para a insegurança pública por que quando os criminosos permanecem impunes, não há paz nem ordem, desaparecem as garantias de vida e de bens, de honra e dignidade (FOLHA DO NORTE, 7 Mai. 1964, p.7).

Como argumentam Codato e Oliveira, “O anticomunismo e o antipopulismo transformaram-se em argumento político para legitimar uma intervenção militar redentora. Não é estranho, portanto, que a consciência conservadora tenha podido representar o golpe de Estado como resultado da ação da divina Providência” (2004, p.274). O discurso anticomunista do jornal Folha do Norte seguiu tais preceitos. Em um texto intitulado “Gostamos da Nossa Revolução” publicado no dia 02 de junho de 1964 na coluna “Hoje e amanhã” o articulista, não identificado, evoca partes dos discursos de importantes figuras envolvidas no processo que atribuem à intervenção divina o desfecho do episódio. Citando, respectivamente, trechos dos pronunciamentos do General Mourão Filho e do governador Adhemar de Barros o periódico assim manifesta seu ponto de vista:

‘Foi Deus quem ganhou a revolução’, esta a exclamação geral. O general Mourão Filho, em praça pública deu este testemunho: ‘Nós estávamos sob o comando de Deus. Mesmo que quiséssemos parar, não podíamos’. [...] ‘Fomos apenas instrumentos da Providência Divina, a Vitória foi de Deus’ (FOLHA DO NORTE, Jun. 1964, p.3).

Os textos acima mencionados evidenciam o alinhamento da Folha do Norte do Paraná com a posição assumida oficialmente, a princípio, pela Igreja Católica em relação à tomada do poder pelos militares. Creditamos tal postura aos responsáveis pela linha editorial do periódico, de maneira especial a seu fundador o bispo diocesano dom Jaime Luiz Coelho, cujo apoio aos militares expressou diversas vezes através dos editoriais do jornal.

Na década de 1960 a instituição expressava, através da atuação de diversos de seus membros, uma maior preocupação com a questão social no país. Por que então, até mesmo muitos de seus representantes considerados progressistas apoiaram o golpe? Acreditamos que nessa conjuntura o poder de mobilização do anticomunismo desempenhou um papel central.

Segundo Mainwaring (1989), o crescimento da esquerda no início da década de 1960 afetou a Igreja Católica. Muitos de seus membros, preocupados com o comunismo e a desordem social, se aliaram às forças anti-esquerdistas. De acordo com o autor, dentro da instituição, o principal sinal desse fenômeno foi a consolidação da direita católica reacionária. Porém, não foi apenas a extrema direita que participou do movimento que culminou com o golpe de 1964. Assim como os setores moderados da sociedade que, temendo a desordem social e uma revolução comunista, apoiaram os militares, muitos religiosos se aliaram aos setores mais conservadores da Igreja.

Dentro de poucos anos a Igreja Católica brasileira deixou de apoiar o regime militar e passou para o campo da oposição, tornando-se uma de suas principais representantes. Os motivos desse deslocamento merecem nossa atenção. As transformações políticas ocorridas no pós 1964 e o incentivo da Igreja internacional conduziram tal mudança. Segundo Mainwaring (1989), as violações aos direitos humanos, a marginalização das classes populares e a repressão que se abateu contra membros da Igreja estão no cerne desse processo.

As primeiras críticas católicas ao regime militar partiram da iniciativa de igrejas regionais. Nesse aspecto, as Igrejas do Amazonas e do Nordeste desempenharam um papel fundamental na mudança de posição da instituição em relação ao governo dos militares. Diversas iniciativas pontuais desenvolvidas por religiosos e leigos junto à população pobre,

desamparada e perseguida dessas regiões contribuíram para que a Igreja se tornasse mais progressista. No entanto, como mencionado, essa atuação rendeu acusações de subversão para muitos dos envolvidos, fossem eles leigos ou religiosos.

O contato direto com a pobreza e as lutas sociais presentes nessas regiões tornaram os representantes católicos mais conscientes da necessidade de intervenção por parte do Estado para garantir os direitos e o bem estar social dessas populações.

Dom Helder Câmara, líder católico no Nordeste, foi constantemente atacado pelos militares e também pelos membros mais conservadores do clero nacional em virtude de suas posições políticas. No entanto, mais do que críticas sua atuação e principalmente a perseguição de que foi alvo angariou a solidariedade de muitas figuras importantes do universo católico. Nesse sentido, como argumenta Mainwaring, “A repressão contra a Igreja, que visava silenciar os progressistas, acabou por fortalecê-los” (1989, p.118). A repressão aplicada contra membros da instituição, leigos ou religiosos, mobilizou a opinião dos grupos conservadores. Estes podiam até discordar do trabalho que era desenvolvido junto às bases, porém condenavam expressamente a intervenção estatal na atuação da Igreja.

Todas as questões aqui pontuadas não podem se compreendidas satisfatoriamente dissociadas do contexto histórico a que pertencem. Para citar apenas um exemplo, a Igreja Católica de 1964 que oficialmente apoiou o golpe e o regime militar tornou-se uma de suas principais opositoras na década de 1970. Como mencionamos, essa mudança de posicionamento foi, em grande parte, um reflexo da conjuntura vivenciada pela instituição em cada período.

3. O ANTICOMUNISMO NA CONJUNTURA POLÍTICA DO PRÉ-GOLPE DE 1964

O início da década de 1960, sobretudo os primeiros meses de 1964, foi um período marcado por uma intensa mobilização anticomunista no cenário nacional. Nesse contexto, o temor gerado em torno da “ameaça vermelha” crescia exponencialmente e a necessidade de combatê-la, com todas as armas possíveis, se mostrava imediata.

Um fenômeno que evidenciou claramente a dimensão da campanha ideológica travada no período foram as célebres “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Essas manifestações públicas de repúdio ao governo Jango e ao comunismo, que ocorreram por todo o país a partir do final de março de 1964 e que contaram com ampla participação de diversos setores da população, revelam o quanto essa mobilização anticomunista repercutiu junto à sociedade civil.

Não podemos perder de vista também o cenário político internacional marcado pela Guerra Fria. A América Latina, que durante muito tempo foi considerada um cenário secundário nos embates da Guerra Fria, tornou-se uma grande preocupação para os Estados Unidos com a consolidação da Revolução Cubana de 1959. O movimento revolucionário e a sua posterior consolidação como primeira experiência socialista na América repercutiram em todo continente. Sobretudo entre os grupos de esquerda o impacto foi grande. Segundo Carlos Alberto Barão,

A Revolução Cubana marcou profundamente a esquerda latino-americana, em certa medida, também a esquerda mundial, não somente por demonstrar que era possível vencer o imperialismo norte-americano em seu próprio “quintal”, mas também por ter rompido os padrões clássicos de luta seguidos pela esquerda marxista-leninista da época, sempre centrados no partido revolucionário (BARÃO, 2003, p.263).

O exemplo cubano, em diversos aspectos, passou a inspirar inúmeros movimentos em toda América Latina. No Brasil, a ideia de um movimento guerrilheiro, ainda que com algumas alterações, foi incorporada por diversos grupos que optaram pela luta armada após o golpe de 1964.

O país passou a ser visto como o centro de irradiação do perigo comunista na América. A contenção desta ameaça tornou-se o foco principal do governo estadunidense no período. Nesse sentido, a política externa norte-americana foi direcionada para evitar que outros países

seguissem o mesmo caminho de Cuba. Assim, fomentou a ajuda militar e humanitária aos países vizinhos. A “Aliança para o progresso” foi o programa mais expressivo dessa política. Criada em 1961, o projeto visava fomentar o desenvolvimento econômico dos países da América Latina, elevando assim, o nível de vida de setores carentes da população da região. Segundo Pereira,

Enquanto intervinha nos processos políticos dos países do continente latino, prestando apoio e suporte a líderes, movimentos e instituições com orientação anticomunista, conduzia também uma verdadeira guerra contra o governo castrista cubano (PEREIRA, 2010, p.308-309).

As edições da Folha do Norte do Paraná analisadas neste capítulo refletiam as variantes deste contexto. Todas as manchetes, matérias, notícias e quadrinhos aqui selecionados abordavam esse cenário, ao mesmo tempo em que dele faziam parte. Assim sendo, o objetivo da presente seção consiste em compreender como essa conjuntura influenciou a linha editorial do periódico no que tange ao comunismo. Qual o teor das representações que fazem referência ao comunismo e aos comunistas que foram veiculadas nesse período? Qual a sua contribuição na luta contra a alardeada “ameaça vermelha”?

3.1 A GUERRA FRIA E O COMBATE AO COMUNISMO NA AMÉRICA NAS PÁGINAS DO JORNAL FOLHA DO NORTE DO PARANÁ

A Guerra Fria (1947-1989/1991) compreendeu um período de disputa no qual as duas superpotências mundiais da época, Estados Unidos e União Soviética, se enfrentaram, ainda que indiretamente, pela hegemonia global. As expectativas de paz com o fim da Segunda Guerra Mundial não foram consolidadas, os interesses divergentes dos países vencedores geraram novas disputas que polarizaram o cenário internacional. De um lado, o bloco socialista liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), do outro o bloco capitalista comandado pelos Estados Unidos da América. Apesar da aparente homogeneidade que a noção de “bloco” carrega, não podemos perder de vista as tensões, conflitos e rivalidades que ambos os lados vivenciaram.

Apesar de não ter ocorrido um embate direto entre seus principais representantes, essa nova conjuntura política acarretou a eclosão de conflitos regionais, rebeliões e golpes militares que afetaram diretamente a vida de milhões de pessoas em todo o planeta.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a disputa entre as duas potências foi, de certa forma, transferida para o chamado Terceiro Mundo. Com o surgimento de novos Estados em virtude do esfacelamento dos antigos impérios coloniais, Estados Unidos e União Soviética vislumbraram a possibilidade de adquirir novos aliados. O fornecimento de armas e recursos financeiros, dentre outras coisas, funcionou como moeda de troca para o estabelecimento de laços e relações não necessariamente pautadas em dominação.

Como mencionado, nesse período o continente americano foi revestido de grande importância na luta contra o comunismo, principalmente após a consolidação da Revolução Cubana de 1959 e do estreitamento de relações com a União Soviética. A preocupação em conter a expansão do comunismo no continente foi um tema constante nas publicações analisadas. A necessidade de se evitar e combater movimentos inspirados no modelo “castrista” foi evocada com frequência. Nessa cruzada anticomunista continental, os Estados Unidos assumiram um papel de grande relevância. Para compreender tal postura é necessário que conheçamos algumas características da política externa estadunidense consolidada muito antes do início do período que conhecemos como Guerra Fria.

Desde 1823, com a promulgação da Doutrina Monroe, os Estados Unidos da América assumiram oficialmente seu papel de “potência regional” justificando sua predominância sobre os demais países e a recusa de qualquer intervenção externa no continente (BERTONHA, MUNHOZ, 2009, p.320). Por outro lado, a necessidade de expandir o mercado consumidor para atender aos interesses do seu nascente capitalismo industrial fez com que o país assumisse uma postura mais ofensiva no cenário internacional. Segundo Bertonha e Munhoz (2009), o fato dos Estados Unidos terem ingressado tardiamente nos dois conflitos mundiais refletem uma tentativa de isolacionismo em relação aos países europeus adotada pelo governo norte-americano ao longo da primeira metade do século XX.

Mesmo antes de se envolverem diretamente na Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos desempenhavam um papel de fundamental importância no conflito, o de principal fornecedor das forças aliadas. Com o final da guerra o país emergiu como principal potência econômica do mundo e passou a conformar uma vasta área de influência que, na perspectiva de Bertonha e Munhoz (2009), assumia o perfil de um império, porém diferente do modelo europeu. A dominação estadunidense sobre as áreas subordinadas se dava através da hegemonia ou da influência indireta, com algumas exceções. Essa estratégia poupava o

desgaste do governo norte americano em manter um império pela força e dava certa margem de liberdade para os povos dominados.

Munhoz (2009) destaca a centralidade da ideia do “destino manifesto” no caráter expansionista da política externa estadunidense desde o século XIX. Segundo o autor:

A crença de que os Estados Unidos eram a nova Jerusalém e de que o seu povo havia recebido a missão divina de levar a palavra de Deus e a “civilização americana” alimentava as ideias de expansão territorial. Assim, acreditava-se que alargar o território em direção às terras dos “selvagens indígenas” ou dos católicos hispânicos, mesmo que pela força das armas, era o cumprimento da vontade de Deus transmitida ao povo americano, o único por ele dotado de vontade, ética e moral para cumprir esses desígnios divinos. Na segunda metade do século XX, com a eclosão da Guerra Fria, a crença na missão divina e na certeza de que a civilização ocidental estava ameaçada pelo comunismo deu origem a um fenômeno denominado por alguns autores como religião civil. Essa perspectiva, de um lado, associava o comunismo ao “reino do mal”, às obras do demônio e ao ateísmo, e, de outro, relacionava o liberalismo às virtudes da civilização ocidental cristã e ao bem comum (MUNHOZ, 2009, p.246).

Nessa perspectiva, podemos pensar o anticomunismo como um elemento central da Guerra Fria. A presença do fator ideológico foi sem dúvidas uma de suas principais características. Segundo Bertonha (2009), o fato de ambos os lados possuírem padrões ideológicos excludentes (capitalismo e comunismo) fortaleceu a ideologia como motor das relações internacionais. No entanto, não podemos perder de vista que em muitos momentos a defesa dos referidos sistemas foi utilizada de maneira instrumental por ambos os lados para atingir seus objetivos.

As informações veiculadas pela Folha do Norte do Paraná em relação a essa conjuntura carregavam o ponto de vista predominante na grande imprensa nacional no período. É válido ressaltar que boa parte do conteúdo publicado pelo periódico era fornecida por agências de notícias nacionais e internacionais ou retirada de outros veículos de comunicação que se utilizavam da mesma prática. Porém, não foram raras as ocasiões em que o jornal se valeu de textos que expressavam opiniões pessoais sobre o tema. Com base nas matérias analisadas foi possível constatar a insistência na ideia da “ameaça comunista” que rondava o continente.

Uma característica assumida pelo discurso anticomunista do jornal Folha do Norte do Paraná foi a crítica realizada a governos de países que viviam sob um regime comunista.

Dentre os diversos casos possíveis, optamos por analisar as notícias, reportagens, imagens e quadrinhos que faziam referência a Cuba. Tal escolha foi feita em função da frequência com que tais informações apareceram em seus editoriais e também a intensidade do seu teor anticomunista. Muitas das publicações analisadas combinaram críticas a Cuba na esfera política, econômica e religiosa. No presente subtítulo, optamos por analisar inicialmente textos que, contemplando tais esferas, abordavam a situação cubana sob a perspectiva de um religioso.

De acordo com Scott Mainwaring (1989), o movimento revolucionário em Cuba causou grande impacto na Igreja Católica do continente. No Brasil, o autor destaca a ocorrência de diferentes reações envolvendo tanto leigos como religiosos. Segundo ele, alguns se sentiram inspirados a intensificar a luta em prol de mudanças sociais radicais, outros a defender a ordem estabelecida com mais afinco e outros ainda a promover o reformismo como caminho alternativo e forma de evitar uma revolução. De acordo com o autor, esta teria sido a alternativa mais cotada entre o público católico.

Dentre os textos selecionados, está uma série de quatro artigos intitulada “Evolução da revolução em Cuba” de autoria do Padre Novaes¹⁴. Foram publicados respectivamente nos dias 01, 02, 05, 06 de março de 1963 na coluna “Ontem, hoje e amanhã” assinada pelo religioso e veiculada por muitos anos na terceira página do periódico. O primeiro artigo iniciava-se com uma citação de Emanuel Mournier¹⁵ sobre os riscos que correm um governo hesitante e o quanto é imperiosa a escolha entre “a Revolução que salva os valores humanos e a que o estrangula” (FOLHA DO NORTE, 01 mar.1963, p.3).

A escolha da referida citação pelo autor não foi de forma alguma aleatória, ela faz parte de um contexto no qual as críticas ao governo federal se tornavam cada vez mais frequentes e intensas. Os jornais noticiavam a iminência do perigo comunista assim como denunciavam a aproximação do presidente com grupos de esquerda.

É preciso ponderar que as diferenças entre reforma e revolução talvez não fossem lá muito claras no início da década de 1960 no Brasil. A associação direta com o comunismo

¹⁴ O Padre João Amâncio da Costa Novaes, natural de Pouso Alegre/MG, foi convidado por dom Jaime Luiz Coelho a integrar o clero da diocese de Maringá em 1962. Membro da Ordem dos Capuchinhos e também graduado em jornalismo, tornou-se um dos primeiros e mais ativos colaboradores da Folha do Norte do Paraná. Seus textos estavam presentes em diversas colunas do periódico.

¹⁵ É interessante destacar que as obras do intelectual católico Emmanuel Mournier exerceram grande influência junto aos grupos da esquerda católica brasileira no início da década de 1960. Segundo Michael Lowy (1989, p.14), “para toda uma geração de católicos brasileiros Emmanuel Mounier foi a ponte entre o anticapitalismo cristão e o anticapitalismo marxista”. O filósofo francês rejeitava categoricamente o sistema capitalista em virtude do seu caráter desumano e acreditava na existência de uma terceira via, nem capitalista nem comunista, para a humanidade. Defendia a implantação de um regime socialista democrático, humanista e cristão.

acompanhou as propostas reformistas incentivadas pelo governo Goulart. A intensa propaganda anticomunista veiculada no período repercutiu entre um público que temia a deflagração de uma revolução social e para o qual as medidas tomadas pelo governo se aproximavam cada vez mais dessa possibilidade.

Em seguida o autor destacava a necessidade de se realizar um resgate das condições de vida em Cuba antes da revolução. Visto que, segundo ele, tais condições é que propiciaram o desencadeamento de um processo revolucionário. O autor atribuía as péssimas condições de vida na ilha à dependência e à exploração que o país sofreu por décadas dos Estados Unidos e fazia uma crítica ao “sistema capitalista anti-humano”, que teria subjogado todo o povo cubano. Segundo ele, em virtude da ambição e da ganância de grandes grupos econômicos norte americanos a economia de Cuba foi impedida de crescer o que deixou a população na mais completa miséria (FOLHA DO NORTE, 01 mar.1963, p.3).

No segundo texto da série o autor destacava a ausência de uma “formação católica autêntica” em Cuba ao mesmo tempo em que denunciava uma igreja voltada apenas para as elites. Segundo ele,

[...] se a mesma tivesse utilizado dos instrumentos de que dispunha para educar a massa popular, em uma perspectiva realmente cristã, dando uma visão humanista da sociedade e do mundo, o desenvolvimento da revolução seria bem outro (FOLHA DO NORTE, 02 mar.1963, p.3).

Após destacar a resistência de uma minoria de cristãos cubanos que viviam intensamente sua devoção e de atribuir a eles a ressurreição do país o autor finaliza o texto com a seguinte afirmação: “Pois Cuba, atualmente, está morta para o bem, e só quer o mal, joguete que é nas mãos de um malvado” (FOLHA DO NORTE, 02 mar.1963, p.3).

No terceiro artigo o autor inicia suas explanações admitindo que houve um período em que a revolução teria sido autêntica. Segundo ele, de janeiro de 1959 a meados de 1960, Cuba viveu sob um tipo de ditadura considerada por ele necessária para aquele momento. Justificava também a reforma agrária realizada nessa fase, cujo objetivo seria diversificar a agricultura, elevar o nível de vida dos camponeses e ampliar o mercado interno.

No quarto e último texto da série o autor discorria sobre a segunda fase da revolução, de meados do ano de 1960 até aquela data, ou seja, 06 de março de 1963 quando o artigo foi publicado. Segundo ele, nesse período a revolução teria perdido sua autenticidade em decorrência da infiltração do Partido Comunista. Dizia também que a organização só teria

conseguido o comando da revolução, pois os cristãos cubanos não tinham quadros preparados para assumir o movimento.

Fica claro que para o religioso a Revolução teria sido desvirtuada em virtude da aproximação do governo cubano com a União Soviética. É interessante ressaltar que este deslocamento não ocorreu de maneira imediata à consolidação do governo revolucionário. Apenas em janeiro de 1961 o governo dos Estados Unidos da América rompeu oficialmente as relações com Cuba. Essa medida pode ser considerada uma resposta às mudanças sociais e econômicas postas em curso na ilha após a revolução de 1959 e que afetavam diretamente os interesses norte-americanos na região. Essa ruptura, por sua vez, permitiu a aproximação definitiva do governo de Fidel Castro com a União Soviética e a definição de Cuba como uma nação socialista.

No texto, o autor ressaltava ainda a preocupação do governo cubano em formar uma elite intelectual e técnica dentro dos preceitos marxistas fornecendo para tanto, todo suporte que os estudantes necessitavam. Nesse sentido, advertia e apontava a revolução cubana como um exemplo bem real do que poderia e deveria acontecer ao Brasil se nada fosse feito. Em relação ao Partido Comunista Brasileiro o autor esclarecia que, apesar de ilegal, ele encontrasse organizado e atuando normalmente, dirigindo suas forças no momento, sobretudo, para o meio rural (FOLHA DO NORTE, 06 mar. 1963, p.3).

O religioso encerrava o texto com uma advertência clara sobre a infiltração comunista que acreditava estar em andamento no país:

De qualquer maneira, uma realidade nos é bem clara: os comunistas estão trabalhando na formação dos seus quadros burocráticos. Sua máquina está sendo montada em todos os setores da vida pública nacional. Nada fazem. Mas criam clima de desmoralização da burguesia dirigente. Virá depois a eclosão do processo revolucionário violento, que é a oportunidade que tem para tomar o poder e apresentar soluções dos problemas que afligem o povo. O exemplo de Cuba está aí. Bem pertinho de nós. A História dos nossos dias ensina ‘que toda revolução violenta levou a implantação de um regime marxista-leninista’.

Mas o mau aluno só aprende quando a lição ‘é exclusivamente para ele...’
“(FOLHA DO NORTE, 06 mar. 1963, p.3).

Como mencionado, a crítica a países comunistas foi um elemento recorrente no discurso anticomunista, católico ou não. Em muitos casos, como o que vimos acima, as experiências políticas de outras nações serviram de base para a elaboração de representações

anticomunistas. As imagens sobre a vida nestes países e sua trajetória eram assimiladas de um ponto de vista específico e retransmitidas para o público leitor com um objetivo claro: ensinar a partir do exemplo. Assim, qualquer país que por ventura seguisse o mesmo caminho sofreria as consequências e teria o mesmo fim. O caso cubano foi, sem dúvidas, um dos mais explorados pela imprensa nacional.

Outro tema constante no imaginário anticomunista católico foram as perseguições sofridas pela igreja ao longo da sua história. Segundo Motta,

O comunismo seria apenas o inimigo mais recente, para uma instituição que se sentia acostumada a grandes desafios e se imaginava vítima da perseguição dos adversários de Deus. A História, porém, demonstraria a força da Igreja: todas as batalhas foram vencidas e os perseguidores dos cristãos destruídos pela divina providência, o que se constituiria na maior prova do caráter verdadeiro da religião (MOTTA, 2002, p.18).

Na edição da Folha do Norte do Paraná do dia 08 de janeiro de 1963 foi publicado um texto de Vicente Barroso intitulado “Presente para Fidel Castro”. Segundo o autor, o suposto presente seria um livro cujo título sintetizava bem a tônica do texto: “História dos ditadores e perseguidores da Igreja”. Na sequência, ele descrevia o índice da obra que contemplava as experiências de diversos governos que promoveram perseguições a Igreja Católica e seus seguidores.

De imperadores romanos a presidentes de países vizinhos a Cuba, como o mexicano Plutarco Calles, foram citados para demonstrar o insucesso daqueles que teriam ousado perseguir a religião cristã. O autor se referia ao líder mexicano da seguinte forma:

Em 1936, Plutarco Calles ensanguentou o México fazendo pendurar católicos nos postes como os açougueiros dependuram linguças... Calles ficou tan tan, leproso, morreu sem arrependimento. Hoje, a Igreja vive no México... (FOLHA DO NORTE, 08 jan. 1963, p.6).

Da mesma forma, em todos os outros exemplos mencionados foi destacado o fim trágico dos perseguidores da fé católica frente à resistência da instituição. Evocando o peso e a força de uma suposta “lição histórica” acreditamos que o texto pretendia servir de

advertência, não só para o líder cubano, mas para qualquer outro governo que se posicionasse contra a Igreja.

As críticas ao governo revolucionário cubano não ficaram por conta apenas das perseguições aos católicos. As falhas econômicas dos países comunistas foram também amplamente exploradas pelo discurso anticomunista católico. A inferioridade da economia cubana e soviética era o tema central do texto “Analisando...”, de autoria do Padre Novaes, que foi publicado no dia 12 de fevereiro de 1963 na coluna “Hoje e amanhã”¹⁶.

Logo no início do texto o autor apresentava dados de uma pesquisa segundo a qual depois de quase 50 anos de regime coletivista o setor agrícola da Rússia não progrediu mais do que 25%. Em seguida, ao mencionar a queda de 30% na produção de açúcar em Cuba no ano de 1962 em relação ao anterior deixa subentendido que tal resultado era reflexo do sistema de trabalho “desencorajador e desumano” vigente no país (FOLHA DO NORTE, 12 fev. 1963, p.3).

Em um pequeno texto publicado na capa da edição do dia 15 de janeiro de 1964 a responsabilidade pela situação econômica da ilha, caracterizada como “desastrosa”, era atribuída à tentativa de adoção do regime soviético. O texto intitulado “A Fome Impera em Cuba: Castro foi a Moscou Resolver a Situação” reafirmava a posição da ilha enquanto satélite do comunismo soviético no continente e conseqüentemente a obrigação do líder Nikita Kruchev prestar-lhe o socorro necessário. O texto foi concluído com a seguinte advertência: “O povo cubano, escravizado pelo regime comuno-castrista, sofre hoje os desmandos de uma ditadura. Entretanto o povo tarda mas não falha” (FOLHA DO NORTE, 15 jan. 1964, p.1).

Na edição do dia 30 de janeiro de 1964 o regime cubano foi novamente alvo de acusações por parte do periódico. O texto intitulado “Regime de Fidel Castro é Humilhado Dentro e Fora do País” tecia severas críticas a subserviência do líder cubano em relação ao governo soviético, assim como destacava a sua falta de autonomia e autoridade dentro do próprio país.

¹⁶ Em algumas edições a coluna aparecia sob o título “Ontem, hoje e amanhã”.

Decisões que afetam a economia e a soberania de Cuba passaram a ser tomadas a 13.000 quilômetros de distancia, em Moscou. (...) A maior prova de que Castro não é senhor de sua própria casa foi oferecida quando o Primeiro Ministro Nikita Khrushchev, da União Soviética, atendendo à insistência dos Estados Unidos, retirou os mísseis soviéticos de Cuba sem sequer haver cumprido a formalidade de consulta prévia ao Primeiro Ministro Cubano. Castro foi relegado, assim, ao papel de um mero fantoche, a cujo controle escapavam as forças armadas de seu próprio território (FOLHA DO NORTE, 30 jan. 1964, p.7).

Podemos perceber que o texto se empenhava em construir a figura de Fidel Castro como um líder débil, facilmente manipulado por forças externas. Destacava também o insucesso das medidas econômicas adotadas pelo primeiro ministro e inspiradas no modelo soviético como a coletivização das fazendas de cana-de-açúcar que, segundo o texto, teria sido mais um fracasso.

Outro aspecto interessante a ser apontado é a insistência em destacar a suposta insatisfação do bloco soviético com o desempenho do governo cubano, chegando até mesmo a mencionar a possibilidade de interrupção da ajuda financeira concedida a ilha. Até mesmo os métodos empregados pelo governo cubano para a expansão das ideias comunistas no continente são classificados pelo texto como “contrários aos objetivos mais caros do comunismo” (FOLHA DO NORTE, 30 jan. 1964, p.7), visto que, na América Latina a estratégia mais utilizada seria a da infiltração e da subversão ideológica e não a de ações violentas diretas. Acreditamos que um dos objetivos do texto seria o de alimentar a ideia do isolamento do governo de Fidel Castro que, sem a ajuda soviética não permaneceria muito tempo no poder.

Ainda sobre Cuba o periódico denunciava o oferecimento de bolsas de estudo pela embaixada cubana no Brasil que envolveriam passeios turísticos pela ilha, coisa que, em sua opinião, “nem um rico país poderia pagar”. Com base nessa informação o autor questionava a origem desse dinheiro, assim como a forma com que era empregado enquanto a população sofria com a miséria e diversas enfermidades (FOLHA DO NORTE, 12 fev. 1963, p.3).

As manifestações contra o governo cubano também ganharam destaque nas páginas da Folha do Norte do Paraná. Protestos de rua ou a ação de grupos contrarrevolucionários foram abordados com relativa frequência. É importante ressaltar que além da insatisfação popular que tais notícias evidenciavam o destaque conferido à repressão desencadeada pelas forças armadas ou por milícias que apoiavam o governo eram sempre retratadas de forma a demonstrar a truculência do Estado contra aqueles que a ele se opunha. Manchetes como

“Governo Cubano Liquidada Contra-Revolucionários” (FOLHA DO NORTE, 6 abr. 1963, p.3) ou “Grupos Rebeldes Eliminados Pelo Governo de Fidel” (FOLHA DO NORTE, 7 abr. 1963, p.5) revelam essa característica.

A ação dos exilados no exterior também mereceu destaque. Na edição do dia 30 de setembro de 1963 o jornal trouxe, em local privilegiado, o pedido feito pelo presidente do conselho revolucionário dos exilados cubanos José Miró Cardona direcionado aos ministros das relações exteriores dos Estados Unidos e América Latina em que solicitou o apoio militar para “rechaçar a invasão soviética no hemisfério e para devolver ao povo cubano os seus direitos de autodeterminação” (FOLHA DO NORTE, 30 set. 1962, p.10). Na edição do dia 8 de março de 1963 foi publicada uma matéria sobre a formação de um governo provisório cubano no exílio sob a liderança do senhor Garcia Colli. Segundo o texto, tal governo abrangeria 96 grupos de asilados cubanos em várias partes do mundo e 16 que ainda estariam lutando em Cuba (FOLHA DO NORTE, 8 mar. 1963, p.5).

De todos os textos referentes a Cuba que foram analisados, um em especial nos chamou a atenção. Para além das críticas sobre a miséria, corrupção e falta de liberdade, constantemente evocadas pelo discurso jornalístico da Folha do Norte do Paraná, o texto em questão apresentava um testemunho com a pretensão de reafirmar e legitimar todas as denúncias já levantadas sobre o caráter nefasto do governo cubano. Publicado na edição do dia 18 de setembro de 1964 o artigo assinado por Almir Ribeiro Guimarães e intitulado “Juana Castro¹⁷, Uma Testemunha” trazia trechos da declaração prestada pela irmã de Fidel Castro para a imprensa brasileira pouco tempo depois de ter deixado seu país de origem. O texto inicia-se com a ilustrativa afirmação:

Todos nós conhecemos a drástica realidade da ditadura comunista de Cuba. Um precioso testemunho ocular, entretanto, veio por em evidência tudo aquilo que já nos enchia de terror. Juana Castro, proclama ao mundo inteiro que Cuba é realmente um país comunista, paupérrimo e corrupto em seu governo (FOLHA DO NORTE, 18 set. 1964, p.3).

¹⁷ Juana Castro Ruz, irmã de Fidel e Raul Castro, nasceu em 1933 na cidade de Birán, em Cuba. Participou ativamente, juntamente com os irmãos, da revolução de 1959. Juanita, como ficou conhecida, chegou a viajar para os Estados Unidos para arrecadar fundos e comprar armas destinadas aos guerrilheiros em Sierra Maestra. Porém, devido a divergências nos rumos tomados pelo movimento, passou a atuar como colaboradora da CIA ainda em território cubano. Sua função nesse período era oferecer cobertura aos agentes da inteligência estadunidense infiltrados no país. Deixou a ilha em 1964 e desde então, vive como exilada em Miami, nos Estados Unidos. Informações obtidas através do documentário “Juanita Castro: a irmã de Fidel no exílio” disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=TOkyfKWR7Ek> >

O autor reconhece que as informações prestadas pela irmã de Castro não são novidades, porém sabia que tal depoimento possuía um grande potencial apelativo. Apesar dos conflitos, os laços de sangue e a proximidade caracterizavam Juana Castro como alguém que conhecia bem a figura do irmão e a sua atuação enquanto líder nacional. Ao mesmo tempo, tal proximidade foi evocada também para conferir ainda mais veracidade a sua fala, visto que, como argumentava o autor, ela não trairia um familiar “senão pela verdade”. Guimaráes foi enfático ao declarar a importância de tal testemunho, segundo ele:

Cuba é isto. Tudo o mais é mentira. Juana, que, como irmã dedicada, ajudara os Castros em Sierra Maestra, não os denunciaria nem os renegaria senão pela verdade. Todos os que ignoram ou fingem ignorar a tremenda realidade cubana, diante do testemunho de Juanita precisam curvar-se. Tal testemunho é eloquente demais. (FOLHA DO NORTE, 18 set. 1964, p.3).

Como mencionado, a ideia de Cuba como uma plataforma de exportação da revolução no continente também esteve presente nas edições da Folha do Norte do Paraná, sobretudo nos dois primeiros anos de circulação. Segundo o periódico, “Alquebrados pelos fracassos domésticos do regime que impuseram a uma nação outrora próspera e livre, os comunistas cubanos buscam notoriedade, tentando conquistar a liderança do movimento comunista na América Latina” (FOLHA DO NORTE, 30 jan. 1964, p.7).

O suporte ideológico e até mesmo material supostamente fornecido pelo governo Cubano a grupos subversivos de países latino-americanos foi alvo de constantes denúncias e acusações presentes nas matérias analisadas. Manchetes como “Terrorismo fidelista na Venezuela” (FOLHA DO NORTE, 9 nov. 1962, p.5), “Plano subversivo em estilo fidelista desbaratado no Peru: dezenas de prisões” (FOLHA DO NORTE, 6 jan. 1963, p.5) acompanhadas, muitas vezes, por textos curtos e desprovidos de informações mais densas cumpriam, acreditamos, o papel de reafirmar o caráter subversivo e expansionista do governo comunista cubano.

O caso da Venezuela merece destaque pela insistência com que o tema foi retomado em várias edições. No dia 9 de novembro de 1962 foi publicada uma pequena nota na qual consta a denúncia feita pelo governo venezuelano contra o regime de Fidel Castro por “inspirar atos de terrorismo em seu território” (FOLHA DO NORTE, 9 nov. 1962, p.5). Os atentados teriam sido dirigidos a empresas petrolíferas na cidade de Maracaibo. No dia 11 do

mesmo mês foi publicada a seguinte manchete: “Castro rebate acusações do governo venezuelano” (FOLHA DO NORTE, 11 nov. 1962, p.5). O pequeno trecho que segue o enunciado limitava-se a mencionar a negativa do líder cubano em relação à autoria dos atentados.

Na edição do dia 10 de março de 1965 o assunto foi retomado com a publicação das conclusões de um relatório produzido pela Comissão Investigadora da Subversão Castro-comunista na Venezuela e apresentado ao conselho da Organização dos Estados Americanos. O documento inicia-se com algumas observações gerais sobre a intervenção do governo cubano do hemisfério, o primeiro ponto dizia exatamente o seguinte:

O atual governo de Cuba, desde sua instalação, em 1959, desenvolveu, auspiciou e dirigiu, de diversos modos, uma política de intervenção no continente, com métodos de propaganda, fornecimento de verbas, treinamento em operações de sabotagem e de guerrilhas e suprimentos de armas, a fim de apoiar movimentos destinados a subverter as instituições nacionais por meio da força, tendo se em vista a implantação de regimes comunistas (FOLHA DO NORTE, 10 mar. 1965, p.7).

Os recursos naturais da Venezuela e sua importância estratégica no continente foram apontados como fatores que teriam despertado o interesse do governo cubano. Este foi diretamente acusado de dirigir uma série de atos visando subverter e derrubar o governo democrático através de propaganda, terrorismo, sabotagem, assaltos e guerrilhas. O documento apontava como indício de tal intervenção um carregamento de armas cujas numerações e demais elementos de identificação teriam sido riscados para não revelar sua origem cubana.

Outro elemento apontado pelo texto foi a descoberta pelas autoridades venezuelanas em 1963 do denominado “Plano Caracas” que deveria ser posto em prática pelas Forças Armadas de Libertação Nacional, de tendência subversiva, e tinha por objetivo tomar a cidade de Caracas, impedir a realização das eleições de primeiro de dezembro do mesmo ano e obter o controle do país (FOLHA DO NORTE, 10 mar. 1965, p.7).

Segundo o periódico, o Brasil também não teria escapado às chamadas “pretensões extremistas do satélite soviético”. A capa da edição do dia 17 de setembro de 1965 trazia com grande destaque a seguinte manchete “Promotor militar denuncia: Dinheiro de Fidel está financiando manobra de Brizola”. De acordo com o pequeno trecho que acompanhava o

enunciado o ex-deputado estaria articulando, juntamente com outros partidários, um movimento contra revolucionário no Brasil. Segundo a denúncia, as despesas de vários destes indivíduos seriam bancadas pelo cunhado do ex-presidente com dinheiro vindo de Cuba (FOLHA DO NORTE, 17 set. 1965, p.1).

Outro recurso empregado pelo jornal na tentativa de desqualificar o governo cubano foi a publicação de tirinhas cujo conteúdo era marcadamente anticomunista. A utilização de imagens pelos meios de comunicação cumpre um papel estratégico, para além da possibilidade de atingir grupos não letrados as imagens carregam uma rápida capacidade de síntese. No Brasil esse recurso foi intensamente explorado pelos grupos anticomunistas ao longo do século XX.

Dentro do recorte temporal estabelecido pela pesquisa foram encontradas 16 tirinhas, todas publicadas no ano de 1965 nos meses de maio (8), junho (1) e agosto (7). Não havia um espaço definido para a sua impressão, as imagens aqui analisadas foram encontradas entre a segunda e quinta página, em geral na barra inferior da lauda. Sob o título “Ivanzinho Terrível”, que nem sempre aparecia, as tirinhas eram compostas por três ou quatro quadros que traziam histórias sempre dos mesmos personagens. Na imagem abaixo temos um exemplo desse tipo de estratégia.

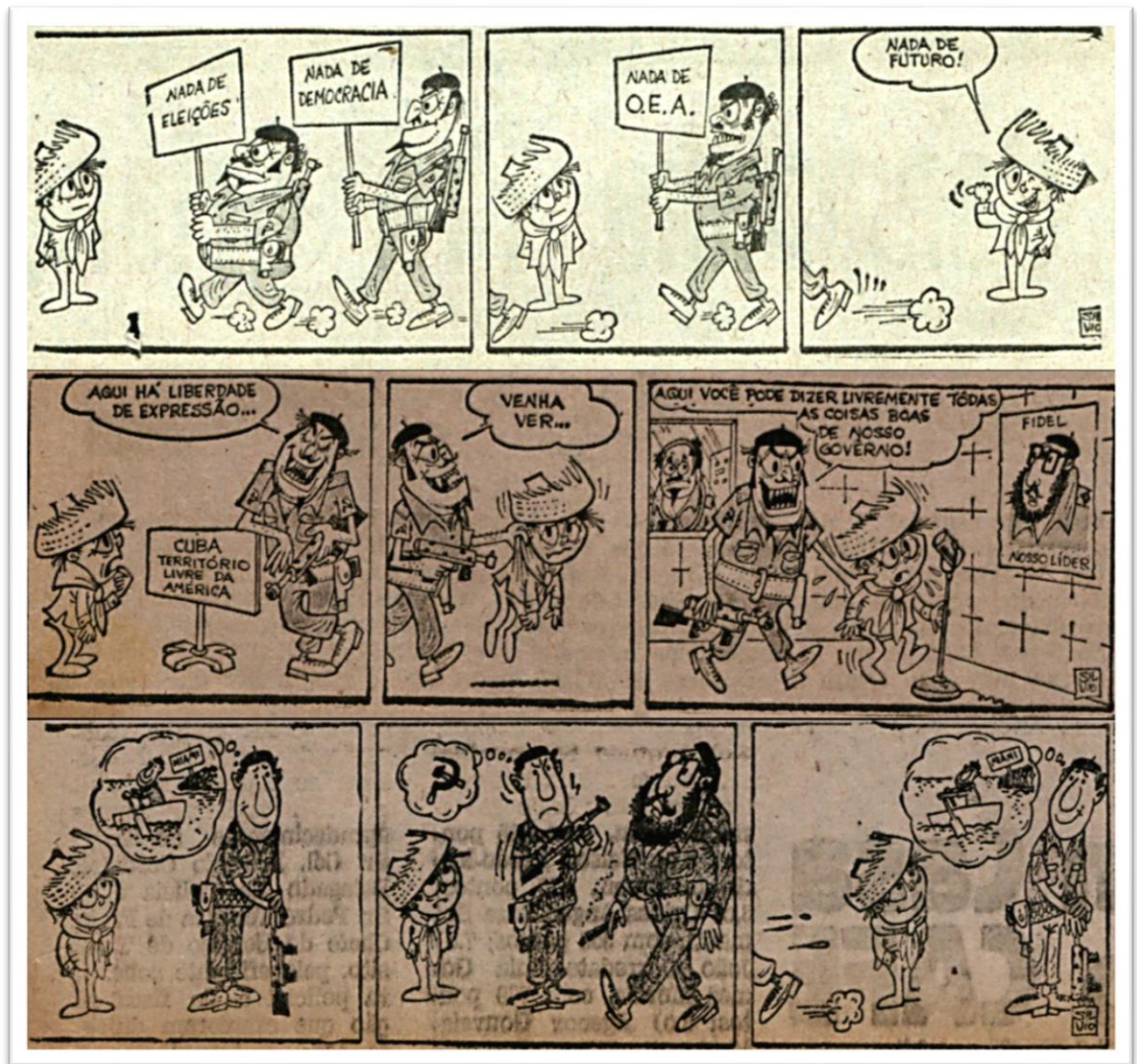


Figura 4 - Tirinhas publicadas no mês de maio de 1965 que evidenciam um dos traços assumidos pelo discurso anticomunista do jornal Folha do Norte, a crítica aos países comunistas (FOLHA DO NORTE, 16, 13 e 18 mai. 1965)

Não foi possível identificar a origem do material, porém sabemos que o mesmo foi veiculado por outros periódicos brasileiros¹⁸. Acreditamos que tais tirinhas faziam alusão a uma grande preocupação dos anticomunistas da década de 1960, a influência comunista sobre o homem do campo. O chapéu de palha usado pelo personagem principal (Ivanzinho) pode ser visto como indicio de sua ocupação. As críticas ao governo de Cuba são o elemento comum de todas as tirinhas analisadas. Os traços faciais com que os supostos seguidores de Fidel

¹⁸ Marylu Alves de Oliveira constatou em sua pesquisa de mestrado, na qual analisa as representações anticomunistas existentes no Piauí durante a década de 1960, a presença das mesmas tirinhas publicadas no jornal "O Dia" e "Folha da Manhã" da cidade de Teresina (OLIVEIRA, 2008, p.77).

Castro foram representados revelam uma tentativa de associá-los com figuras demoníacas e assustadoras.

Esta associação foi empregada com frequência pelos grupos anticomunistas. Considerando-se o caráter majoritariamente católico da sociedade brasileira, tal ligação cumpria um papel importante. Além de invalidar as propostas comunistas tinha também o poder de causar medo e repúdio a tudo que estivesse ligado ao comunismo.

A falta de liberdade de expressão, a insatisfação do povo cubano com o regime comunista e a ausência de perspectivas positivas de futuro foram os temas explorados pelas tirinhas acima. No entanto, a gama de críticas levantadas contra o governo de Fidel Castro e seus seguidores era extensa. As mensagens contidas em tais representações, sempre de fácil compreensão, cumpriam um papel didático. Mesmo quem não soubesse ler, o que imaginamos ser o caso de muitos dos moradores da região no período, assimilaria com facilidade o discurso presente em cada uma das imagens.

A rivalidade entre os dois blocos e, de maneira especial, entre seus protagonistas assumiu contornos alarmantes em diversas ocasiões. A corrida armamentista e espacial foram desdobramentos desse embate que nos permitem vislumbrar uma importante dimensão dessa disputa. Segundo Bertonha e Munhoz (2009):

Nesse cenário bastante incerto e conturbado, as ações de um lado eram percebidas pelo outro com muito maior gravidade e, muitas vezes, com desproporcional temor. Essa exacerbação e a dificuldade de compreensão das intenções do outro protagonista originaram comportamentos em ambos os lados que combinavam, em parte, ações defensivas e, em parte, agressivas, muitas vezes desproporcionais às reais ameaças (BERTONHA, MUNHOZ, 2009, p.323).

A percepção que ambos os lados tinham a respeito das ações do inimigo, e conseqüentemente suas respostas, eram pautadas, em grande parte, por essa desproporcionalidade. Um dos momentos de maior tensão da Guerra Fria foi, sem sombra de dúvidas, a crise dos mísseis de 1962. O delicado episódio envolvendo Estados Unidos, União Soviética e Cuba deixou o mundo apreensivo frente à possibilidade de um novo conflito internacional ser deflagrado. A perspectiva de uma guerra nuclear de dimensões ainda pouco conhecidas alarmou pessoas por todo o globo.

A imprensa escrita, como não poderia deixar de ser, cumpriu um importante papel nesse contexto. Os principais jornais brasileiros traziam diariamente os desdobramentos da “questão cubana”. O posicionamento de diversos chefes de Estado e figuras políticas de relevância no cenário nacional, assim como críticas à atuação diplomática do governo era abordado com frequência. Apesar de seu caráter regional a Folha do Norte do Paraná não abriu mão de uma ampla cobertura do incidente internacional. Como de costume, boa parte das informações provinha de agências de notícias nacionais e internacionais ou eram tomadas de periódicos de maior circulação e parcialmente transcritas pelos jornalistas locais.

As opiniões e apelos contidos nos textos em questão, apesar de não terem sido formulados pelos funcionários do periódico, representavam a escolha de sua linha editorial. Tal decisão que envolvia qual matéria ou trecho seria publicado, o destaque conferido e o teor da introdução, caso fosse necessária, carregavam o ponto de vista do jornal.

A respeito do episódio, foi realizada pela equipe de reportagem da Folha do Norte do Paraná uma enquete com algumas personalidades do município. Nos dias 26 e 27 de outubro foram publicadas matérias contendo a opinião de cidadãos maringenses sobre a situação política internacional. Mario Clapier Urbinatti, presidente da Câmara dos Vereadores; Giampero Monacci, diretor do Colégio Estadual Gastão Vidigal; Dario Nogueira de Campos, estudante; Emilio Germani, presidente da Associação Comercial de Maringá; Padre João Novaes; Oswaldo de Sousa, pastor da Igreja Metodista local; Ivaldo Borges Horta, presidente do Rotary Clube da cidade e o vereador Bonifácio Martins¹⁹ foram ouvidos (FOLHA DO NORTE, 26 e 27 Out. 1962, p.3).

Com exceção do último, os demais entrevistados foram unânimes no apoio conferido à ação do governo estadunidense ao impor o bloqueio naval à ilha de Cuba. Em maior ou menor grau expressaram sua desaprovação em relação ao caráter supostamente expansionista do governo russo e suas pretensões na América ao mesmo tempo em que louvaram a atuação dos Estados Unidos na defesa do continente.

¹⁹ Na coluna “Folhinhas” da edição do dia 27 de outubro de 1962 o vereador foi apontado como o único participante da enquete sobre o bloqueio norte-americano a Cuba que se mostrou favorável aos comunistas (FOLHA DO NORTE, 27 Out. 1962, p.2).

3.2 A “AMEAÇA VERMELHA” NO CENÁRIO NACIONAL: A CAMPANHA ANTICOMUNISTA DO INÍCIO DOS ANOS DE 1960

A campanha anticomunista desencadeada no cenário nacional no início da década de 1960, que atingiu seu auge nos primeiros meses de 1964, foi marcada pela realização de protestos, comícios, passeatas e pela intensificação das atividades de divulgação com o aumento da publicação de livros, folhetos, cartazes, etc. Diversos jornais passaram a veicular esse tipo de material através de encartes e fascículos. Todos os veículos de comunicação disponíveis foram utilizados para transmitir um discurso que visava desqualificar o governo Jango.

A participação do complexo IPES/IBAD foi determinante para a articulação dessa campanha que levou à derrubada do governo de João Goulart e à instituição do regime militar. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que surgiu em 1959, tornou-se conhecido através da revista Ação Democrática, cujo discurso era marcadamente anticomunista. O objetivo principal do periódico, que era distribuído gratuitamente e com grande tiragem, era convencer principalmente as classes dominantes da iminência do perigo comunista e da necessidade de se organizar contra ele.

Já o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) foi criado em meados de 1961 por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo temerosos com o crescimento da esquerda durante o governo de João Goulart. As duas entidades mantinham certo nível de cooperação e fomentaram a proliferação de organizações anticomunistas no período, fornecendo a elas suporte ideológico, político e financeiro. Segundo René Armand Dreifuss (1981) o complexo IPES/IBAD foi o grande responsável pela mobilização conjuntural que criou o “clima” propício para a intervenção dos militares.

A Folha do Norte do Paraná participou ativamente dessa mobilização. O discurso anticomunista alimentado por diversos órgãos da imprensa nacional no período tiveram grande receptividade nas páginas do periódico regional. Ao analisar os exemplares que abordavam tal situação foi possível perceber determinados traços dessa participação. A insistência na ideia da infiltração vermelha, o apoio conferido às organizações anticomunistas e o destaque dado às críticas e ataques da oposição contra o governo Jango foram os principais temas explorados pela publicação.

Abordaremos a seguir cada um desses temas tendo em mente as seguintes questões: em que medida o jornal reproduziu os elementos forjados em uma esfera mais ampla? De que

maneira assumiu seu lugar na esfera de oposição ao governo João Goulart? Em suma, qual o teor do discurso anticomunista veiculado pelo periódico nessa conjuntura?

Como mencionado, nesse contexto a ideia da infiltração comunista na sociedade e principalmente na estrutura do Estado, foi intensamente alimentada pela imprensa escrita. Já na edição experimental da Folha do Norte do Paraná, veiculada no dia 25 de setembro de 1962, a coluna “Jornais em revista” trouxe um pequeno texto extraído do jornal Folha de S. Paulo em que a temática da infiltração do “credo vermelho” ficava latente. De acordo com o jornal:

Órgãos sindicais e de estudantes, associações femininas, círculos operários e entidades outras de várias naturezas aos poucos deixam de lado o conformismo e a passividade com que até recentemente assistiam à penetração cada vez mais intensa do credo vermelho em todas as camadas de nossa sociedade (FOLHA DO NORTE, 25 Set. 1962, p.3).

Na coluna “Jornais em Revista”, da edição do dia 22 de dezembro de 1962, foi publicado um texto extraído do “Diário de S. Paulo” que denunciava a existência de movimentos subversivos no país. Intitulado “A Segurança Nacional”, o texto discutia o posicionamento do governo frente à apreensão de homens e material bélico no interior de Goiás em atitudes supostamente subversivas. Além da ratificação da infiltração comunista no país, visto que, de acordo com a matéria, o movimento contaria até mesmo com a participação de diplomatas soviéticos, o periódico tecia críticas ao aparelho de segurança do Estado. A esse respeito declarava: “o aparelhamento de segurança embora tenha condições para reagir na defesa da ordem pública, não está suficientemente habilitado para localizar, previamente, os focos e os preparativos subversivos” (FOLHA DO NORTE, 22 Dez. 1962, p.3).

A coluna “Notas políticas”, da edição do dia 3 de março de 1963, publicou um pequeno texto em que a alardeada “infiltração vermelha”, associada a duas conhecidas figuras do âmbito político nacional, Luiz Carlos Prestes e Francisco Julião, é o tema central. O deputado e representante das Ligas Camponesas do nordeste Francisco Julião é apresentado sempre sob o rótulo de comunista, porém não possuía ligações institucionais com o PCB. Sob o título “o PC continua agindo” o texto dizia o seguinte:

Embalde os esforços que se tem feito para acabar de vez com o PC, o mesmo ainda continua agindo, ainda mais agora que encontram em Cuba o refugio certo para suas atividades. No dia de ontem o sr. Luiz Carlos Prestes foi encontrar-se em Havana com o deputado Francisco Julião, sendo recebido no aeroporto por dirigentes das “Organizações Revolucionárias Integradas” e ainda representantes de embaixadas de países socialistas e de organismos de Estado. Diante disto chega-se à conclusão de que a infiltração vermelha é um fato e de que há necessidade de uma contra ofensiva para neutralizar a ofensiva dos vermelhos na América Latina, para que não nos tornemos também escravizados como nossos irmãos cubanos. Não se conceberia a liberdade que se dá a elementos como Julião e Prestes, dentro de um princípio democrático que eles mesmos negam através de suas teorias ditatoriais dentro de um regime que foge completamente aos ideais cristãos do nosso povo (FOLHA DO NORTE, 3 Mar. 1963, p.3).

Em um parágrafo foram sintetizadas diversas das representações que estudamos até aqui e que compõem o discurso anticomunista do periódico. A imagem de Cuba como uma plataforma de apoio e incentivo às atividades revolucionárias, o caráter inegável da infiltração comunista no país e a necessidade de combatê-la não só no Brasil, crítica à liberdade de ação e trânsito de indivíduos conhecidos como comunistas, referindo-se a Julião e Prestes, e por fim a contradição irreversível entre as ideias cristãs e comunistas.

Sob o título: “Gordon nos EE.UU. Comunistas Infiltrados no Governo e no Partido Trabalhista do Brasil” foi publicada matéria abordando uma declaração prestada pelo embaixador norte americano no Brasil, Lincoln Gordon, na qual mencionava o estágio em que se encontraria a infiltração comunista no país. Segundo ele, o número de comunistas infiltrados era pequeno, porém sua influência era muito maior, o movimento sindical e estudantil foram apontados como importantes focos de subversão. Apesar do destaque conferido, a matéria não trazia maiores informações, o que nos leva a crer que seu objetivo era apenas o de alardear suposta infiltração vermelha no aparelho de Estado e no Partido Trabalhista (FOLHA DO NORTE, 15 Mar. 1963, p.3).

As acusações de infiltração subversiva foram direcionadas para vários setores do governo federal. O Ministério da Educação e Cultura não passou incólume por essa conjuntura. A capa da edição do dia 10 de janeiro de 1964 estampava a seguinte manchete: “Recrudescem as acusações: MEC seleciona professores para a comunização do país”. O texto que acompanhava o enunciado mencionava os violentos ataques realizados pelo Deputado Federal Aliomar Baleeiro da UDN segundo o qual o Ministério estaria “formando alfabetizadores de adultos cuja única finalidade será levar a todos os cantos do País, principalmente ao homem do campo, ideias comunistas e de agitação” (FOLHA DO NORTE,

10 Jan. 1964, p.1). Na sequência o jornal cita a fala do Deputado Hamilton Nogueira, também da UDN, que reforça as denúncias levantadas por Baleeiro. É interessante observar que o periódico fez questão de destacar a “experiência de magistério e legislação” do referido político, visando conferir ainda mais credibilidade ao seu depoimento.

Na edição do dia 22 de janeiro de 1964 sob o seguinte título “Deputado Denuncia: Revolução Comunista já Está Preparada” foi publicado um pequeno trecho com base em uma declaração feita pelo mesmo deputado Hamilton Nogueira. Para justificar a denúncia levantada o representante udenista citava “as distensões entre empregados e empregadores e entre professores e alunos” que segundo ele estariam “quebrando a estrutura de uma sociedade” (FOLHA DO NORTE, 22 Jan. 1964, p.3). Considerando a contundência com que a denúncia foi expressa no título, a imprecisão das justificativas apresentadas e o destaque a ela conferido, acreditamos que esta, assim como dezenas de outras matérias veiculadas na imprensa nacional do período, ao reafirmar a iminência da “Revolução comunista” cumpria simplesmente o papel de fomentar o clima de insegurança reinante naquela conjuntura.

O temor em relação à deflagração de um movimento revolucionário foi tema de uma matéria publicada na edição do dia 23 de fevereiro baseada na fala do governador de São Paulo. No texto intitulado: “Ademar de Barros Previne: um Possível Movimento Revolucionário no Dia 13”, o fantasma da Revolução Comunista aparece associada à realização do comício em prol das reformas de base agendado para o dia 13 do mês seguinte. O político paulista expressava seu temor em relação aos rumos que poderiam tomar o encontro entre o Presidente da República e lideranças sindicais de todo país (FOLHA DO NORTE, 23 Fev. 1964, p.5).

O comício da Central do Brasil, como ficou conhecido, teve um papel fundamental no desfecho da tensa conjuntura formada no cenário político nacional no período. Segundo Motta,

O comício da Central provocou a consolidação das mobilizações anticomunista e antiGoulart, cujo movimento convergente se completou. Setores sociais importantes, que até então se mantinham em expectativa, alguns inclusive simpáticos à pregação reformista, alinharam-se ao lado da direita e dos conservadores, sob a bandeira do anticomunismo. O processo de formação da “união sagrada” contra o comunismo se consumou, reunindo as elites empresariais, militares, políticas, religiosas e as “classes médias”, todos amedrontados ante a possibilidade de uma suposta ruptura revolucionária (MOTTA, 2002, p.264).

No dia seguinte ao comício a Folha do Norte do Paraná publicou matéria destacando a assinatura do decreto da SUPRA pelo presidente João Goulart durante o evento. A Superintendência de Política Agrária criada durante o governo Jango tinha por incumbência implementar medidas de reforma agrária no país. O texto intitulado “JG Assinou o Decreto da Supra Durante o Comício” trazia parte de seu pronunciamento à nação feito através da agência “A voz do Brasil” quando da assinatura do decreto. O presidente criticou a “campanha de terror ideológico e de sabotagem” que, segundo ele, teria sido cuidadosamente organizada para impedir a realização do “memorável” encontro. Sobre as denúncias em relação ao caráter supostamente subversivo do comício alegava “Ameaça a democracia é espoliar o povo brasileiro. É explorar os seus sentimentos cristãos, na mitificação de uma indústria do anticomunismo” (FOLHA DO NORTE, 14 Mar. 1964, p.3).

O comício da Central do Brasil foi novamente abordado na edição do dia 21 daquele mês, porém nessa ocasião as críticas à chamada “reunião comunista” foram atribuídas ao discurso do deputado estadual pela Guanabara, Raul Brunini, proferido no dia anterior na Assembleia. Segundo ele, “O comício do dia 13 foi inspirado pelo Partido Comunista como declarou o próprio Sr. Luís Carlos Prestes, e foi assim um comício de comunistas e não de trabalhadores, foi um comício contra a Igreja e a democracia” (FOLHA DO NORTE, 21 Mar. 1964, p.2).

No período que precede o golpe civil-militar de 1964 é notável o surgimento de dezenas de organizações anticomunistas por todo o país. Segundo Motta (2002, p.140), a maioria destes organismos constituiu experiências efêmeras cujo objetivo era aumentar artificialmente a agitação anticomunista, no entanto, nem todas podem ser classificadas como artificiais. Algumas delas já existiam antes desse período, tais como: Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), Sociedade Brasileira de defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e o Movimento por um Mundo Cristão (MMC). Segundo o autor, elas contribuíram para a formação de um ambiente de radicalização e polarização ideológica que preparou o terreno para o golpe de 1964.

Em diversas ocasiões ao longo dos primeiros meses de 1964 a Folha do Norte do Paraná veiculou conteúdo abordando a atuação destes organismos, tanto na esfera nacional como estadual. Na capa da edição do dia 19 de fevereiro de 1964 o jornal noticiou a fundação, no estado de São Paulo, da Liga Cristã Contra o Comunismo. Segundo o texto, a nova organização tinha por objetivo “ampliar a orientação dos camponeses e operários sobre o terrível perigo da filosofia comunista e suas desastrosas consequências para a liberdade do

homem e da família brasileira” (FOLHA DO NORTE, 19 fev. 1964, p.1). Teriam participado da cerimônia de fundação representantes políticos e religiosos, assim como trabalhadores rurais e operários. De acordo com Motta (2002, p.238), foram eleitos presidentes de honra da Liga o então Cardeal de São Paulo dom Carlos Mota, o Papa Paulo VI e deputado Plínio Salgado.

Na edição do dia 25 do mesmo mês a atuação da Liga, em conjunto com organismos similares de outros estados, foi noticiada com grande destaque. A manchete publicada na primeira página dizia o seguinte: “Ligas Democráticas do País Levantam-se Contra Legalização do PC” (FOLHA DO NORTE, 25 fev. 1964, p.1). O pequeno texto que seguia o enunciado, além de reafirmar o objetivo da organização, mencionava o projeto de fundação dos primeiros 23 núcleos municipais da entidade no interior paulista. Destacava também a inauguração do movimento contra a legalização do Partido Comunista no país. O texto completo, publicado na terceira página da edição, versava sobre a cerimônia de lançamento da chamada Mobilização Democrática Mineira que contou com a participação do Almirante Silvio Heck. Em relação ao manifesto divulgado na ocasião, o texto destacava a condenação dos mineiros em relação à tentativa de “comunização” do país. É interessante ressaltar que o documento atribuía ao povo mineiro, no geral, a posição defendida pelos membros do movimento.

No subtítulo seguinte, o texto apresentava o apelo lançado pela Liga de Defesa Nacional contra a legalização do Partido Comunista. Dirigido aos “poderes executivos, legislativos e judiciários, as Forças Armadas e os fiéis de todos os credos religiosos” (FOLHA DO NORTE, 25 fev. 1964, p.3) o pedido explorava o caráter estrangeiro do comunismo, ou seja, denunciava os “propósitos dominadores” da Rússia aos outros países, ao mesmo tempo em que convocava a opinião pública brasileira a defender a Pátria. Segundo Motta (2002), a “ameaça estrangeira” continuou alimentando uma vasta gama de representações nessa conjuntura, porém ocorreram mudanças significativas. De acordo com o autor, na década de 1960 “O comunismo continuava uma ‘planta exótica’, só que agora o perigo era associado, essencialmente, ao imperialismo soviético” (p.244).

Na edição do dia 4 de março de 1964 foi noticiada a atuação de uma Liga Anticomunista Local sediada na cidade de Corinto, Minas Gerais. A matéria intitulada “Sertão Mineiro Levanta-se Contra Agitação Comunista” abordava um incidente ocorrido no município por ocasião da realização de um comício em prol das reformas de base envolvendo o Deputado Núcio Ataíde. De acordo com a matéria, os oradores teriam criticado severamente instituições, autoridades nacionais e altas patentes militares, o que teria gerado revolta nos

espectadores. No entanto, o ápice da situação, segundo o texto, teria se dado com a suposta declaração de um dos membros da comitiva sobre os métodos a serem empregados para realização de tais reformas, caso fosse necessário. A menção de que estas seriam “feitas à bala” foi apontada pelo editorial como causa da reação pouco amigável dos presentes. Como noticiou o texto, o episódio teve um desfecho violento. Num determinado momento, em meio a confusão que se formou após a suposta declaração, as luzes teriam sido apagadas e os cidadãos presentes, considerando-se insultados, descarregaram suas armas para o ar enquanto a comitiva fugia (FOLHA DO NORTE, 4 mar. 1964, p.4).

Não encontramos maiores informações a respeito do episódio, porém o próprio texto nos permite ponderar que a reação violenta descrita na matéria tenha se limitado a alguns indivíduos e não a todos os cidadãos presentes. O incidente teria motivado a elaboração de uma proclamação, atribuída indiscriminadamente a todo o povo de Corinto, para que o país se unisse contra a agitação e o comunismo. O conteúdo do documento, transcrito na matéria, e que teria à frente o presidente da referida liga anticomunista, cujo nome não é mencionado, é ilustrativo do conjunto de argumentos defendidos pelos grupos de oposição ao governo Jango nesse período.

Não somos contra as reformas. Sabemos muito bem a necessidade de reformar-se tudo neste país, inclusive os homens que estão à testa de seus destinos. Mas não aceitamos reformas a qualquer preço, dirigidas por comunistas e agitadores, venham de onde vierem, como também não aceitamos a sindicalização rural feita pelos comunistas, como em Governador Valadares. Se pretendem fazer reformas a bala, também saberemos responder a bala. Temos um passado de tradição democrática e de trabalho que saberemos honrar ainda que com a morte. Antes que morramos em defesa de nossa tranquilidade, de nossos lares, de nossa paz, de nossa liberdade, muita gente irá para o inferno. Somos mineiros do sertão de Minas Gerais, gente que não se acovarda. Não estamos falando por falar. Nossa advertência, porque foram advertência os tiros para o ar, domingo, dia 16, fica feita. De modo algum aceitamos que comunistas pisem o solo de Corinto, seja para pseudo-reformas, seja para sindicalização rural manejada por comunistas. Não queremos continuar nas incertezas deste presente, que não nos permitem cuidar do nosso trabalho, de nossas fazendas. O sertão de Minas Gerais se levantará em peso contra a baderna comunista. Ao povo brasileiro lembramos que, nestes sertões mineiros, há quem lhe grite, nesta hora de decisão: tome sua arma e escore o salteador, o destruidor dos lares, o inimigo do cristianismo, o corruptor da democracia. Que não haja vacilações. Unamo-nos, na vida e na morte se for preciso, para escorraçar essa camarilha traidora que, travestida de nacionalista, pretende entregar nossa Pátria a Moscou ou Cuba. Não havemos de permitir que no Brasil se repitam os episódios de Budapeste, de Varsóvia ou de Praga (FOLHA DO NORTE, 4 mar. 1964, p.4).

Como já mencionamos, as diferenças entre reformas e revolução não eram claras nesse período. Acreditamos que esta falta de clareza tenha sido, em grande parte, alimentada pela oposição mobilizada no período. Desqualificar as propostas governamentais associando-as ao comunismo foi uma estratégia recorrente nessa conjuntura. A ideia das “pseudo-reformas” foi explorada em outros editoriais da própria Folha do Norte (FOLHA DO NORTE, 7 Ago. 1963, p.3). Outro ponto a ser destacado em relação ao texto acima é a crítica direcionada à sindicalização rural dirigida, ao que tudo indica, por indivíduos classificados como comunistas.

Como veremos no capítulo seguinte, a região norte do Paraná nesse período, assim como inúmeras outras pelo país afora, vivenciava uma situação semelhante. A criação da Folha do Norte do Paraná se deu em meio a um contexto de enfrentamento entre lideranças católicas e comunistas pela hegemonia no processo de sindicalização dos trabalhadores rurais na região. Identificamos aqui um elemento que possivelmente influenciou a escolha feita pela linha editorial em relação ao conteúdo da matéria e o destaque a ela conferido.

Segundo Motta (2002), no início do mês de fevereiro a mobilização anticomunista no campo alcançou um grau de intensidade nunca visto. A posição radical assumida por muitos fazendeiros a fim de defender suas propriedades de possíveis invasões comunistas acirraram os ânimos em diversas regiões pelo país. O clima de tensão instaurado no meio rural foi amplamente explorado pela imprensa nacional, o texto acima é apenas um exemplo dentre vários que foram publicados pela Folha do Norte do Paraná no período²⁰.

A ideia de que João Goulart tinha por objetivo implantar uma república sindicalista no país estava consideravelmente arraigada entre os grupos conservadores nesse período. Principalmente entre os grandes proprietários de terra que se sentiam especialmente ameaçados pela proposta de reforma agrária defendida pelo presidente.

Outro elemento que nos chamou a atenção no texto foi o caráter contundente e agressivo da resposta apresentada e atribuída aos cidadãos de Corinto frente qualquer pretensão comunista. A hostilidade e seriedade da advertência frisada pelo documento, o compromisso em honrar uma determinada tradição “democrática”, o enaltecimento da coragem dos mineiros e a promessa de uma reação violenta apresentam um modelo de reação a ser seguido. Para além de um convite, o tom imperativo empregado “Unamo-nos, na vida ou

²⁰ Na capa da edição do dia 3 de março de 1964 foi publicado um texto intitulado “Ruralistas: Reformas Justas e Cristãs”. O pequeno artigo baseado na fala do Sr. Guilherme Mascarenhas Dale, presidente da Associação Rural de Paraopeba, mencionava a “perseguição” sofrida pelos “esquecidos e abandonados” ruralistas cujos inimigos seriam os mesmo do regime. Enfatizava a necessidade de união para enfrentar a subversão e evitar a instauração da “escravidão vermelha” no Brasil, assim como declarava defender até mesmo com a vida os interesses de sua classe (FOLHA DO NORTE, 3 Mar. 1964, p.1).

na morte se for preciso” revela a convocatória feita ao povo brasileiro para seguir o exemplo, e até mesmo a liderança do sertão mineiro.

É interessante ressaltar que apesar de supostamente representar a opinião da população de Corinto e do sertão mineiro como um todo, o próprio texto deixava transparecer quais seriam os verdadeiros líderes envolvidos no movimento de oposição, cujas opiniões foram atribuídas indiscriminadamente a todos. A passagem a seguir, nos dá um pequeno indício a respeito do grupo que se sentia diretamente ameaçado pelas propostas reformistas do governo e pela ação dos sindicatos rurais comunistas: “Não queremos continuar nas incertezas deste presente, que não nos permitem cuidar do nosso trabalho, de nossas fazendas” (FOLHA DO NORTE, 4 mar. 1964, p.4). Acreditamos quem nem todos os cidadãos do município, que o referido documento diz representar, fossem fazendeiros preocupados com uma possível desapropriação de terras ou com a organização sindical de trabalhadores rurais.

A coluna “Enquanto o mundo gira” da edição do dia 11 de março de 1964 publicou um texto dedicado ao movimento União dos Homens Livres do Brasil (UHLB), organismo que, segundo o autor, Padre Novaes, pregava a defesa das liberdades fundamentais do homem e das ideias democráticas. De acordo com a carta de princípios da entidade, a dispersão de forças existente no país seria nossa maior fraqueza. Nesse sentido o objetivo da UHLB seria o de atuar conjuntamente com outros movimentos democráticos e, de acordo com seus princípios, causar uma “reação em cadeia” na defesa da democracia. O autor, de origem mineira, evocou com orgulho o exemplo dado por seus conterrâneos na defesa do país.

A minha gloriosa Minas Gerais tem sua população movimentada por um ideal: reúne-se em campanha para a defesa nacional. Até as mulheres mineiras deram DURA LIÇÃO a certos “homenzinhos” brasileiros que se dizem democratas e nacionalistas (mas que nada fazem para demonstrar o que pretendem ser), arrazando aqueles comíciozinhos do ilustre (tristemente ilustre) Brizola e do camaleão Paulo de Tarso. Com terço e com guarda-chuvas... Mas arrazaram...(FOLHA DO NORTE, 11 Mar. 1964, p.3).

O religioso refere-se à atuação popular liderada por um grupo de mulheres que no mês anterior impediram a realização de um comício do líder trabalhista Leonel Brizola na capital Belo Horizonte, como abordamos no capítulo anterior. O autor destaca também a atuação da

mulher paranaense ao mencionar uma mensagem enviada ao Presidente da República por um grupo de senhoras curitibanas²¹.

Na capa da edição do dia 6 de março de 1964 foi publicado um texto com o seguinte título: “Mulheres Paranaenses em Campanha Anti-Comunista”. O pequeno trecho divulgava a criação de organizações femininas anticomunistas nas cidades de Curitiba e Ponta Grossa, assim como anunciava a fundação de futuros núcleos em Londrina, Maringá e Campo Mourão. O espaço foi destinado também para anunciar a realização de uma conferência proferida pelo senhor Armando Falcão no teatro Guaíra, a convite das senhoras curitibanas ligadas ao movimento.

A mobilização feminina desempenhou um papel de grande relevância no movimento de oposição que culminou com o golpe de 1964. Como vimos no capítulo anterior, surgiram organizações femininas anticomunistas em todas as regiões do país, dentre elas uma das que mais se destacou foi a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Um dos veículos mais utilizados por estes organismos para difundir suas ideias e realizações, conquistar novos adeptos e a simpatia do público em geral foram os periódicos. Apesar de sediada na Guanabara a CAMDE não restringiu sua atuação àquele estado, seus apelos e solicitações foram reproduzidos por todo o país através da imprensa escrita.

A coluna “Destaques administrativos”, assinada por Antenor Sanches, trouxe na edição do dia 5 de abril de 1963 uma solicitação de solidariedade para com o movimento de repúdio à realização do congresso pró Cuba a ser realizado no Rio de Janeiro. A mensagem recebida solicitava o apoio dos leitores à declaração da “Campanha da Mulher em Defesa da Democracia” que deveria ser subscrita e telegrafada aos periódicos “O Globo, Jornal do Brasil e Correio da Manhã” assim como ao governo da Guanabara e outras instâncias governamentais. No trecho abaixo o autor da coluna reafirma a solicitação e convoca os maringenses a colaborar com o movimento.

²¹ Na edição do dia 20 de março de 1964 a Folha publicou matéria intitulada “União Cívica Feminina: Goulart Esqueceu o Paraná na Tragédia”, o texto fazia referência a um documento entregue pela presidente da organização, Dra. Rosey Pinheiro Lima, à Câmara dos Vereadores de Curitiba no qual protesta contra a concessão do título de cidadão honorário da cidade ao Presidente João Goulart. Segundo ela, o líder do executivo teria abandonado o estado durante o incêndio que assolou a região em 1963. No texto, acusa Jango de estar “sendo apenas o chefe de minoria subversiva que tenta sufocar as tradições, a fé e a liberdade da nação” (FOLHA DO NORTE, 20 Mar. 1964, p.4). As críticas levantadas pela presidente da UCF em relação aos incêndios de 1963 são questionáveis. Pesquisas em desenvolvimento apontam que o governo federal destinou 1,5 bilhão de cruzeiros para atendimento às vítimas da catástrofe. Como argumenta Paixão (2011), o Paraná recebeu auxílio de diversas partes do Brasil e do Mundo. Ainda que os recursos enviados pelo governo federal não tenham sido os mais vultosos não podem ser desconsiderados.

Estendemos esta solicitação da “Caixa de Ressonância”, a todos quantos queiram cumprir com o dever de protestar contra o Congresso de Solidariedade a Cuba, por atentar contra a Constituição Brasileira. Assim, todos os maringuaenses cristãos que não são solidários com um governo que usurpa o poder dos pais, tomando-lhes os filhos e criando-os para o Estado, poderão colaborar neste movimento cívico, subscrevendo telegramas de protesto – endereçados aos órgãos de imprensa supra, extensivos ao governo da Guanabara, aos ministros militares e aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado (FOLHA DO NORTE, 5 abr. 1963, p.2).

Todas as organizações aqui mencionadas e inúmeras outras, em maior ou menor grau, contribuíram para potencializar a crise política que culminou com o golpe civil militar de 1964. O jornal Folha do Norte do Paraná, por sua vez, ao divulgar com destaque e louvor a atuação destes organismos cumpria o mesmo papel que inúmeros outros periódicos conservadores pelo interior do país, o de desqualificar a figura e o governo do presidente João Goulart perante a opinião pública.

Assim como a fala de líderes católicos foi evocada com frequência nesta conjuntura para legitimar pressupostos anticomunistas, o discurso de figuras políticas de relevância no cenário nacional também ocupou espaço privilegiado na imprensa escrita. O jornal Folha do Norte do Paraná em diversas ocasiões veiculou pregações anticomunistas proferidas por conhecidos políticos brasileiros. Na coluna “Fatos e comentários” publicada na edição do dia 8 de janeiro de 1964, foi veiculado um pequeno texto que reproduzia parte de um pronunciamento do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, sobre a suposta troca das cores da bandeira nacional.

Não estamos aqui para brigar, mas brigaremos até o limite de nossas forças se quiserem trocar o verde amarelo de nossa bandeira pelo vermelho, ou se quiserem trocar as suas estrelas pela foice e o martelo. Lutaremos contra aqueles que estão a serviço do divisionismo pátrio, pois o nosso povo quer viver em liberdade – precisa de tranquilidade para trabalhar, produzir e crescer (FOLHA DO NORTE, 8 jan. 1964, p.2).

O referido político ocupou um papel de destaque na campanha anticomunista do início da década de 1960 que culminou com a derrocada de Jango. No trecho acima, valendo-se da defesa aguerrida do principal símbolo nacional, a bandeira, o governador deixava transparecer

sua postura combativa frente a qualquer possível tentativa de instauração de um governo comunista no país.

Com a elucidativa manchete “Bilac Pinto: Democracia está ameaçada: comunistas prestes a dar golpe fatal no regime” (FOLHA DO NORTE, 19 fev. 1964, p.1) a Folha do Norte do Paraná ilustrou a capa da edição do dia 19 de fevereiro de 1964. O deputado e então presidente da UDN foi responsável por uma série de discursos em que denunciava a suposta infiltração comunista no governo de João Goulart assim como a iminência de um golpe que implantaria no país um “regime vermelho”.

De acordo com a fala do deputado, transcrita no periódico, quase todos os postos-chaves na administração nacional estariam nas mãos de comunistas. Bilac Pinto classificava ainda em três categorias os assessores do presidente: “Os que são comunistas, os que têm tendências a comunistas e os que não são, mas agem como comunistas” (FOLHA DO NORTE, 19 fev. 1964, p.1). Segundo Motta (2002, p.261), os pronunciamentos do líder udenista foram extremamente relevantes nesse contexto, pois deixaram claro a animosidade existente entre a UDN e o presidente, assim como o provável apoio a uma possível ruptura institucional. Revelavam também o estreitamento das relações entre os membros do partido e de representantes do meio militar, do qual importaram diversos conceitos ligados à segurança nacional. E por último, teriam estimulado a formação de milícias anticomunistas, sobretudo, entre fazendeiros cujas terras poderiam ser atingidas pela reforma agrária.

Mais uma vez estampando a capa de uma de suas edições, a Folha do Norte do Paraná trouxe o discurso de um destacado líder político sobre a suposta “ameaça comunista” que rondava o país. A fala do então governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneguetti, compôs a manchete publicada na primeira página do dia 25 de março de 1964: “O Rio Grande levanta-se contra o perigo comunista no país” (FOLHA DO NORTE, 25 mar. 1964, p.1). A nota oficial publicada pelo político declarava a integração do Estado à “Frente de Resistência contra o perigo comunista” que já contaria com a participação dos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Guanabara.

A matéria publicada na terceira página trazia mais detalhes sobre a recepção calorosa recebida pela declaração do governo gaúcho, assim como mencionava atitudes semelhantes tomadas por outros políticos brasileiros. É interessante notar como em sua declaração Ildo Meneguetti explorava o seu papel enquanto representante e porta voz da população rio-grandense. Diante da ameaçadora escalada comunista denunciada não era ele, o governador, que se insurgia, mas o próprio “Rio Grande”. Nestes termos a declaração apresentava um apelo muito maior.

Com base na análise da documentação já mencionada, pudemos constatar que os ataques à figura do presidente tornaram-se mais intensos e constantes nos primeiros meses de 1964. Porém, as críticas direcionadas ao seu governo remontam a um período anterior. Nos meses finais do ano de 1962 a política externa do governo João Goulart foi alvo de ácidas críticas na imprensa nacional. A posição do governo brasileiro em relação ao bloqueio norte americano a Cuba gerou uma intensa discussão nos meios de comunicação do país. A Folha do Norte do Paraná reproduziu em várias de suas edições trechos de tais pronunciamentos retirados de jornais de destaque no cenário nacional, tais como o “Diário de S. Paulo” e “O Estado de S. Paulo”.

As críticas à política externa brasileira iniciaram-se ainda durante o governo de Jânio Quadros, cujas medidas pressupunham uma postura mais independente e conseqüentemente uma maior aproximação com os países não alinhados aos Estados Unidos. Temia-se, sobretudo nesse período o reatamento das relações diplomáticas com Moscou. Ao assumir a presidência, João Goulart optou por manter a linha de política internacional seguida até então, a temida restauração foi anunciada em novembro de 1961 sob uma forte onda de protestos.

A situação agravou-se novamente no início de 1962 quando a diplomacia brasileira confrontando os Estados Unidos se opôs a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). A posição de Jango nesse aspecto foi interpretada pelos grupos conservadores como indício da influência comunista a que o presidente estava exposto (MOTTA, 2002, p 236). O trecho a seguir extraído do “Diário de S. Paulo” e publicado na coluna “Jornais em Revista” da edição do dia 26 de outubro de 1962 expõe com clareza o tom predominante na grande imprensa brasileira sobre a atuação do Itamaraty em relação à política externa. De acordo com o periódico:

A política externa brasileira, desde o instante em que o Sr. Janio Quadros nela interferiu, não mais voltou àquela tradicional linha de respeito aos compromissos e aos princípios que são caros aos povos livres do mundo. Foi o que vimos quando, pela primeira vez, o caso Cubano foi levado ao debate no seio da Organização dos Estados Americanos, e daí para a frente falsos conceitos e falsas verdades passaram a prevalecer sempre que o Brasil foi convocado para agir, ao lado das demais nações continentais, na defesa do Hemisfério diante da ameaça soviética, através de Cuba. (...) A posição do Brasil, ainda esta vez, caracterizou-se pela falsidade e pela traição aos verdadeiros ideais do povo brasileiro, fazendo lembrar, aliás, a traição de Castro aos ideais esposados pelos cubanos na sua luta para libertar o país do jugo de uma ditadura (FOLHA DO NORTE, 26 Out. 1962, p.3).

As críticas direcionadas à política externa e muitas vezes associadas à própria figura do presidente foram, em diversos casos, canalizadas através do pronunciamento de políticos influentes no cenário nacional. A fala do então presidente da UDN, Herbert Levy, reproduzida pela Folha do Norte do Paraná na quarta página da mesma edição sintetizava com clareza a opinião do principal grupo de oposição ao governo. A matéria dizia o seguinte:

O Presidente Nacional da UDN, Herbert Levy, atualmente no Rio de Janeiro, afirmou a reportagem que chegou o momento exato de se responsabilizar “os padrinhos da nossa política externa”- como Santiago Dantas e outros – os quais obstinadamente, não permitiram que funcionasse na ocasião adequada o esquema de segurança contra Fidel Castro. Lembrou o Parlamentar que, em Punta Del Este, foi o voto do Brasil que obstou a defesa das Américas contra as ameaças comunistas. “Agora, com o agravamento da situação internacional” – afirmou, “comprova-se o que todos previam: Fidel Castro, títere de Moscou, presta-se aos objetivos soviéticos, permitindo o estabelecimento de bases ofensivas, séria ameaça a nossa segurança, em território de Cuba. Que os responsáveis por nossa fictícia política externa, de agora em diante, meditem um pouco mais, antes de tomar decisões, aferindo as responsabilidades que lhes pesam sobre os ombros” (FOLHA DO NORTE, 26 Out. 1962, p.4).

Confusa, autobloqueada e vacilante foram alguns adjetivos atribuídos à política externa nacional nesse período, ao darmos vistas às páginas da Folha do Norte do Paraná. Boa parte das matérias relacionadas ao assunto que foram aqui analisadas foram retiradas de periódicos de circulação nacional e republicadas com alguns ajustes. Compreender a orientação política de cada um destes órgãos e os interesses envolvidos foge ao escopo deste trabalho, porém as escolhas feitas pela linha editorial do periódico evidenciavam, no mínimo, uma proximidade de pontos de vista.

As reformas de base propostas pelo governo federal, sobretudo a reforma agrária, também foram alvo constante nos editoriais da publicação nos anos pesquisados. O tema fomentou intensas discussões ao longo das décadas de 1950 e 1960, tanto no meio legislativo como fora dele, sem que se chegasse a um consenso ou a uma solução efetiva. O norte do Paraná foi aclamado, nesse contexto, como palco de um modelo bem sucedido de reforma agrária. Pautada em princípios liberais e, em muitos pontos, contrastante com as propostas desenvolvidas pelo movimento dos trabalhadores. Tal concepção surge, em grande parte, como contraponto à temida reforma agrária defendida pelos “comunistas”. Segundo Gonçalves (1997), havia nesse período um temor disseminado de que a Revolução socialista

partisse do campo. O autor não descarta a ideia de que o aprofundamento das lutas camponesas na época tenha estimulado tal articulação.

A colonização, levada a cabo na região pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, foi descrita e propagandeada como exemplo a ser seguido pelo restante do país. Outro elemento destacado por Gonçalves (1997) e que nos permite pensar a formação de um imaginário capitalista/anticomunista na região, a partir de seu próprio processo de colonização é a cristalização da concepção da “identidade pioneira”. Segundo o autor, tal concepção foi utilizada de maneira estratégica para reforçar a ideia de que uma colonização nos moldes liberais seria o melhor antídoto contra as propostas de reforma agrária comunistas e socialistas. De acordo com as posições defendidas e propagadas pelo influente político paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto, que foram analisadas pelo autor, o pioneiro seria o exemplo a ser seguido de confiança no esforço individual, no trabalho, na economia, nos sacrifícios empenhados em prol de um futuro melhor.

Na edição do dia 19 de fevereiro de 1964, a Folha do Norte do Paraná publicou um pequeno texto intitulado “Reforma Agrária Pelo Atual Governo Federal?” cujo teor revelava o compromisso em desqualificar a ideia de reforma agrária apregoada por indivíduos que o periódico define como comunistas. No trecho abaixo podemos identificar um dos argumentos evocados contra os ditos comunistas, ou seja, a parcialidade com agentes que fomentavam as desigualdades sociais, e na leitura do jornal, o próprio comunismo.

Sabem eles muito bem que existem entre nós fazendeiros carrascos que não permitem sequer a seus porcentageiros ou colonos que plantem cereais. Não duvides, temos desses desalmados, verdadeiros criminosos! Agora pergunto: Por que esses agitadores vermelhos, tão protegidos do Governo Federal, não pedem intervenção? Intervenção que teriam os aplausos de todos nós que somos da direita. Não se faz, porque esses proprietários fomentam o desequilíbrio das classes sociais, fomentam o descontentamento e o próprio comunismo (FOLHA DO NORTE, 19 Fev. 1964, p.2).

Na edição do dia 3 de março de 1964 foi publicado um texto na coluna “Conjunturas” em que o periódico caracteriza como “imprudente” (FOLHA DO NORTE, 3 Mar. 1964, p.3) a atitude do Presidente da República a respeito de seu comparecimento ao comício em prol das reformas de base marcado para o dia 13 do mesmo mês. Apesar de não ser o tema central da publicação, que abordava a atuação do congresso em relação ao assunto, o jornal fez questão de reafirmar a sua opinião sobre as reformas.

O que importa é tirar das mãos do Sr. Presidente o ímpeto de fazer uma reforma, que, se conseguida, há de arrastar o Brasil para a convulsão social e para a derrocada do abastecimento. Voltamos a repetir a nossa opinião. Um decreto não faz reforma agrária. Só a automatização é que há de elevar a produtividade nacional (FOLHA DO NORTE, 3 Mar. 1964, p.3).

A associação das reformas de base à ideia de “convulsão social” foi uma constante no discurso jornalístico da Folha do Norte do Paraná no período. Na mesma edição foi veiculada uma matéria cujo título, “A Reforma que Eles Pregam é Revolução” reproduzia a fala do governador Carlos Lacerda proferida durante uma cerimônia na cidade do Rio de Janeiro no dia anterior. O texto, baseado em seu discurso, trazia ácidas críticas à proposta de reforma agrária defendida pelo governo. De acordo com a sua fala, transcrita na matéria:

o caminho a seguir é precisamente oposto àqueles recomendados pelos reformistas posições. Para que um salário no campo possa se igualar a um salário de fábrica, é preciso haver menos gente produzindo mais em vez de mais gente produzindo menos (FOLHA DO NORTE, 3 Mar. 1964, p.4).

A fala do governador Carlos Lacerda foi novamente mencionada com destaque pelo jornal na edição do dia 08 de março, por ocasião de sua visita à capital paranaense. A seguinte manchete: “A Única Organização Que Existe no Brasil é a Desordem” (FOLHA DO NORTE, 8 Mar. 1964, p.1) retirada do discurso proferido por Lacerda em Curitiba, ilustrava a capa da edição daquele dia. O texto completo, publicado na terceira página, abordava parte do itinerário a ser cumprido pelo governador, mencionava também as críticas feitas contra o presidente por conta de sua participação no congresso a ser realizado no dia 13 do mesmo mês, assim como trazia referências elogiosas ao trabalho desempenhado por dom Jaime Luiz Coelho junto aos sindicatos rurais da região de Maringá.

No dia 17 do mesmo mês a Folha do Norte do Paraná publicou na íntegra a mensagem enviada por Carlos Lacerda aos candidatos à presidência Juscelino Kubitschek e Ademar de Barros. O documento convoca os referidos políticos a se unirem, independentemente de interesses eleitorais, para defenderem as instituições e garantirem a realização do pleito em 1965. De acordo com o texto, a liberdade e a paz dos brasileiros estariam ameaçadas em face

da “ação comunista e a cumplicidade do Presidente da República” (FOLHA DO NORTE, 17 Mar. 1964, p.4). O imediatismo da “ameaça comunista” foi também evocado por Lacerda. Segundo ele, o momento não comportaria neutralidade ou equidistância, mas sim a luta instantânea para reduzir o adversário à impotência (FOLHA DO NORTE, 17 Mar. 1964, p.4).

A relação da Folha do Norte do Paraná com o governador da Guanabara era de admiração e respeito, seus editoriais não pouparam elogios a sua atuação na luta contra o comunismo. Na capa da edição do dia 5 de abril de 1963 essa devoção ficou ainda mais clara. O periódico saiu em defesa declarada do político brasileiro diante das críticas levantadas pelo jornal “*New York Times*”. De acordo com o texto, o periódico estadunidense teria criticado, em partes, a atuação do governador ao impedir a realização do congresso de solidariedade a Cuba no Rio de Janeiro, visto que, dessa forma teria colocado nas mãos dos comunistas um ótimo instrumento de propaganda no exterior. O periódico aproveitou a oportunidade para reforçar sua opinião no tocante ao assunto:

A verdade é que se todos os brasileiros que se intitulam democratas e que ocupam posições de mando possuíssem o desassombro e a coragem cívica do governador da Guanabara, os amigos do castrismo sangrento nem sequer teriam escolhido nossa Pátria para palco da reunião vermelha. Aliás, a política do comunismo internacional tem justamente o sentido de ir penetrando aos poucos, através de reuniões e congressos em que, abertamente, se prega em praça pública o credo contra a democracia, contra a tradição cristã dos povos. Pretender, portanto, que se fique indiferente a essa penetração, é fazer o jogo do comunismo internacional, o que não se presta, positivamente, o governador Carlos Lacerda (FOLHA DO NORTE, 05 Abr. 1963, p.1).

Na edição do dia 6 de março foi publicada nova matéria em que as críticas à figura do presidente são a temática central, desta vez o autor das acusações foi o deputado mineiro e membro da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) Bento Gonçalves. Sob o título “Jango Como Nacionalista e Reformista é um Fracasso” o texto apresentava as críticas do referido político que acusava o presidente de não ter enviado ao congresso sequer uma mensagem válida que possibilitasse a realização de qualquer uma das reformas. Bento Gonçalves ainda teria, de acordo com a matéria, acusado o presidente de promover agitações (FOLHA DO NORTE, 6 Mar. 1964, p.4).

Estes são apenas alguns exemplos de um amplo conjunto de matérias, notícias, charges e manchetes que evidenciavam o tom assumido pela campanha anti-Goulart na imprensa

conservadora nacional as vésperas do golpe de 1964. Com base nos exemplares analisados é perceptível o enquadramento do periódico nessa campanha. A publicação de todos estes textos, artigos e notícias cujo conteúdo reforçava a ideia da infiltração comunista no país e na estrutura do governo colocavam a Folha do Norte do Paraná em sintonia com a mobilização desencadeada no cenário político nacional que, como afirma Dreifuss (1981) preparou o terreno para a intervenção militar.

3.3 A FOLHA DO NORTE E O APOIO AO GOLPE DE 1964

A capa da edição do dia 2 de abril de 1964 estampou com grande destaque a seguinte manchete: “Democracia caminha para a vitória final: forças armadas dominam a situação” (FOLHA DO NORTE, 2 Abr. 1964, p.1). O apoio conferido pela Folha do Norte Paraná em relação à tomada do poder pelos militares não causou nenhum tipo de surpresa. Como vimos até aqui, desde sua criação o periódico assumiu um discurso marcadamente anticomunista, em grande parte, sintonizado com a mobilização nacional contra o comunismo que se desencadeou nesse período. Nesse sentido, a intervenção militar foi interpretada e divulgada pelo jornal como uma ação salvadora.

A edição do dia 7 de abril trazia na capa a fala do comandante do II Exército, general Amaury Kruehl²², sobre a providencial tomada do poder pelos militares: “Agimos na Hora Certa para a Defesa da Democracia” (FOLHA DO NORTE, 7 Abr. 1964, p.1). O discurso foi proferido por ocasião de sua visita à capital paranaense iniciada no dia anterior que, segundo o periódico, tinha por objetivo agradecer o apoio prestado pelo governador Ney Braga e pelo povo paranaense à ação militar desencadeada recentemente. O jornal mencionava ainda a declaração de agradecimento proferida pelo deputado Haroldo Leon Peres ao general por sua “patriótica e destemida” atuação (FOLHA DO NORTE, 7 Abr. 1964, p.3).

A dita “Revolução”, como ficou conhecida, foi vista como a grande salvadora da democracia. Além dos elogios despendidos à ação dos militares encontramos diversos textos,

²² Em depoimento prestado ao Instituto Presidente João Goulart, o então Major do Exército Erimá Pinheiro Moreira que, em 1964 atuava no Hospital Geral de São Paulo, esclarece os motivos que teriam levado o então comandante do II Exército, Amaury Kruehl, a mudar de posição ainda no dia 31 de março de 1964 e apoiar os militares golpistas. Segundo ele, o general recebeu milhões de dólares pelas mãos do presidente da Federação da Indústria de São Paulo, Raphael de Souza Nochese, dinheiro que teria sido enviado pelo Presidente dos Estados Unidos para que ele abandonasse sua postura em defesa de João Goulart, o que de fato ocorreu naquele mesmo dia. Disponível em: <<http://www.institutojoaogoulart.org.br/video.php?id=254>>

assinados ou não, que solicitavam ao governo que apurassem os supostos crimes cometidos pelos “traidores da pátria”. A ideia do “expurgo benéfico” esteve presente nas páginas da Folha do Norte do Paraná no período imediatamente posterior ao golpe. Na edição do dia 6 de maio foi publicado um texto assinado por Agenor Cattoni intitulado “A Cor dos Camaleões”. Nele o autor ressaltava a necessidade de se dar continuidade à “vitória democrática” através da prestação de contas dos envolvidos em atividades subversivas. Em relação a esse processo o autor afirma:

Sem ódios, sem mesquinhezas, sem prevalescências do poder vamos apoiar o expurgo benéfico. Vamos exigir prestação de contas da nossa confiança atraçoada. Vamos forçar os camaleões a tomar as suas verdadeiras cores que não as verde-amarelas até agora vestidas (FOLHA DO NORTE, 6 Mai. 1964, p. 3).

Como vimos anteriormente, as denúncias sobre a infiltração de elementos comunistas disfarçados na estrutura do governo foram constantes no período que antecede o golpe. Muitos políticos que defendiam bandeiras progressistas e reformistas, como o próprio presidente João Goulart, foram tachados de comunistas. Com a consolidação dos militares no poder restava agora tomar as devidas providencias para que tais indivíduos respondessem por suas ações, era esta a tônica do discurso da Folha no período imediatamente posterior ao golpe.

Segundo Mariani (1998), durante a ditadura militar o discurso jornalístico passou a obedecer à lógica ditatorial imposta, em parte por força da censura, em parte por que partilhava dos mesmos princípios dos militares. Na maioria dos casos, as matérias eram elaboradas com o objetivo de transmitir de forma didática aos leitores que o comunismo agora possuía várias facções, congregando assim, em um único grupo diversas organizações de esquerda bem diferentes.

Em algumas publicações do jornal “O Globo” a autora constatou a tentativa de se estabelecer certa correlação entre os novos grupos de esquerda que surgiram no período como VAR – Palmares, POLOP, MR-8 com as ameaças já organizadas na memória social sobre o conhecido PCB. Segundo ela, as publicações do jornal tinham por objetivo criar a imagem de uma realidade sócio-histórica homogênea na qual o jornal, os leitores e o poder instaurado convergiam na defesa dos mesmos valores.

Em relação às ações praticadas pelos grupos de esquerda que optaram pela luta armada contra o regime militar o discurso jornalístico tinha um posicionamento claro. De acordo com a autora:

“[...] a violência dos subversivos aparece como uma forma gratuita de ação. Tudo se passa como se os opositores do regime militar quisessem ‘tomar o poder pela violência’ simplesmente por ‘tomar o poder pela violência’. Apagando a dimensão política dessas ações, o discurso jornalístico, por força da censura, desinveste os atos terroristas de quaisquer sentido para ressignificá-los na ‘pura barbárie’” (MARIANI, 1998, p. 216).

Essa falta de justificativa, presente no discurso jornalístico em relação à violência praticada pelos “grupos terroristas”, segundo ela, é o que permitia a ditadura justificar sua própria violência, que ao contrario da praticada pelos subversivos era considerada “democrática”.

Com a repressão promovida pelos militares após o golpe de 1964 que afetou diversos setores nacionais, inclusive o sindical, as denúncias contra a infiltração comunista na Folha do Norte do Paraná diminuíram drasticamente. O que notamos através da análise dos exemplares referente a esse período foi a presença de notícias esparsas²³ sobre a ação dos militares, a instauração de inquéritos e o andamento de investigações que tinham por objetivo apurar denúncias de subversão, sobretudo no aparelho de Estado.

Na edição do dia 2 de agosto de 1964 foi publicada matéria intitulada “Elementos Subversivos Expulsos Das Fileiras do Exército”. O texto versava sobre a prisão de 40 pessoas que, segundo o Serviço Secreto da Marinha, visavam organizar um “campo de adestramento de guerrilheiros” e realizar atos de sabotagem das cidades (FOLHA DO NORTE, 2 Ago. 1964, p.3).

Para a Folha do Norte do Paraná, embora a “infiltração comunista” não representasse mais uma ameaça tão iminente como no pré-1964, ela não deveria ser subestimada. Para o jornal, nem todos os comunistas haviam sido atingidos pelo “expurgo benéfico” orquestrado pelos militares e, impossibilitados de agir às claras, teriam adotado novas estratégias. Em matéria intitulada “Tendência Vermelha”, publicada em agosto de 1965, o periódico alertava: “Ninguém creia que o susto dado pela Revolução do ano passado tenha eliminado o perigo

²³ Manchetes como “Presos Vários Agentes Comunistas: Continuam as Investigações” (FOLHA DO NORTE, 5 Abr. 1964, p.1), “Detidos mais de 600 Acusados de Atividades Subversivas” (FOLHA DO NORTE, 10 Set. 1964, p.1).

vermelho. Houve uma retirada, apenas. Mas eles já se reorganizam para um novo ataque, agora mais perigoso” (FOLHA DO NORTE, 12 Ago. 1965, p.5).

O texto “Os Comunistas Continuam Ativos”, assinado por Alexandre Moreira e publicado em março de 1965, nos dá um panorama sobre uma opinião que acreditamos ter sido compartilhada pelo periódico. Segundo o autor:

O inimigo não desapareceu, apenas recuou. Agora, a cada decisão do Governo revolucionário, surgem dos bastidores as vozes comunistas para criticar, para semear a confusão, especialmente entre as camadas menos esclarecidas da população. A tática empregada é sempre a mesma: dividir para dominar. Impossibilitado de vir às praças públicas para pregar abertamente o seu credo, já não podendo promover comícios oficiais em favor das chamadas “reformas de base”, os comunistas se entregam à tarefa de gerar o descontentamento, através da doutrinação pessoal de trabalhadores, estudantes, intelectuais e até mesmo de políticos (FOLHA DO NORTE, 10 Mar. 1965, p.3).

Seguindo a lógica estabelecida pelo autor, tecer críticas ao governo militar seria por si só um forte indício de comunismo. Percebemos aqui a tentativa de desqualificar qualquer tipo de oposição ao regime estabelecido, ao atribuir a tais críticas o caráter de difamações comunistas seu conteúdo também seria esvaziado. Na sequência o autor menciona a tendência destes indivíduos em “exagerar” nas “injustiças por ventura praticadas” quando das cassações. O texto é encerrado com uma convocação aos “verdadeiros democratas” para que se levantassem contra as “intrigas e insinuações” dos comunistas e pela “sobrevivência dos ideais do mundo ocidental e cristão” (FOLHA DO NORTE, 10 Mar. 1965, p.3).

3.4 AS MARCHAS DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE

Um fenômeno que evidenciou claramente a dimensão da campanha ideológica travada no período foram as célebres “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Estas manifestações públicas de repúdio ao governo Jango e ao comunismo ocorreram por todo o país a partir do final de março de 1964 e contaram com ampla participação de diversos setores da sociedade civil.

Essa participação, por muito tempo negligenciada pela historiografia, é hoje respaldada por uma série de comprometidas pesquisas. Tentar compreendê-la implica, como já foi mencionado, considerar que as diferenças entre reforma e revolução não eram nada claras para a maioria da população no início da década de 1960 no Brasil. A associação direta com o comunismo acompanhou as propostas reformistas incentivadas pelo governo Goulart. A intensa propaganda anticomunista veiculada no período repercutiu entre um público que temia a deflagração de uma revolução social e, para o qual as medidas tomadas pelo governo se aproximavam cada vez mais dessa possibilidade.

As marchas foram organizadas por integrantes de entidades femininas, setores do clero, do empresariado e políticos brasileiros em resposta ao comício em prol das reformas de base realizado no dia 13 de março no Rio de Janeiro. A primeira delas ocorreu em São Paulo no dia 19 do mesmo mês e contou com a participação de aproximadamente 300 mil pessoas.

A edição da Folha do Norte do Paraná do dia seguinte estampou na capa a seguinte manchete: “Democratas levantam-se em defesa da liberdade: desfile nas ruas de São Paulo” (FOLHA DO NORTE, 20 mar. 1964, p.1). O pequeno texto que seguia o enunciado noticiava a realização da “Marcha da Família com Deus para a Liberdade” ocorrida na capital paulista. Além da menção ao “forte dispositivo policial” convocado para manter a ordem da manifestação e o apoio prestado pelo comércio, o texto destacava a atuação de um grupo de estudantes de direito que teriam expedido um manifesto no qual ameaçavam os graduandos que participassem da passeata com a sumária exclusão do centro acadêmico. Ao mesmo tempo em que o editorial evidenciava o apoio prestado pela população, como fica claro no seguinte trecho: “praticamente a capital paulista paralisou suas atividades àquela hora” (FOLHA DO NORTE, 20 mar. 1964, p.1) mencionava também a articulação de grupos contrários à mobilização.

“Marcha da Família Empolga Todo o País: Democracia” (FOLHA DO NORTE, 26 mar. 1964, p.2) a matéria, veiculada na edição do dia 26 de março, mencionava o exemplo bem sucedido do movimento paulista, assim como expressava as perspectivas positivas para a sua realização no estado da Guanabara, agendada para o dia 2 de abril. De acordo com o texto, os discursos ficariam por conta do Marechal Eurico Gaspar Dutra e do arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara. A organização foi atribuída a mais de 600 senhoras ligadas à Campanha da Mulher Pela Democracia (CAMDE) e já contava com a presença confirmada de várias esposas de governadores e outras autoridades políticas. O texto ressalta também o apoio conferido ao movimento pelos presidentes dos sindicatos dos advogados e dos trabalhadores da construção civil do estado.

Outro elemento presente na matéria que podemos destacar era o caráter ecumênico do movimento. De acordo com o texto o movimento estava “empolgando todos os setores da população independente de condição social ou credo religioso” (FOLHA DO NORTE, 26 mar. 1964, p.2). Mais adiante, na fala do referido presidente do sindicato dos advogados da Guanabara, esse aspecto é novamente abordado, segundo ele: “No Brasil, de um modo geral, quem não é católico é espírita, protestante, ou defende qualquer princípio religioso. Com isso, o povo demonstra não concordar com ideias materialistas, totalmente inadmissíveis na hora presente” (FOLHA DO NORTE, 26 mar. 1964, p.2).

Esse “ecumenismo anticomunista”, de que nos fala Motta (2002, p. 246), foi uma característica destacada na conjuntura do início dos anos 60. Contrastando com a postura assumida pela Igreja Católica em períodos anteriores o incentivo a união de todos os credos contra o comunismo cumpria, segundo o autor, um papel fundamental, o de fortalecer “a imagem de que o repúdio ao comunismo era um sentimento universal e não atributo de um único grupo” (2002, p.246). De fato, a frente de oposição conformada na ocasião era consideravelmente heterogênea, muitos adversários políticos uniram-se sob a bandeira do anticomunismo.

A manifestação foi repetida em diversas outras cidades brasileiras, porém como ocorreram após o golpe do dia 31 de março ficaram conhecidas como “Marchas da vitória”. O Paraná, assim como os demais estados da federação, não ficou de fora desta mobilização. Como mencionamos no capítulo anterior, na capital paranaense o movimento adquiriu contornos diferentes, acabou priorizando a defesa da livre iniciativa e foi denominada “Marcha em favor do ensino livre” (CODATO e OLIVEIRA, 2004).

Entre os dias 5 de abril e 12 de junho a Folha do Norte do Paraná apresentou uma ampla cobertura das Marchas que foram realizadas em diversas cidades da região. Terra Boa (03/04), Londrina, Apucarana, Nova Esperança (04/04), Mandaguaçu (05/04) e Cianorte (11/04) tiveram seus eventos divulgados pelo periódico. No geral, as matérias abordavam o itinerário da passeata, a programação, que incluía muitas vezes a celebração de uma missa e também apresentações musicais, a presença de autoridades políticas e eclesiais da região e a tônica dos discursos proferidos na ocasião. Em relação à participação popular, o periódico destacava sempre a presença de um número “incalculável” de pessoas, assim como de caravanas vindas de diversas cidades da região.

“Repercuta em toda cidade o que foi a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, onde mais de 50 mil pessoas se aglomeravam na Praça Raposo Tavares, após a passeata formada entre a Catedral Nossa Senhora da Glória e a prefeitura” (FOLHA DO NORTE, 5 Abr. 1964, p.3).

A matéria publicada nesta edição destacava ainda, trechos do discurso proferido pelo então prefeito de Maringá, João Paulino Vieira Filho, sobre os recentes acontecimentos. Infelizmente não encontramos maiores informações a respeito da manifestação ocorrida no município. No entanto, a grande concentração popular mencionada pelo periódico não pode ser desconsiderada.

Ainda que a publicação tenha exagerado nos números, a grande participação popular que as Marchas tiveram em diversas cidades do estado levantam inúmeros questionamentos. O que de fato levou tantas pessoas a saírem de suas casas e trabalhos para comemorarem a derrubada do governo Jango e a vitória da dita “revolução”? No Paraná as marchas foram organizadas predominantemente por representantes da Igreja, tanto que em todas as solenidades aqui mencionadas eles foram os principais oradores. Na década de 1960 a influência das lideranças católicas na região era extremamente grande. Acreditamos que a postura de apoio assumida pela Igreja em relação ao golpe, ao menos inicialmente, tenha sido um fator de peso no convencimento da população paranaense de que este era o melhor caminho para o destino nacional.



Figura 5 – Multidão que participou da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em Londrina na tarde do dia 4 de abril de 1964. Segundo dados do periódico aproximadamente 10 mil pessoas compareceram a manifestação (FOLHA DO NORTE, 5 abr. 1964, p.1).

De acordo com o jornal as manifestações em comemoração à “vitória da democracia” ocorreram sem grandes percalços, porém dois casos chamaram nossa atenção. Nas Marchas realizadas em Nova Esperança e Mandaguáçu, respectivamente nos dias 4 e 5 de março, o jornal noticiou a ocorrência de alguns violentos incidentes. Referindo-se ao primeiro episódio o jornal manifestou-se da seguinte forma:

Em Nova Esperança o povo ateou fogo a uma banca de jornal onde se vendia a “Ultima Hora”, em seguida foi invadido o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde populares entraram destruindo tudo quanto foi papelada encontrada; tudo foi atirado pelas janelas em sinal de protesto (FOLHA DO NORTE, 7 Abr. 1964, p.4).

Como mencionamos no capítulo anterior, o jornal “Ultima Hora” conviveu ao longo de sua trajetória com o rótulo de “comunista” e “esquerdista”. A própria Folha do Norte do Paraná contribuiu em diversas ocasiões para a consolidação dessa ideia. Com a tomada do poder pelos militares e a vitória da chamada “revolução” sobre a “ameaça vermelha” e considerando também o tom certamente anticomunista dos discursos proferidos na ocasião, é possível compreender a motivação que teria levado alguns dos presentes aos atos de depredação noticiados.

De acordo com o periódico, na cidade de Mandaguaçu a situação foi um pouco mais tensa, visto que, as agressões teriam sido direcionadas contra pessoas identificadas como comunistas ou apenas simpatizantes do partido. De acordo com o jornal:

Houve pequenos incidentes, visto a reação de uma minoria de comunistas inconformados com os últimos acontecimentos ocorridos no País. Entre eles citamos os seguintes comunistas que embora sendo avisados a não comparecerem ao ato, fizeram questão de aparecerem no palanque oficial: Salazar Barreiros, tido como simpatizante do Partido Comunista, por ser orador oficial do Sindicato dos Comunistas de Mandaguaçu. O presidente é o Sr. Sebastião Castanhar, que foi tirado do palanque por alguns democratas emocionados pelos últimos acontecimentos, tendo este reagido e recebido muitas pancadas. O Dr. Emanuel José de Moura, que é comunista agitador também sofreu algumas lesões e o Sr. Batista Mariano, que foi apanhado de surpresa com dois revólveres e munições a fim de usá-los contra os democratas. Batista Mariano foi preso em flagrante e transportado para a cadeia pública de Maringá ao que nos foi informado (FOLHA DO NORTE, 7 Abr. 1964, p.5).

A postura do jornal ao noticiar o ocorrido foi claramente parcial. É interessante destacar que não houve a preocupação em apresentar maior fundamentação para nenhuma das denúncias levantadas. Os supostos comunistas, apesar de serem vítimas da agressão realizada, foram apontados como responsáveis pelo desfecho do episódio visto que, teriam sido avisados para não comparecerem à solenidade. Já a ação dos agressores por sua vez, foi atribuída e justificada pela comoção gerada em virtude dos recentes acontecimentos, leia-se a tomada do poder pelos militares. A oposição entre “democratas” e “comunistas” foi mais uma vez explorada pelo discurso jornalístico da Folha do Norte do Paraná ao mencionar os envolvidos no episódio.

Apesar de o foco de organização da manifestação estar localizada no eixo Rio-São Paulo a análise das matérias acima nos permite vislumbrar o caráter assumido pelos desdobramentos regionais do movimento. Em grande parte, assim como a “Marcha pelo

ensino livre” realizada em Curitiba adquiriu características próprias da conjuntura política da capital no período, acreditamos que nas cidades do interior do Estado tenha ocorrido um processo semelhante. Os casos de depredação e agressão física, noticiados pelo jornal não ocorreram de maneira gratuita, evidenciavam o estopim de uma situação, cuja origem remonta o início da década de 1950 e da qual trataremos no capítulo a seguir.

4. O DISCURSO ANTICOMUNISTA DO JORNAL FOLHA DO NORTE NO CONTEXTO REGIONAL DO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960

Trabalhamos com a hipótese de que Folha do Norte do Paraná atuou como instrumento de disseminação de ideias anticomunistas, assim como inúmeros outros periódicos por todo o Brasil. No entanto, seu discurso foi moldado, em grande parte, pelos elementos que compunham o contexto histórico regional. Menosprezar tais variantes comprometeria seriamente o objetivo da análise. Compreender o embate ocorrido entre comunistas e católicos em torno do processo de sindicalização dos trabalhadores rurais no norte do Estado e seus desdobramentos é parte fundamental do trabalho. As representações anticomunistas veiculadas pelo periódico carregavam características muito próprias desse confronto.

Assim, o objetivo do presente capítulo consiste em analisar os elementos da história regional do Norte do Paraná que contribuíram para a criação do periódico e a sustentação do discurso anticomunista por ele disseminado. A dinâmica da sociedade maringaense no início da década de 1960, a influência católica na vida política do município, a articulação dos representantes do PCB nos sindicatos de trabalhadores rurais são apenas algumas das variantes que atuaram sobre as representações anticomunistas que foram veiculadas pelo periódico. Estudos regionais sobre o anticomunismo nos permitem observar as particularidades que o fenômeno adquiriu em diferentes lugares do país, assim como em distintos momentos históricos.

Desde o início da década de 1950, em decorrência de uma série de mudanças internas, o Partido Comunista Brasileiro direcionou sua atuação para o campo. As dificuldades enfrentadas por essa população e os inúmeros conflitos que protagonizou ao longo da primeira metade do século XX despertaram o interesse dos comunistas. No entanto, nesse processo de conscientização e representação dos camponeses brasileiros, o partido contou com a estruturada oposição da Igreja Católica. No Paraná não foi diferente. Os líderes católicos paranaenses se articularam para combater o avanço da influência comunista no meio sindical. O discurso anticomunista sustentado pelo jornal Folha do Norte do Paraná, assim como sua própria criação, em grande parte é fruto desse contexto.

4.1 O PCB E O PROCESSO DE SINDICALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NO PARANÁ

O Partido Comunista Brasileiro estendeu sua atuação ao longo de sua história por todos os Estados do país, dentre eles o Paraná. Uma importante frente de luta encabeçada pelo partido em terras paranaenses foi o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. Um campo de ação que possibilitou sua expansão por inúmeras cidades, no entanto, nesse processo o Partido Comunista contou com uma poderosa e influente adversária, a Igreja Católica, representada na região norte pela proeminente figura do jovem arcebispo dom Jaime Luiz Coelho.

Um dos conturbados momentos de reviravolta política que marcou a história do partido ocorreu com a publicação dos manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950. Basicamente, tais documentos propunham um novo direcionamento para as ações comunistas no país, trazendo à tona a ideia de revolução agrária e anti-imperialista. Neste contexto, a massa camponesa foi revestida de um importante papel, ela seria um dos principais agentes que fariam eclodir a revolução inspirada no modelo chinês. Com a publicação do manifesto de agosto de 1950, essa guinada à esquerda se consolidou, a questão agrária e a organização das lutas camponesas ganhou prioridade na pauta de discussão das reuniões do partido.

No Paraná não foi diferente. Seguindo tais orientações militantes do partido passaram a direcionar sua atuação para o meio rural. Assim como no restante do país, os problemas sociais no campo eram inúmeros. Grilagem de terra, desrespeito à legislação trabalhista, quebra de contratos e violências de vários tipos permeavam a realidade do camponês paranaense. A guerra de Porecatu²⁴ (1948-1952) é ilustrativa desse contexto e retrata com clareza uma tentativa desse tipo de inserção protagonizada pelo PCB.

O violento conflito se deu entre posseiros e fazendeiros que alegavam a posse das mesmas terras. Apesar dos primeiros terem ocupado a região desde o início da década de 1940 e ali constituído suas propriedades, desbravando as matas, plantando e colhendo ano após ano, suas terras foram loteadas e vendidas para grandes latifundiários. Os que se recusavam a sair eram vítimas de ameaças e violências, tanto por parte de forças policiais como de jagunços contratados pelos compradores dos lotes.

²⁴ Sobre a Guerra de Porecatu conferir maiores informações em: PRIORI, Angelo. O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. Maringá: Eduem, 2011.

Essa tensa situação gerou resistência por parte dos posseiros e a deflagração do conflito, um embate desigual e violento, cenário ideal para se por em prática as novas teorias adotadas pelo partido. Segundo Osvaldo Heller da Silva, “[...] o PCB escolheu Porecatu para testar, na prática, sua virada ultra-esquerdista, expressa no manifesto de agosto de 1950” (SILVA, 2006, p.51).

Após anos de resistência e luta, os posseiros e, conseqüentemente, os militantes comunistas foram derrotados pela força policial do governo, pondo fim ao conflito de Porecatu. No entanto, o que aparentemente foi uma experiência fracassada, e de certa forma o foi, acabou se revelando a semente de um importante movimento de representação e defesa do trabalhador rural, responsável pela expansão da atuação comunista por todo o Estado.

Os anos de integração durante o conflito possibilitaram certo grau de organização da população rural, foram criadas pequenas instituições com características sindicais denominadas ligas camponesas. Basicamente, estes organismos reivindicavam melhores condições de vida para o homem do campo, melhor remuneração, direito a férias, contrato, dentre outros benefícios trabalhistas. Com a intervenção do governo e a violenta repressão aos posseiros, as ligas praticamente se extinguíram, saíram de cena abrindo espaço para organizações realmente sindicais.

Desde o início da década de 1950 os representantes do PCB na região fomentaram a criação de organismos mistos, ou seja, direcionados para atender os trabalhadores do campo e da cidade, as chamadas Uniões Gerais dos Trabalhadores (UGTs). Tais organismos se diziam isentos de caráter político, partidário e religioso, porém a atuação dos militantes comunistas foi fundamental para o seu desenvolvimento. Com o passar o tempo, as Uniões se tornaram pequenas e pouco flexíveis frente ao crescimento do número de filiados e de suas demandas. Assim, foram aos poucos desmembradas em nome do surgimento de sindicatos específicos de cada categoria.

No mês de janeiro de 1956, foi fundado o primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Paraná. Apesar de estar sediado em Londrina, sua atuação ia além das fronteiras do município. Neste mesmo ano outras agremiações foram fundadas no norte do Estado, dentre elas a de Maringá. A base destes primeiros sindicatos era heterogênea, congregavam assalariados agrícolas, posseiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários.

A grande adesão dos trabalhadores rurais aos sindicatos, assim como sua ramificação por todo o estado são fenômenos que ilustram a difícil situação enfrentada pelos camponeses no período. Segundo Priori et al. (2012), tal movimento se deve em grande parte às mudanças na dinâmica das relações de trabalho no campo que estavam em curso no período. No início

da década de 1960 órgãos do governo implementaram alterações no setor agrário voltadas para a erradicação dos cafeeiros improdutivos e para a modernização da agricultura que geraram um alto índice de desemprego. Tais medidas comprometeram ainda mais a situação dos trabalhadores rurais, que passaram a enxergar no sindicato um espaço de representação e luta contra essas novas relações de trabalho.

Preocupados com o rápido crescimento dos sindicatos, os proprietários de terra organizaram uma intensa campanha para que esses fossem fechados. O argumento utilizado não era contra as organizações em si, mas contra seus dirigentes que eram considerados “agitadores subversivos” que visavam instaurar a desordem no campo, jogando os trabalhadores contra seus patrões. Para eles, os sindicatos deveriam funcionar como um espaço de aprimoramento das relações de trabalho visando uma melhor qualidade de vida para os sindicalizados, mas não como espaço de conscientização destes a respeito das relações sociais em que estavam inseridos.

Outra batalha enfrentada pelos dirigentes sindicais foi em prol da legalização dos sindicatos junto ao Ministério do Trabalho. Tanto os empregadores como a Delegacia Regional do Trabalho eram contra, porém o reconhecimento destes organismos como oficiais daria aos trabalhadores uma maior liberdade de ação reivindicatória. Outro motivo considerado pelos dirigentes era a necessidade de se agir dentro da legalidade, para não perder influência junto ao movimento sindical e abrir espaço para outras tendências, no caso a Igreja Católica representada pela Frente Agrária Paranaense (FAP). O reconhecimento dos sindicatos do norte do Paraná só foi concedido no ano de 1962 pelo Ministério do Trabalho, após anos de luta e empenho.

No que se refere a Maringá e região, a organização dos representantes comunistas é um tema ainda pouco explorado. Segundo Dias (2011), existem vestígios que comprovam a atuação do Partido Comunista Brasileiro na cidade de Maringá desde a sua fundação, em 1947. A organização sindical, sobretudo dos trabalhadores rurais, foi uma importante frente de ação assumida pelos comunistas no município e em toda região. Em entrevista concedida ao professor Reginaldo Benedito Dias, da Universidade Estadual de Maringá, o ex-vereador maringaense, Bonifácio Martins (1995), faz importantes esclarecimentos sobre a consolidação do movimento sindical na região. Segundo ele, o embrião da maioria dos sindicatos criados no período foi a União Geral dos Trabalhadores de Maringá. A associação civil congregava trabalhadores urbanos e rurais, pequenos proprietários e comerciantes da cidade.

De acordo com as memórias de José Rodrigues dos Santos (1999), atuante líder sindical comunista na região, o sindicato rural de Maringá foi fundado em maio de 1958, apesar de seu registro no Ministério do Trabalho ter sido aceito apenas em agosto de 1962.

Nesse período, as reivindicações defendidas pelos sindicatos giravam em torno das necessidades mais imediatas do trabalhador rural. Em virtude das extensas jornadas de trabalho encaradas pelos camponeses, que muitas vezes chegavam a 12 horas diárias, defendiam o pagamento de um salário mínimo, já instituído nos centros urbanos.

A extinção do pagamento através do chamado “boró” era outra importante bandeira de luta. Essa espécie de vale ou moeda só tinha valor comercial dentro da própria fazenda ou em determinados estabelecimentos que forneciam aos trabalhadores as mercadorias necessárias para sua subsistência a preços elevados. Tal prática, além de restringir a liberdade de escolha do camponês, acabava por deixá-lo endividado e preso ao fazendeiro a quem prestava seus serviços.

Outra frente de luta assumida pelos sindicatos nesse contexto foi o direito dos trabalhadores se organizarem, visto que, em muitas fazendas, as reuniões eram expressamente proibidas. Enquanto vereador, Bonifácio Martins se encarregou de denunciar as práticas injustas e até mesmo criminosas que permeavam este âmbito. No entanto, como argumenta, o fato de muitos destes fazendeiros viverem em Maringá e possuírem laços de amizade e influência junto ao corpo político local dificultava sua atuação.

A disputa eleitoral configurou-se também como outro espaço político ocupado pelos membros do partido em Maringá. Em virtude dos longos períodos de ilegalidade enfrentados pelo PCB, tal participação se deu através de outras legendas partidárias, prática corrente na época. De acordo com o Dias (2011), não está bem documentada a presença de forças comunistas na primeira eleição municipal, ocorrida em 1952. No entanto, na disputa seguinte o PCB lançou a candidatura de Bonifácio Martins, através da legenda do Partido Republicano (PR). Segundo Bonifácio, a ideia de lançá-lo como candidato partiu do nacionalmente conhecido militante comunista Gregório Bezerra, que passou alguns meses na região. O candidato saiu vencedor do pleito e conquistou a reeleição em 1960, através do Partido Social Trabalhista. A respeito da participação comunista nessa ocasião, Dias (2011) sustenta:

Em 1960, o PCB deu suporte a uma chapa majoritária, inscrita pelo Partido Social Trabalhista (PST), cujo candidato a prefeito era um advogado egresso do PTB. Os principais integrantes da chapa de vereadores eram dirigentes e líderes sindicais comunistas. O discurso de campanha teve forte acento classista, comprometido com uma “administração totalmente trabalhista”. A chapa logrou a eleição de um parlamentar e conseguiu 14% na disputa majoritária (DIAS, 2011, p.229).

Os militantes comunistas desempenharam um papel fundamental na estruturação do movimento sindical, rural e urbano, do Paraná. Seguindo diretrizes partidárias, mas, sobretudo, atendendo a uma crescente demanda de organização dos trabalhadores em prol de melhores condições de vida e trabalho, os comunistas lançaram as bases de um importante movimento de representação popular.

Entre o final da década de 1950 e 1964 foram criados diversos sindicatos de trabalhadores rurais em toda a região norte do estado, a grande maioria sob influência de indivíduos ligados ao Partido Comunista Brasileiro. A atuação de tais organismos intensificou o debate em torno dos direitos trabalhistas do homem do campo e de uma divisão mais justa da propriedade da terra. A discussão sobre a reforma agrária, em pauta no cenário nacional, despertou o temor de muitos proprietários que viam os sindicatos unicamente como antros de subversão comunista. Com o apoio das oligarquias rurais, a Igreja Católica decidiu entrar na luta pela sindicalização dos trabalhadores do campo.

4.2 O EMBATE ENTRE COMUNISTAS E CATÓLICOS EM TORNO DOS SINDICATOS RURAIS NO NORTE PARANAENSE

Com o advento dos sindicatos influenciados por membros do PCB, os representantes da Igreja Católica na região se deram conta da necessidade de uma ação mais efetiva na luta contra o comunismo. No entanto, algumas ressalvas são necessárias. A iniciativa católica de se lançar na corrida pela sindicalização dos trabalhadores rurais no Brasil não foi um movimento homogêneo de todo o clero. Existiam nesse período, no seio da instituição, diversos grupos que viam a questão agrária sob perspectivas bem diferentes. Coexistiam, não sem conflitos, concepções que se aproximavam desde os ideais de esquerda vigentes no período, até os valores defendidos pelos grupos conservadores de extrema direita. Nesse

sentido, nos referimos as posições políticas e ideológicas da Igreja considerando sempre este vasto leque de tendências.

A respeito das motivações que mobilizaram parte do clero brasileiro a entrar na corrida sindical Osvaldo Heller da Silva (2006) faz uma pertinente observação. Segundo ele,

O meio rural brasileiro fora, desde sempre, uma fonte inesgotável de devotos, de religiosos e de apoio político e econômico para o catolicismo. Com o aumento da audiência das correntes marxistas junto ao campesinato, a Igreja via seu feudo, seu trabalho e mesmo sua sobrevivência, ameaçados (SILVA, 2006, p.218).

Por outro lado, a oposição a estes sindicatos era também uma forma do clero reforçar seus laços com o campesinato, assumindo o papel de protetor e até mesmo porta voz de um grupo por tanto tempo esquecido das esferas superiores do poder.

O movimento católico também encontrou respaldo e motivação com a publicação, em 1961, da encíclica *Mater e Magistra* do Papa João XXIII. O tema central do documento girava em torno dos problemas sociais oriundos do desenvolvimento capitalista a serem superados. Assuntos como reforma agrária e a situação dos trabalhadores rurais também são discutidos. Em contrapartida, um dos pontos altos da encíclica é a defesa da propriedade privada, a condenação do comunismo e o apoio à formação de sindicatos de orientação cristã.

Os religiosos paranaenses apropriaram-se das orientações presentes na *Mater et Magistra*. Porém, mais do que amenizar a crítica situação dos camponeses era preciso combater o avanço dos sindicatos ligados ao PCB que se multiplicavam na região. Neste sentido, em 1961, foi fundada a Frente Agrária Paranaense (FAP). Os então bispos de Maringá dom Jaime Luíz Coelho, dom Geraldo Fernandes de Londrina, dom Elizeu Simões de Campo Mourão e dom Geraldo de Proença Sigaud de Jacarezinho foram alguns dos principais idealizadores do organismo.

Segundo Alvarenga (2008), uma organização com objetivos tão ambiciosos não poderia nascer no anonimato, era preciso uma solenidade digna da batalha a ser travada. O dia 13 de agosto de 1961 foi escolhido para a cerimônia de fundação que consistiria em uma missa campal na praça da catedral de Maringá às 10 horas, churrasco e um desfile pelas principais avenidas a partir das 14 horas. Na imagem abaixo podemos ver parte do desfile realizado na ocasião.



Figura 6 - Desfile realizado por ocasião da fundação da Frente Agrária Paranaense na cidade de Maringá no dia 13 de agosto de 1961.

Fonte: Acervo Maringá Histórica.

Não por acaso naquele mesmo dia, na cidade de Maringá seria realizado o 2º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Paraná, cujo objetivo central era a preparação dos trabalhadores paranaenses para o 1º congresso da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), que se realizaria no mês de novembro do mesmo ano em Belo Horizonte. A tensão era evidente, receio que viria se justificar com o violento desfecho do episódio.

Diversas personalidades do cenário político, tanto estadual quanto nacional, vieram prestigiar as duas solenidades. Convidados do 2º Congresso de Lavradores, além de 2000 delegados de todo Paraná estiveram presentes o deputado Nestor Dutra, um representante do presidente da República e o famoso líder das ligas camponesas do nordeste Francisco Julião.

Segundo os religiosos da FAP, mais de 10 mil pessoas compareceram as festividades do seu lançamento, assim como autoridades religiosas de todo estado. Os discursos proferidos na ocasião ficaram por conta dos mentores da organização e giraram em torno dos problemas

enfrentados pelos trabalhadores e o caminho certo que estes deveriam seguir do cumprimento da ordem, do respeito mútuo das leis de trabalho.

Como já era de se esperar não faltaram ataques diretos ao denominado “congresso comunista” e principalmente à figura de Francisco Julião. Elaborando um discurso de total aversão aos comunistas, os religiosos mostravam-se como o único caminho para a resolução dos problemas que tanto castigavam a população rural.

Devido aos ânimos exaltados o confronto se tornou inevitável. O alvo principal, como não poderia deixar de ser, era Francisco Julião. Desde sua chegada ao aeroporto foi perseguido por muitos dos participantes do evento católico, estudantes, congregados marianos e religiosos. Os protestos contra a realização do congresso tomaram dimensões violentas, passando de uma manifestação “pacífica” à depredação pública e agressão física que resultou inevitavelmente no confronto com a polícia.

Na obra *A Igreja que brotou da mata: os 50 anos da diocese de Maringá*, o Padre Oriovaldo Robles menciona o episódio. Apesar de reconhecer a “reação feroz” desencadeada por estudantes e congregados marianos na ocasião, o autor chama atenção para alguns “exageros” presentes nos relatos de indivíduos que participaram do II Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Paraná. Segundo ele, a quantidade de alunos que pertenciam ao colégio Marista na época, que teriam tomado parte nas manifestações, sequer se aproximava da indicada nesses depoimentos. O número de religiosos envolvidos no enfrentamento com a polícia também é questionado pelo autor. Segundo ele, padres e estudantes mobilizados na ocasião, não passariam de três centenas, algarismo bem diferente do apresentado em outras versões do ocorrido. Para além das divergências apontadas na bibliografia pertinente, o autor opta por frisar o papel primordial desempenhado, tanto pela Igreja como pelo PCB, na trajetória do sindicalismo rural na região.

Apesar dos esforços da Igreja o congresso se realizou dentro do previsto. Na imagem abaixo²⁵, Francisco Julião discursa para os participantes do II Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Paraná.

²⁵ A edição de agosto de 1961 do jornal Terra Livre indica a presença do deputado Josué de Castro ao longo das solenidades do II Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Paraná ocorrido em Maringá. Juntamente com Francisco Julião e lideranças sindicais da região, o político e cientista foi indicado como membro da 4ª Comissão de Reforma Agrária formada na ocasião (TERRA LIVRE, Ago. 1961, p. 3).



Figura 7 – A imagem retrata o deputado Francisco Julião discursando durante o 2º Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Paraná realizado na cidade de Maringá
Fonte: Acervo Maringá Histórica.

O rápido crescimento dos sindicatos de orientação cristã ocorreu, em grande parte, devido aos serviços de assistência médica, educacional e jurídica que fornecia aos seus filiados. Em uma matéria publica pela Folha do Norte do Paraná em janeiro de 1963, o padre Osvaldo Rambo, orientador eclesiástico da organização, trazia maiores esclarecimentos sobre a assistência prestada pela Frente Agrária a seus filiados, segundo o religioso:

Somente na Diocese de Maringá, já existem atualmente 12 sindicatos rurais organizados, todos com boa atividade assistencial nos setores da saúde, assistência agro-pecuária e jurídica. Há um advogado da Frente em Maringá e um em cada cidade sede de núcleo ou Sindicato, que atendem aos lavradores com um pequeno desconto sobre os seus preços normais. Na assistência médica e dentária também há uma boa margem de desconto da parte dos profissionais encarregados do setor, havendo também contrato com farmácias, para aviamento de receitas. No setor técnico, há contato permanente da frente com agrônomos e veterinários, para uma assistência efetiva aos associados (FOLHA DO NORTE, Jan. 1963).

Apesar da luta entre comunistas e católicos permanecer acirrada, os primeiros se encontravam na liderança. Às vésperas do golpe civil-militar de 1964 os cristãos só haviam

fundado 46 sindicatos, dos quais apenas 8 haviam sido reconhecidos pelo Ministério do Trabalho contra 86 criados sob influência do PCB, dos quais boa parte já contava com registro legal.

Com a criação da FAP se deu a entrada oficial da Igreja Católica na corrida pela sindicalização. A cerimônia de fundação da Frente Agrária Paranaense é apontada pelo autor Antonio Roberto de Paula como “o fator determinante” para a criação do jornal “Folha do Norte do Paraná”. Segundo ele:

Não foi por acaso que em setembro daquele ano dom Jaime tivesse decidido levar adiante seu projeto de fundar a *Folha do Norte do Paraná*. O episódio havia dado ao bispo a exata dimensão da força da Igreja Católica no interior do Estado e ao mesmo tempo carregava de tintas a iminência do perigo comunista (PAULA, 2011).

A criação de um jornal católico e de grande abrangência promoveria não só a integração das centenas de células católicas pertencentes às dioceses do norte do Paraná, mas também seria um instrumento valiosíssimo para a difusão de informações cristãs e anticomunistas.

4.3 A IMPRENSA NA DEFESA DO SINDICALISMO CRISTÃO: A ATUAÇÃO DA FAP NAS PÁGINAS DA FOLHA DO NORTE DO PARANÁ

A Folha do Norte do Paraná atuou como um importante instrumento de propaganda da Frente Agrária Paranaense na luta contra a expansão dos sindicatos que contavam com o apoio do PCB na região. Ao longo da análise encontramos um vasto conjunto de informações, cujo conteúdo marcadamente anticomunista, nos permitiu vislumbrar algumas das características assumidas por tal embate. Através de diversos textos, manchetes, notícias e imagens aqui analisados pudemos constatar como se deu a atuação do periódico em meio a essa conjuntura.

Desde sua fundação em setembro de 1962 até o golpe civil militar de 1964 a Folha do Norte do Paraná dedicou-se com afinco a hostilizar os sindicatos de orientação comunista existentes na região, assim como a seus dirigentes e apoiadores. Analisaremos a seguir os

principais traços assumidos por tal conjunto de representações cujo principal objetivo, acreditamos, era desqualificar tais organismos frente à opinião pública.

As datas de comemoração do aniversário da FAP eram ocasiões privilegiadas para a intensificação das críticas e denúncias contra a infiltração comunista na região e conseqüentemente para a reafirmação de seu papel enquanto defensora dos trabalhadores, da democracia e dos valores cristãos. Em tais solenidades, nos anos de 1963 e 1964, o discurso anticomunista do periódico ganhou um reforço iconográfico. Foram publicados cartazes cuja clareza da mensagem a ser transmitida tornava ainda mais eficiente sua estratégia no combate ao comunismo.

A imagem abaixo foi publicada no dia 11 de agosto de 1963 por ocasião do segundo aniversário da organização. O objetivo era divulgar e convidar os associados para as festividades do Congresso dos Sindicatos Rurais Cristãos de Maringá e região que ocorreria naquele mesmo dia. As atividades teriam início às 10 horas com uma missa presidida por dom Jaime Luiz Coelho na catedral e se estenderiam pelo restante do dia. Mais do que um convite, a publicação visava convocar os trabalhadores rurais para protestar contra a postura atribuída ao Ministério do Trabalho, que segundo o periódico, se recusava a reconhecer os sindicatos cristãos.

A imagem retrata a organização como um braço forte que, sustentando com firmeza um dos principais símbolos do catolicismo, o crucifixo, subjuga o comunismo representado pela junção da foice e do martelo que simboliza a união de camponeses e operários. A afirmação que serve de legenda para a imagem “A cruz vencerá o comunismo” não deixa dúvidas sobre o resultado esperado em relação a batalha travada pelos representantes da Igreja Católica na região.



Figura 8 - Imagem comemorativa do 2º aniversário da Frente Agrária Paranaense publicada no jornal Folha do Norte do Paraná de 11 de Agosto de 1963
Fonte: Arquidiocese de Maringá.

No texto que acompanha a imagem, podemos perceber claramente o ressentimento e a revolta dos dirigentes da organização. Ele ilustra de maneira direta a postura combativa assumida pela FAP frente os sindicatos de orientação comunista e também ao Ministério do Trabalho, sobre o qual tece graves acusações.

PROTESTO do povo da lavoura contra o MINISTÉRIO DO TRABALHO que, com criminoso parcialidade ideológica, reconhece os sindicatos comunistas e se nega a reconhecer os sindicatos cristãos. Protestamos contra essa minoria do Governo Federal, que por meio de aparência legal, quer implantar o comunismo no Brasil. Queremos Sindicatos de Lavradores, não de iludidos e marginais (FOLHA DO NORTE, 1963, p. 8).

A luta em prol do reconhecimento dos sindicatos fundados pela FAP junto ao Ministério do Trabalho era uma das principais bandeiras da organização no período anterior ao golpe. De fato, no início de 1964, dos 46 sindicatos fundados pelos católicos apenas 8

contavam com o reconhecimento legal. Em oposição, boa parte dos sindicatos ligados ao PCB já se encontravam devidamente legalizados. Essa situação despertava a ira dos líderes católicos representantes da FAP que não pouparam críticas e denúncias em relação ao ministério. Para além dos trâmites legais exigidos de ambas as partes para a regularização de seus respectivos organismos, é interessante considerarmos também as relações políticas extraoficiais que permeavam este âmbito e que, acreditamos, ter influenciado o processo.

Segundo Silva (2006), nesse período os militantes comunistas da região possuíam boas relações com o governo federal. Suas ligações com o PTB local e a eficiência do recrutamento sindical, por eles desenvolvido, conferiram grande prestígio junto à presidência da República e a base aliada. A situação tornou-se ainda mais favorável para tais sindicatos em julho de 1963, quando o senador paranaense pelo PTB, Amaury de Oliveira e Silva, foi designado para o Ministério do trabalho. Em contrapartida, as relações entre os líderes religiosos locais e o Ministério deterioraram-se ainda mais nesse contexto. As duras críticas direcionadas ao ministro e ao governo federal, veiculadas, sobretudo, através da Folha do Norte do Paraná, são sintomáticas dessa postura.

Em artigo publicado na Folha do Norte do Paraná no dia 28 de julho de 1963, dom Jaime Luiz Coelho, visando justificar perante os leitores as denúncias levantadas contra o Ministério do Trabalho, transcreveu o conteúdo de um ofício enviado pelo SORS para a FAP em relação a supostas falhas no processo de reconhecimento do sindicato de Alto Paraná. O documento solicitava aos dirigentes do sindicato em questão que esclarecessem quais as funções do vice-presidente, do 2º secretário e do 2º tesoureiro. Solicitação que, nas palavras do bispo, tinha como único objetivo boicotar os sindicatos da Frente Agrária (UBINGE, SANTOS, 2007, p.33).

A imagem abaixo foi publicada no ano seguinte, por ocasião do terceiro aniversário da instituição. A foice e o martelo representando o comunismo foram novamente evocados, porém na ocasião foi conferido maior destaque à vitória cristã, leia-se, a tomada do poder pelos militares. O comunismo foi acusado de tentar roubar valores caros ao mundo cristão (Deus, família, pão e liberdade), no entanto a tentativa teria sido falha.



Figura 9 – Ilustração publicada em homenagem ao terceiro aniversário da FAP que destaca a consolidação da vitória cristã frente ao comunismo representada pela tomada do poder pelos militares em 1964 (FOLHA DO NORTE, 2 Ago. 1964, p.3)

O Texto que acompanhava a ilustração recordava a batalha travada pelos representantes da organização pouco tempo antes contra os chamados “sindicatos vermelhos”, porém o foco da publicação era destacar a derrota dos adversários, como pode ser observado no trecho abaixo:

Faz um ano, que a mesma FAP, que hoje jubilosa comemora seu 3º aniversário, protestou virilmente contra essa onda comunizante, que por meio de sindicatos vermelhos se espalhava pelo Brasil e pelo Paraná afora. O nosso protesto não foi ouvido por eles naquela ocasião. Mas hoje estão com a foice e o martelo quebrados. Pois onde está o tal advogado, onde está o vereador, onde estão os tais presidentes de sindicatos de Maringá? Uns estão presos, outros fugidos e foragidos, outros com ordem de prisão, mas todos, que nem criminosos, estão fora de seu campo de ação (FOLHA DO NORTE, 2 Ago. 1964, p.3).

As críticas aos sindicatos considerados comunistas foram estendidas também aos indivíduos que possuíam alguma relação de apoio ou até mesmo simpatia para com os organismos. Com base em ataques e críticas realizados em outros momentos pelo jornal, somos levados a crer que o advogado e o vereador a que o texto faz referência são Jorge Haddad e Bonifácio Martins. Ambos tiveram ativa participação no movimento sindical da

região e foram obrigados a evadir-se de Maringá após o golpe de 1964 em virtude da perseguição infringida pelo estado no período.

Os ataques aos sindicatos considerados comunistas não se restringiram às referidas datas. As solenidades realizadas em torno da fundação de sindicatos cristãos foram ocasiões privilegiadas para a veiculação de discursos anticomunistas por parte dos representantes da Igreja Católica na região. Nos pronunciamentos realizados pelas autoridades em tais eventos, as críticas aos sindicatos considerados comunistas eram frequentes. As cerimônias eram, em geral, presididas pelo orientador eclesiástico da FAP, padre Oswaldo Rambo, e contavam com a presença de autoridades políticas, religiosas e de lavradores tanto da cidade em questão como dos arredores.

Os discursos de abertura das solenidades, em sua maioria, ficavam a cargo do religioso e eram carregados de alertas, críticas e ataques aos sindicatos considerados subversivos. O conteúdo de tais arguições, ao menos aquelas parcialmente transcritas e publicadas pela Folha do Norte do Paraná, não apresentava grandes variações.

Em relação aos objetivos dos sindicatos cristãos eram destacados sempre seu caráter harmônico e conciliador em oposição à postura desordeira e extremista atribuídas aos organismos influenciados por comunistas. Em matéria a respeito da fundação do sindicato rural de Tamboara, publicada pelo periódico no dia 02 de abril de 1963, a fala do padre Oswaldo Rambo sobre as finalidades do sindicato sintetiza bem essa questão, segundo ele:

[...] a finalidade do sindicato, que não é o de lançar o homem do campo contra os seus patrões mas dentro da harmonia e do espírito de conciliação, solver os problemas que venham surgir prestando assistência jurídica ao trabalhador rural, que até a pouco tempo vivia ao Deus dará, e sem orientação técnica e hospitalar, tornando o homem do campo presa fácil da orientação subversiva [...] O sindicato visa, ao mesmo tempo orientar o povo ruralista, para que os incautos trabalhadores não caiam nas emboscadas de ‘pescadores de águas turvas’, o qual é a orientação extremista, cujo fim é alimentar a fogueira do ódio das classes (FOLHA DO NORTE, 02 Abr.1963, p.3).

A oposição entre os objetivos dos sindicatos classificados como cristãos e os tachados de subversivos foi um ponto reafirmado na maioria das matérias a respeito do tema que foram analisadas. Outro elemento enfatizado pelo periódico nesses espaços foi a convocação feita aos trabalhadores para que se unissem aos sindicatos cristãos constituindo uma frente de resistência e oposição aos sindicatos taxados de comunistas. No texto que abordava a

cerimônia de fundação da célula de Nova Esperança a fala do Dr. Saturnino de Paula Aguiar, evocada na publicação, ilustrava com clareza essa questão. Segundo o periódico, “em vibrantes palavras (...) concitou os presentes a se unirem em torno dos Sindicatos Cristãos, como uma frente contra os sindicatos subversivos” (FOLHA DO NORTE, 26 mar. 1963).

Como observa Silva (2006), a própria etimologia da palavra “frente”, adotada pelos bispos paranaenses para dar nome a sua organização, evoca a ideia de oposição, de tropas perfiladas face ao inimigo. Mais uma vez fica latente o caráter combativo da iniciativa católica no norte do Paraná.

No texto intitulado “Comércio enfrentando a nova orientação sindical” publicado na edição do dia 6 de maio de 1964 o orientador eclesiástico da FAP expressava juntamente com a sua satisfação pela “vitória do povo contra a comunização do país” referindo-se ao golpe civil-militar, as positivas perspectivas de mudança no cenário sindical da região. Em relação aos novos rumos tomados pelo movimento, o religioso afirma:

Para que doravante, em vez das lutas de classe e das reivindicações subversivas e demagógicas de orientação comunista, haverá relações sadias para com os empregadores na base da concórdia, da paz e da justiça social (FOLHA DO NORTE, 06 Mai.1964, p.2).

A ojeriza anticomunista na região, que foi direcionada, sobretudo contra os sindicatos considerados subversivos, foi expressa em diversas ocasiões através de manifestações públicas. A Folha do Norte do Paraná, cumprindo seu papel enquanto instrumento cristão na luta contra o comunismo realizou ampla cobertura de tais episódios.

“São Jorge em guerra contra o comunismo”: sob o elucidativo título o periódico publicou, no dia 01 de Abril de 1963, matéria sobre uma manifestação pública de repúdio à implantação de um sindicato rural identificado como subversivo na referida cidade. A cerimônia de fundação do novo órgão estava marcada para o dia 22 do mês anterior e, segundo o texto, contaria com a participação de “esquerdistas” de Maringá e de Mandaguaçu encarregados de encabeçar a “reunião vermelha”. A matéria abordava a revolta e a mobilização popular contra tal tentativa. A respeito do protesto, liderado, ao que tudo indica, pelas damas da cidade, mas que também teria contado com a participação de congregados marianos e estudantes, o jornal noticiou o seguinte:

Sábado, porém, gigantesca passeata das damas são jorgenses, cruzaram as ruas com dizeres de protesto ao sindicato vermelho. Tais como: “Deus é vida”, “O comunismo nega a Deus”, “O comunismo nega a vida”, “Acorda povo de São Jorge, conspiram contra a tua Pátria”, “O povo de São Jorge protesta contra o sindicato comunista”, etc (FOLHA DO NORTE, 01 Abr.1963, p.2).

O principal motivo da revolta, segundo a publicação, se deve ao fato de a cidade já possuir um sindicato rural que fora criado sobre a orientação da Frente Agrária Paranaense e que, apesar da sua atuação legítima, não havia sido reconhecido pelo governo por “motivos ideológicos”. Além das acusações de costume o texto identificava quatro elementos tachados de “socialistas” que fariam parte da nova agremiação.

Na edição do dia 24 de março de 1964 foi veiculada matéria intitulada “Povo de Ourizona Defende a Democracia” abordando o protesto realizado contra a fundação de um sindicato rural de orientação supostamente comunista. Descrevendo a inquietação das dezenas de pessoas que se aglomeravam na entrada da cidade a espera da “comissão comunista” que deveria trazer a carta sindical do organismo recentemente organizado no município o texto destacava o nervosismo, a indignação e a impaciência que tomava a todos. Segundo o texto, “Até as senhoras andavam com o porrete na mão” no intento de dar uma justa lição a quem merecia. Apesar das perspectivas pouco pacíficas para o desfecho do protesto o jornal justificava e legitimava a postura da população envolvida como se pode perceber no seguinte trecho:

Pois se os tais presidente da República, Ministro do Trabalho, prefeitos e chefes de Câmaras Municipais – com falsidade e traição, usando o dinheiro da nação, querem implantar a ditadura da república sindical, socialista comunista, então é com razão que o povo se levanta em defesa da democracia, da família, dos direitos particulares e da religião (FOLHA DO NORTE, 24 Mar.1964, p.2).

Na sequência, o jornal tecia uma série de críticas ao presidente João Goulart a quem caracterizava como esquerdista e atribuía “[...] intenções traiçoeiras, de lacaio de Cuba, e de vendedor do Brasil ao insaciável colonialismo socialista da Rússia” (FOLHA DO NORTE, 24 Mar.1964, p.2). O comportamento radical assumido pelos cidadãos de Ourizona na defesa da democracia era legitimado, segundo o jornal, frente à postura antipatriótica assumida pelos líderes políticos que deveriam zelar pela segurança e a ordem nacional. Advertindo as

autoridades políticas que prestaram apoio ao sindicato comunista o texto foi concluído com o seguinte provérbio: “Quem semeia ventos, colhe tempestades” (FOLHA DO NORTE, 24 Mar.1964, p.2).

No início do mês de abril de 1963 foram publicados três textos trazendo duras críticas à atuação do sindicato rural da cidade de Jandaia do Sul. As denúncias realizadas parecem ter sido, em parte, motivadas pela publicação de um artigo na seção curitibana do jornal Última Hora pelo assessor jurídico do referido sindicato Manoel Alberto de Azevedo Coelho. Nele o advogado denunciava supostas irregularidades no despejo de funcionários da fazenda Pacaembú no município de Bom Sucesso.

Em resposta à “absurda reportagem” (FOLHA DO NORTE, 03 Abr. 1963, p.2) um grupo de lavradores e moradores da fazenda enviou à redação da Folha do Norte do Paraná um abaixo assinado que foi publicado na íntegra pelo jornal na edição do dia 3 de abril. No texto que precede as assinaturas é negado qualquer tipo de prejuízo causado pelos proprietários aos trabalhadores. Pelo contrário, destacava a “paz e harmonia” em que viviam até a fundação do dito sindicato. Denunciava também o assédio sofrido pelos empregados para exigir dos patrões “coisas descabidas” assim como a incitação de revolta e atrito entre ambos. O autor assim se refere à atuação do sindicato alvo das acusações:

Nós precisamos de sindicato, mas de um SINDICATO no verdadeiro sentido da palavra, “Uma Organização Sindical que Oriente os Lavradores, que os Defenda, Dentro dos Princípios Democráticos e Cristãos”, e não como faz o sindicato rural de Jandaia do Sul, apregoando extremismos, instigando, e orientando para o lado mau, aos menos avisados (FOLHA DO NORTE, 03 Abr. 1963, p.2).

No dia seguinte o assunto foi novamente abordado em matéria intitulada “Sindicato de Trabalhadores Procura Lançar os Lavradores Contra Patrões em Bom Sucesso”. Com base na reportagem publicada no jornal da capital sobre as denúncias feitas contra os proprietários da fazenda Pacaembú, os repórteres da Folha do Norte do Paraná entraram em contato com trabalhadores da mesma para averiguar a situação. Em síntese, o texto se encarregava de desmentir a acusação e realizava novas denúncias em relação à atuação fraudulenta do organismo como fica evidente no trecho a seguir:

O que realmente está acontecendo é que homens indolentes em seus deveres e que simpatizam com “ideias avançadas” dos pregadores da revolução social, e aderindo as mesmas, saíram pregando as “boas novas” do Sindicato dos Trabalhadores em Lavouras de Café de Jandaia do Sul, “protetor” dos trabalhadores, que arranca 40 mil cruzeiros de indenização de um colono, e posteriormente entrega o indenizado somente 10 mil cruzeiros, abandonando a lavoura. Entretanto este sindicato trabalha ativamente para revoltar os colonos contra os seus patrões como é o caso de Rubens e Dante Pazzanese, proprietários da fazenda Pacaembú (FOLHA DO NORTE, 04 Abr.1963, p.4).

Na edição do dia 06 de Abril o jornal publicou matéria com o seguinte título: “Sindicato Rural de Jandaia do Sul Semeia Agitação e Discórdia”, nela a opinião do periódico sobre a suposta orientação subversiva do organismo aparece de maneira explícita. Em síntese, o texto reafirmava as pretensões maléficas dos líderes sindicais ao jogarem patrões contra empregados (FOLHA DO NORTE, 06 Abr. 1963, p.4). A recorrência com que o assunto foi abordado é apenas um dos fatores a ser considerado.

A atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no cenário político nacional do início da década de 1960 foi intensa. Mesmo na ilegalidade o partido conquistou um espaço significativo junto ao movimento popular. Em parceria com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) os comunistas detinham o controle de diversas organizações de trabalhadores rurais e urbanos por todo o país. Através de outras legendas diversos de seus militantes foram eleitos para cargos no legislativo ocupando postos importantes na estrutura do Estado (PANDOLFI, 1995, p.187).

Como mencionado, a Folha do Norte do Paraná não poupou esforços na denúncia da suposta “infiltração comunista” na região, sobretudo no meio sindical. Um caso em especial chamou nossa atenção, a intervenção policial desencadeada na cidade de Mandaguari, em fevereiro de 1963, que impediu a fundação de uma célula do Partido Comunista no município naquela ocasião. A insistência com que o assunto foi abordado e o tom agressivo empregado pela publicação tornou o episódio extremamente ilustrativo da postura assumida pelo periódico frente à “ameaça vermelha” na região.

A capa da edição do dia 12 de fevereiro de 1963 foi estampada com a seguinte manchete: “Mandaguari em Pé de Guerra com a Prisão de 25 Comunistas que Secretamente Elegiam Diretório” (FOLHA DO NORTE, 12 Fev. 1963, p.1). Segundo as informações contidas na matéria, o delegado de polícia de Mandaguari, Waldemar Lopes, havia recebido na semana anterior um ofício da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), do Paraná, solicitando a apuração de uma denuncia sobre a formação de um diretório do Partido

Comunista naquela localidade, a ser realizada no dia 10 do mesmo mês. No domingo, de acordo com as informações apuradas, o dispositivo policial da cidade surpreendeu na propriedade rural do senhor Antônio Mendonça Conde, presidente do sindicato rural do município, cerca de 30 pessoas que participavam da referida reunião. Segundo o jornal, com base na documentação apreendida e na declaração de vários dos presentes a suspeita foi confirmada (FOLHA DO NORTE, 12 Fev. 1963, p.4).

A matéria conferiu destaque especial à participação de duas mulheres que assessoravam os trabalhos, eram elas Otilia Rodrigues e Maria Severian, ambas residentes em Jandaia do Sul. A foto das duas foi publicada na capa da edição. Todos os presentes foram conduzidos à delegacia regional e fichados. Em relação à documentação apreendida foi destacada a presença de instruções para a arregimentação de novos militantes assim como um plano contendo as metas de recrutamento para o estado e um cronograma com datas e locais de futuras reuniões por toda a região. Antônio Mendonça Conde foi mencionado várias vezes como figura de proa do movimento comunista na região.

A parte final da matéria foi destinada a descrever a mobilização popular acarretada e o desfecho violento do episódio. O jornal noticiou com destaque a revolta da população enfatizando a ingenuidade dos trabalhadores que teriam se filiado ao sindicato desconhecendo a orientação comunista de seus líderes. Segundo o texto, um dos lavradores que solicitou o desligamento do órgão foi alvejado pelo secretário Antônio Daniel Soares que também teria descarregado seu revólver contra a multidão que se aglomerava em frente ao prédio. O agressor foi preso em flagrante e a população revoltada depredou a sede do sindicato (FOLHA DO NORTE, 12 Fev. 1963, p.4).

A edição do dia seguinte mencionava um certo clima de intranquilidade que estaria reinando no município por conta dos episódios mencionados. A manchete “Movimento Comunista e Greve dos Saqueiros Ainda Sacodem Mandaguari” trazia maiores informações sobre o desenrolar da greve iniciada pelos membros da categoria. O movimento reivindicatório foi apontado pelo jornal como “nascidouro” de todos os acontecimentos que abalavam o município, sua origem por sua vez, foi atribuída à ação de “elementos comunistas, conhecidos agitadores profissionais” (FOLHA DO NORTE, 13 Fev. 1963, p.4) que teriam se infiltrado no sindicato com o único objetivo de causar agitação. Podemos perceber que o objetivo do periódico era desqualificar completamente a ação dos comunistas, tanto que na matéria as reivindicações salariais dos saqueiros foram relegadas a segundo plano.

As matérias analisadas acima evidenciam o caráter simbólico e físico da luta empreendida pela Frente Agrária Paranaense contra os sindicatos de orientação comunista. Nesse embate, a Folha do Norte do Paraná desempenhou um papel central.

4.4 SOB O ESTIGMA DA “AMEAÇA VERMELHA”: A PERSEGUIÇÃO AOS COMUNISTAS NAS PÁGINAS DA FOLHA DO NORTE DO PARANÁ

O estigma da ameaça vermelha acompanhou diversas pessoas ao longo do século XX em nosso país. O rótulo de comunista foi atribuído indiscriminadamente a indivíduos de diferentes posições no campo da esquerda e até mesmo a pessoas que não pertenciam a ele. O que nos interessa destacar é o caráter negativo que acompanhou tal adjetivação e o papel fundamental da imprensa nesse processo. A Folha do Norte do Paraná lançou mão desse recurso na sua batalha contra a expansão das ideias comunistas na região. Dentre os exemplares analisados dois casos chamaram nossa atenção: o do jornalista João Rodrigues Rino e do vereador maringaense Bonifácio Martins, que descreveremos a seguir.

Na edição do dia 26 de outubro de 1962 a Folha do Norte do Paraná publicou a primeira de uma série de notícias abordando a prisão de um jornalista português, residente em Maringá, acusado de incitar os trabalhadores à agitação e a revolta e de redistribuir jornais comunistas como “Terra Livre” e “Novos Rumos”. De acordo com a matéria, no dia anterior, João Rodrigues Rino, descrito pelo periódico como um “conhecido agitador comunista”, teria sido preso em flagrante nas imediações da estação rodoviária da cidade ao instigar populares contra os Estados Unidos e a usar a violência na luta contra o atual regime vigente no Brasil. Autuado por infringir a lei 1802 (Lei de Segurança Nacional)²⁶, o jornalista foi levado para a delegacia onde permaneceu detido até a liberação do *Habeas Corpus* impetrado por seu advogado.

Segundo a matéria, ao ser libertado, o jornalista insultou o delegado Benjamim Alves Feitosa e os policiais presentes e só não foi preso novamente graças ao “espírito de tolerância e apaziguador” (FOLHA DO NORTE, 26 Out. 1962, p.4) da autoridade em questão. Na edição do dia seguinte, 27 de outubro de 1962, a Folha do Norte do Paraná publicou uma

²⁶ Lei nº 1.802, de 05 de Janeiro de 1953 – Art. 12. Incitar diretamente e de ânimo deliberado as classe sociais à luta pela violência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm>

reportagem baseada na opinião de membros da colônia lusitana em Maringá a respeito das atitudes do Sr. João Rino.

Partes dos depoimentos de dois indivíduos foram parcialmente transcritas na matéria, sendo que um deles, Sr. Manoel Maria Mendes, era cunhado do acusado. Além da condenação sumária em relação à atitude do jornalista, era clara a intenção do periódico de desqualificá-lo para além do âmbito político. Nesse sentido o trecho da fala do Sr. Manoel, que foi destacado no texto, é elucidativo. Referindo-se ao cunhado, declarou que este era:

péssimo pai de família, sendo que, por ver os maus tratos que João aplicava a seus familiares, levou sua irmã para São José do Rio Preto, onde adquiriu uma casa para que a mesma pudesse morar com seus filhos, sendo que as crianças foram internadas num colégio. O sr. Manoel Maria Mendes é funcionário da conceituada firma S. A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (FOLHA DO NORTE, 27 Out. 1962, p. 2).

Ao mencionar o vínculo profissional do entrevistado com a “conceituada” empresa é perceptível a tentativa de conferir ainda mais credibilidade ao seu depoimento. Ao destacar a opinião de membros da colônia portuguesa, todos contrários a atitude de João Rino, acreditamos que um dos objetivos do periódico era mostrar o repúdio com que o jornalista era tratado por seus próprios compatriotas.

Na edição do dia 30 do mesmo mês, foi publicada na coluna “Folhinhas” uma pequena nota extremamente curiosa sobre as justificativas apresentadas pelo jornal para confirmar a orientação comunista do jornalista português. O texto dizia o seguinte: “PORTUGUÊS JOÃO RINO é comunista mesmo: faz propaganda da Rússia, vende publicações ‘vermelhas’, faz propaganda do Dr. Salim Haddad e contrata o Jorge Haddad como advogado” (FOLHA DO NORTE, 30 Out. 1962, p. 2). Para além das acusações sobre a distribuição de publicações comunistas um novo elemento foi agregado ao discurso do jornal, a ligação, apresentada de maneira incriminadora, com os irmãos Salim e Jorge Haddad²⁷. Ambos considerados comunistas por sua atuação junto aos movimentos sociais na região, principalmente no meio sindical.

²⁷ Após o golpe de 1964 ambos foram enquadrados em Inquéritos Policiais Militares e obrigados a fugir da região. Jorge Haddad foi indiciado no inquérito conhecido como “Zona Norte do Paraná” juntamente com o vereador Bonifácio Martins, o líder sindical José Rodrigues dos Santos, o advogado José Lopes dos Santos e o comerciante Gregório Crispiano Sepulveda, todos residentes em Maringá.

Na quarta página da mesma edição foi publicada matéria sobre a nova apreensão do referido indivíduo. Sob o título: “Preso Novamente o Agitador Lusitano: Farto Material Subversivo Apreendido” o texto relembra o episódio anterior e dava detalhes sobre a nova prisão. Segundo o jornal, desta vez João Rino encontrava-se vendendo uma revista “tipicamente subversiva” intitulada “Problemas da Paz e do Socialismo” (FOLHA DO NORTE, 30 Out. 1962, p.4). Autuado em flagrante o jornalista foi levado à delegacia. Outro ponto destacado pela matéria, e que provavelmente justifica a publicação da pequena nota na segunda página, foi o fato de encontrarem um cartão do médico Salim Haddad em meio aos documentos apreendidos. Detalhe que não passou despercebido pelos responsáveis pela cobertura do episódio e que, também fizeram questão de destacar o estágio de alguns anos realizados pelo médico na capital soviética. A contratação de Jorge Haddad qualificado como “advogado das classes que lutam pelo socialismo” (FOLHA DO NORTE, 30 Out. 1962, p.4) também foi mencionada.

Outra figura, identificada como comunista na região e mencionada pela Folha do Norte do Paraná por sair em defesa do jornalista foi o então vereador Bonifácio Martins. Na coluna “Folhinhas” da edição do dia 1 de novembro de 1962 foi publicada a seguinte nota: VEREADOR BONIFÁCIO MARTINS está tentando, por todos os meios, obter um horário numa das emissoras locais para fazer a defesa do português João Rino, várias vezes preso por fazer agitação (FOLHA DO NORTE, 1 Nov. 1962, p.2).

A cobertura do caso se estendeu ainda pelo restante do mês de novembro. A publicação se encarregou de acompanhar o processo também no âmbito judicial²⁸. Na edição do dia 9 o jornal publicou na íntegra a denúncia apresentada pelo promotor público da 2ª Vara Criminal contra o português João Rodrigues Rino abrangendo os supostos delitos já mencionados (FOLHA DO NORTE, 9 Nov. 1962, p.4). No dia 14 do mesmo mês o periódico veiculou matéria intitulada “João Rino Declarou em Juízo Que Não é Comunista Nem Agitador” (FOLHA DO NORTE, 14 Nov. 1962, p.4), após resumir a trajetória do acusado o texto abordava o depoimento por ele prestado perante o juiz da 1ª Vara Criminal Dr. Zeferino Mozzato Krukolski. De acordo com a matéria, o jornalista alegou desconhecer as provas apresentadas, o advogado Jorge Haddad por sua vez alegou que a denúncia foi ilegítima, visto que vender jornais impressos nunca foi crime.

A postura insistente e ofensiva com que a Folha do Norte do Paraná abordou o caso em suas edições, o compromisso em desqualificar a figura do acusado atribuindo-lhe sempre a

²⁸ Infelizmente não foi possível localizar a documentação referente ao processo instaurado na ocasião.

pecha de “subversivo” e “agitador”, ao mesmo tempo em que destacava suas estreitas ligações com conhecidos “elementos comunistas” da região, revelam uma das faces assumidas pelo discurso anticomunista do periódico.

O caso da prisão de João Rodrigues Rino foi noticiado também em outros órgãos de imprensa, cujos pontos de vista eram completamente diferentes dos mantidos pela Folha do Norte do Paraná. O periódico comunista “Terra Livre” editado em São Paulo durante as décadas de 1950 e 1960, do qual o acusado recebeu o título de campeão de vendas do ano de 1962 (TERRA LIVRE, Dez. 1962) é um dos exemplos. Em sua edição de número 117 de dezembro daquele mesmo ano o jornal publicou uma ácida crítica às lideranças judiciais da região que mantinham preso um de seus revendedores.

A matéria intitulada “Continua preso incomunicável o jornalista Rodrigues Rino” (TERRA LIVRE, Dez. 1962) insistia no caráter arbitrário da prisão, assim como no desrespeito às liberdades democráticas e a livre circulação de revistas e jornais que ela representava. O texto destacava as “perseguições violentas” que João Rodrigues vinha sofrendo por parte da polícia local atribuindo ao delegado responsável pelo caso adjetivos como “nazista” e “jagunço”.

Outro ponto que nos chamou atenção na referida matéria foi a alusão feita à Folha do Norte do Paraná que, apesar de não identificada, nos permite vislumbrar uma dimensão do embate entre comunistas e católicos estendida também para o âmbito da imprensa escrita. Apesar de não ser o objetivo deste trabalho, é interessante observar que houve resposta por parte da imprensa de esquerda aos ataques realizados pelo jornal católico. Em relação à cobertura feita pela Folha do Norte do Paraná o jornal argumentava:

João Rodrigues Rino vem sofrendo pressões mais violentas a partir da fundação, na cidade, pelo clero católico a serviço da reação e do escravismo, de um jornal que utiliza suas colunas contra os interesses do povo, contra a reforma agrária e em benefícios de uns poucos latifundiários e burgueses que lucram mais com a miséria nos campos e nas cidades (TERRA LIVRE, Dez. 1962).

A postura atribuída à Folha do Norte do Paraná pelo periódico comunista nos permite ter uma noção do contraponto desse embate. As críticas levantadas, tão ácidas quanto as presentes na publicação católica, revelavam a preocupação com um adversário historicamente associado a forças reacionárias e burguesas. No entanto, assim como não podemos generalizar

o ponto de vista dos membros da Igreja Católica em relação às demandas sociais e ao comunismo seria equivocadamente acreditar que a opinião expressa na matéria acima sintetiza o parecer dos grupos de esquerda em relação à postura católica nesse âmbito.

O segundo caso a ser mencionado é o do vereador Bonifácio Martins. Assim como inúmeros outros migrantes que se deslocaram para a região na época, atraídos pelas possibilidades de crescimento financeiro, Bonifácio Martins mudou-se para Maringá no ano de 1955. Na jovem cidade passou a trabalhar como contador, atividade que desempenhou por muitos anos. Entretanto, como afirma DIAS (2014), foi por conta de sua destacada atuação política como vereador ao longo de dois mandatos que se tornou conhecido. Foi eleito pela primeira vez em 1956 através da legenda do Partido Republicano (PR) e manteve o posto na eleição seguinte, em 1960 pelo Partido Social Trabalhista (PST).

Sua atuação na Câmara dos vereadores foi marcada pela competência na fiscalização do executivo municipal e pela luta em prol das reivindicações populares. A organização do movimento sindical, tanto urbano como rural, em toda a região teve na figura de Bonifácio Martins um de seus principais expoentes.

Suas conhecidas ligações com o Partido Comunista Brasileiro e a atuante participação na criação de sindicatos não vinculados à iniciativa católica, tornaram-no um alvo frequente do discurso anticomunista da Folha do Norte do Paraná. No período imediatamente posterior ao golpe de 1964 as críticas tornaram-se mais contundentes. Em virtude das perseguições desencadeadas no período, o político e empresário maringaense foi forçado a evadir-se da cidade após o golpe, abandonando assim seu mandato, restituído de maneira simbólica recentemente.

Na edição do dia 2 de abril de 1964 foi publicada matéria na primeira página noticiando um protesto realizado pelos membros da Congregação Mariana de Maringá contra o vereador Bonifácio Martins. O objetivo principal da reunião, realizada na noite anterior na Catedral Nossa Senhora da Glória seria, de acordo com o jornal, o de “consignar um voto de repúdio contra a atitude indigna do vereador comunista” (FOLHA DO NORTE, 2 Abr. 1964, p.1).

A revolta dos congregados marianos teria sido motivada por uma série de críticas tecidas pelo político à figura do bispo dom Jaime Luiz Coelho em uma das reuniões da Câmara Municipal na mesma semana. O texto não menciona o teor do discurso pronunciado pelo referido vereador, limita-se apenas a caracterizar sua atitude como “injusta e asquerosa”. Segundo o jornal, uma das deliberações da reunião foi a de enviar ao órgão municipal um ofício de agradecimento aos políticos que se levantaram em defesa do bispo na ocasião. Na

página 5 da mesma edição foi publicada uma nota de solidariedade à figura do líder religioso. Nela a Juventude Estudantil Católica e a Juventude Universitária Católica expressaram seu apoio a dom Jaime Luiz Coelho e o repúdio às palavras do vereador Bonifácio Martins.

Na edição do dia 17 de abril de 1964 foi publicada matéria sobre o pedido de cassação do mandato do mesmo encaminhado ao presidente da câmara por um grupo de vereadores. O teor do documento lido em plenário foi transcrito pelo jornal e se encontrava dividido em três partes que tratavam respectivamente, da denúncia, do pedido de cassação e do prazo para a defesa do acusado.

No que tange à denúncia, os vereadores envolvidos apontavam os pronunciamentos feitos por Bonifácio Martins, tanto da câmara como através das rádios Cultura e Difusora de Maringá como evidências de sua ideologia comunista assim como de “seu desejo de que seja implantado no Brasil um regime ditatorial, comunista e marxista” (FOLHA DO NORTE, 17 Abr. 1964, p.2). Considerando tal comportamento, descrito como subversivo, e as prerrogativas do Ato Institucional criado em 9 de abril de 1964, o documento solicitava a cassação do mandato de Bonifácio Martins, assim como a suspensão de seus direitos políticos pelo período de dez anos. Em conformidade com o Regimento Interno da Câmara o acusado teria o prazo de cinco dias para apresentar sua defesa, caso contrário o pedido seria encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça.

Bonifácio Martins, assim como outros envolvidos no movimento sindical da região, foram indiciados pelo Inquérito Policial Militar conhecido como “Zona Norte do Paraná” por suas atividades consideradas subversivas. Toda documentação relacionada ao inquérito e ao processo posteriormente instaurado (nº489/69) encontra-se hoje disponível para pesquisa no Arquivo Edgar Leuenroth (UNICAMP). Com base nessa documentação foi possível verificar o andamento do pedido de cassação efetivado por integrantes do legislativo Maringaense, visto que tais documentos foram anexados ao processo.

O parecer emitido pela Comissão de Legislação e Justiça no dia 28 de Abril de 1964 estabelecia que a denúncia deveria ser remetida aos comandantes-chefes do Alto Comando Revolucionário para a devida apreciação. Segundo o documento, no caso em questão o regimento interno do órgão não conferia poderes suficientes a seus membros para a cassação do mandato do referido vereador.

Encontramos, juntamente com exemplares da denúncia e do parecer concedido pela comissão, um ofício datado de 8 de maio de 1964 que foi encaminhado ao então Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. O documento apresentava ao militar o projeto de resolução referente à cassação do mandato do vereador Bonifácio Martins na

espera de um parecer favorável ou instruções cabíveis para a situação. O ofício foi assinado pelo presidente da casa, Dr. Jorge Sato e endereçado ao Palácio da Alvorada em Brasília.

Segundo informações coligidas por Dias (2014), existem indícios de que tal documentação não teria sido sequer despachada. Nesse sentido, o historiador argumenta que a Câmara Municipal de Maringá não cassou o mandato de Bonifácio Martins. Ela apenas convocou seu terceiro suplente, o médico Dirceu Galli, visto que, os dois primeiros, José Rodrigues dos Santos e José Lopes dos Santos, vivenciavam situação semelhante a do vereador ausente. Bonifácio Martins retornou para São Paulo onde restabeleceu sua vida profissional como contador. O processo originado do Inquérito Policial Militar no qual foi indiciado teve seguimento nos meios judiciais. Em 1970 foi condenado a três anos de prisão. Apesar de manter endereço conhecido em São Paulo, foi detido apenas em março de 1972 e encaminhado para o Presídio do Ahu em Curitiba, onde cumpriu pena por um ano e meio.

As acusações levantadas contra Bonifácio, tanto no âmbito judicial como civil, refletiam um contexto marcado pelo medo e pela arbitrariedade de um governo ditatorial responsável por criminalizar qualquer tipo de luta política e cidadã. Sua atuação no meio sindical, inúmeras vezes tachada de subversiva, contribuiu para consolidar um movimento de reivindicação e luta por melhores condições de vida e trabalho em toda região.

4.5 O GOLPE DE 1964 E A PERSEGUIÇÃO AOS LÍDERES SINDICAIS NO PARANÁ

O golpe de 1964 iniciou um capítulo obscuro da história do nosso país. Perseguições políticas e judiciais, prisões arbitrárias, sequestros, violências diversas e assassinatos marcaram duas décadas de regime militar. O Paraná também foi palco dos crimes cometidos pelo Estado nesse período. Segundo dados levantados pelo Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos humanos “[...] de 1964 a março de 1969 ocorreram 2.726 detenções no Paraná de pessoas suspeitas de contestação do regime militar. Outras 975 prisões foram efetuadas no mesmo período, além de 97 prisões a partir de 1975” (HELLER, 1988, p.370).

A Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e posteriormente o Centro de Operação de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações Internas (DOI), implantado no estado em 1971, com o apoio das forças policiais, foram os órgãos responsáveis pela repressão no Paraná. Assim como no restante do país, a perseguição

infringida por estes organismos contra aqueles que, em sua perspectiva, representavam uma ameaça para ordem estabelecida foi permeada por práticas violentas. A institucionalização da tortura é apenas um dos exemplos que podemos mencionar.

Inúmeros inquéritos foram instaurados nesse período para apurar suspeitas de subversão. Apesar de não serem os únicos atingidos, os membros do Partido Comunista Brasileiro foram os elementos mais visados pelas forças repressivas nesse contexto. O caso do político Genecy de Sousa Guimarães é apenas um, dentre os vários que poderiam ser citados como exemplo da ação repressiva desencadeada no Paraná durante a ditadura (SILVA, 1996).

Fundador do sindicato dos metalúrgicos de Londrina e vereador pelo MDB, Genecy de Sousa, foi sequestrado em setembro de 1967 e conduzido até o quartel do exército em Apucarana. Lá foi submetido a um interrogatório permeado por ameaças e choques elétricos para que admitisse sua militância e entregasse outros companheiros. Como não obtiveram os resultados desejados o acusado foi transferido para o quartel da Polícia do Exército na Praça Rui Barbosa em Curitiba.

Após 40 dias de violência e incomunicabilidade entre a pequena cela dividida com outros presos e as sessões de tortura no DOI-CODI foi transferido para o Presídio do Ahu onde permaneceu por mais de 18 meses. Quando julgado sob acusação de tentar reorganizar o Partido Comunista no Estado, foi condenado a 2 anos de prisão. Como já havia cumprido a maior parte da pena foi posto em liberdade. De volta a Londrina o ex-vereador sentiu na pele as dificuldades geradas pelo estigma de ser comunista e ex-presos político.

Abordando, ainda que brevemente, a ditadura militar no Paraná, não poderíamos deixar de mencionar um de seus momentos mais emblemáticos. Em setembro de 1975 foi desencadeada no Estado a Operação Marumbi. De acordo com as autoridades, o objetivo da ação era prender pessoas acusadas de tentar reorganizar as bases do partido comunista na região. A operação se estendeu por pelo menos treze cidades, dentre as quais Curitiba, Londrina e Maringá e durou aproximadamente um mês. Mais de cem pessoas foram presas, desse montante, 65 foram indiciadas dando início ao IPM 745.

Com base na documentação relacionada, o historiador Leandro Brunelo sustenta que “o inquérito policial-militar visava incriminar os candidatos emedebistas eleitos em 1974, acusando-os de conluio com os militantes comunistas” (2009, p.139). Segundo o autor, parte da “motivação” dos órgãos de segurança que conduziram a operação pode ser encontrada no resultado das eleições de 1974, na qual a esquerda conseguiu eleger a maioria de seus candidatos. Portanto, sob a ameaça evidente de perder sua posição, o Governo militar instaura a Operação Marumbi visando, mais do que perseguir comunistas, desarticular a oposição

oficial que ganhava cada vez mais força e apoio popular, abrindo caminho para restabelecer um governo democrático no país.

Após todo o tramite legal dos depoimentos policiais e judiciais a sentença para os 65 indiciados foi dada. Vale ressaltar que todas as petições dos advogados de defesa para a anulação do processo foram recusadas, assim como as denúncias feitas pelos acusados foram desconsideradas. Dezesete pessoas foram condenadas a penas que variavam de 2 a 4 anos de reclusão, enquanto os demais foram absolvidos. Os advogados dos condenados entraram com recurso junto ao Superior Tribunal Militar que, baseado na lei de anistia, em 30 de agosto de 1979 decretaram a extinção da punibilidade, pondo fim ao IPM 745.

Em 1964 iniciou-se uma nova fase na trajetória do Partido Comunista Brasileiro. A instauração do Regime Militar foi um duro golpe na vida dos organismos que integravam a esquerda nacional e vivenciavam os benefícios de um governo consideravelmente tolerante. O status de “semilegalidade” (SILVA, 1996) desfrutado pelo Partido Comunista Brasileiro, em virtude das boas relações travadas com o governo federal, foi definitivamente perdido. Sua estrutura foi quase que totalmente desmantelada, e a maioria de seus membros forçados a fugir constantemente da perseguição infringida pelos órgãos de segurança.

Com a dura repressão desencadeada a partir de então a situação no meio sindical mudou drasticamente. Muitos destes organismos sofreram intervenção e foram desativados, como ocorreu em Maringá. Com os comunistas fora do jogo, presos ou foragidos, a Igreja Católica alcançou a tão almejada hegemonia no movimento sindical paranaense. A FAP estendeu sua vida útil até 1969, prestando os costumeiros serviços assistencialistas ao trabalhador rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O anticomunismo foi um elemento marcante na história política do Brasil republicano. Um fenômeno complexo cujo poder de mobilização desempenhou um papel central em diversas conjunturas nacionais e internacionais ao longo do século XX. Compreender o funcionamento de suas engrenagens, assim como a abrangência de seus desdobramentos tem despertado o interesse de inúmeros pesquisadores. As possibilidades de análise interdisciplinar e a vasta quantidade de materiais que podem ser explorados pelo historiador dentro desta perspectiva, só tem enriquecido o campo da pesquisa histórica no Brasil.

A imprensa escrita foi um dos principais veículos de propagação das ideias anticomunistas no país. Inúmeros jornais, revistas e folhetos se encarregaram de criar e reproduzir representações negativas do comunismo e dos comunistas. A construção de significados que permeia o discurso jornalístico contribuiu para moldar um imaginário social no qual a ideia da “ameaça vermelha” se consolidou com êxito. Por sua vez, o combate à alardeada ameaça foi utilizado como justificativa para o golpe civil militar de 1964 e para a instauração de uma ditadura que se prolongou por mais de duas décadas. O combate ao comunismo e a subversão como um todo, foi por muito tempo utilizado para legitimar a existência e a atuação arbitrária de um governo que se dizia o único capaz de manter a ordem e a segurança nacional, frente a um inimigo descrito como extremamente sorrateiro e perigoso.

Compreender as raízes dessas experiências autoritárias, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, tem aumentado a demanda por estudos focados no anticomunismo. O presente trabalho encontra-se inserido neste contexto. Ao analisarmos as representações anticomunistas veiculadas pelo jornal Folha do Norte do Paraná buscamos, dentre outras coisas, compreender os diversos elementos que sustentaram essa postura. O diálogo constante com o contexto histórico em que os exemplares foram produzidos e postos em circulação foi uma das preocupações centrais de nossa análise.

O início da década de 1960 foi um período conturbado, tanto no cenário político nacional como internacional. O embate ideológico entre as duas superpotências mundiais no período, Estados Unidos e URSS, assumiu contornos intensos. Na América, principalmente após a Revolução Cubana de 1959 e a consolidação de um regime socialista na ilha, o governo estadunidense desenvolveu uma agressiva política externa voltada para o combate ao comunismo em todo o continente. No Brasil, o apoio norte americano foi fundamental para a

gestação e o desfecho do golpe civil militar de 1964. Fosse por meio de iniciativas oficiais como a Aliança para o Progresso ou através do suporte, financeiro e ideológico, concedido a organizações de cunho anticomunista, a atuação do governo estadunidense desempenhou um papel chave nessa conjuntura.

Os ataques e críticas tecidos contra o governo cubano, que foram divulgados pela Folha do Norte do Paraná precisam ser pensados nesse contexto. O conteúdo marcadamente anticomunista de diversos artigos, manchetes, notícias e quadrinhos aqui abordados reflete essa conjuntura. A análise desse material revelou uma empenhada tentativa de desqualificar o governo e o regime socialista cubano perante a opinião pública brasileira.

Nos três meses que precederam o golpe de 1964 o país foi palco de uma intensa campanha contra o presidente João Goulart. Nesse contexto, o temor em relação a uma possível Revolução comunista foi diariamente fomentado pela imprensa nacional, embora, não apenas por ela. A Folha do Norte do Paraná esteve engajada nessa cruzada anticomunista.

Desde suas primeiras edições, denúncias contra a “infiltração do credo vermelho” no país foram divulgadas. Porém, entre o final de 1963 e os primeiros meses de 1964 a temática foi massivamente abordada. A insistência na ideia de que o Brasil e, sobretudo, o governo estaria infiltrado por comunistas, o apoio conferido à atuação de organizações anticomunistas por todo o país e o destaque dado às críticas e ataques da oposição, sintetizam a tônica do discurso assumido pelo periódico nessa conjuntura. Acreditamos que o medo gerado em torno dessa suposta “ameaça” foi a chave para desencadear o poder de mobilização que o anticomunismo assumiu nessa conjuntura.

Ao reproduzir, ainda que parcialmente, textos e matérias publicados em jornais de circulação nacional a Folha do Norte do Paraná acabou assumindo características do discurso anticomunista destes veículos de comunicação. Nesse sentido, muitas das posições apresentadas pelo periódico, principalmente em relação ao comunismo como uma ameaça interna e externa, como vimos no terceiro capítulo, estavam em sintonia com o que era divulgado pela grande imprensa brasileira. No entanto, isso não isenta a linha editorial das escolhas realizadas, este alinhamento tem muito a nos dizer sobre os pontos de vista adotados pelo periódico.

Outra característica marcante da publicação era a afinidade com os princípios cristãos. Acreditamos que a influência católica dentro da própria estrutura do jornal tenha desempenhado um papel de grande relevância no discurso por ele assumido. Por mais que o periódico tenha permanecido por pouco tempo sob a tutela oficial da diocese, seu comprometimento com os valores religiosos foi preservado.

O catolicismo foi uma das principais matrizes de produção de representações anticomunistas no Brasil. Grande parte das representações anticomunistas analisadas por este trabalho apresentavam elementos associados ao imaginário católico. Tais imagens possuíam um apelo muito maior junto a uma população predominantemente cristã. Não surpreende que as mais significativas manifestações anticomunistas realizadas no período tenham envolvido diretamente componentes desse universo. A realização das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” por todo país ilustram com clareza esse fenômeno. A ideia de combater um inimigo que ameaçava os pilares da civilização cristã (religião, propriedade e família) angariou muitos adeptos nesse contexto.

No norte do Paraná, entre os principais representantes da Igreja mobilizados na luta contra o comunismo, um em especial foi alvo da nossa atenção. A história da Folha do Norte assim como a própria trajetória de Maringá dificilmente seria compreendida satisfatoriamente dissociada da ilustre figura do bispo dom Jaime Luiz Coelho. Na jovem “cidade canção” ele assumiu uma postura de liderança política e religiosa sem precedentes. Nos textos por ele assinados nunca fez questão de esconder sua ojeriza pelo comunismo, no entanto, protagonizou episódios no mínimo intrigantes sobre suas posições políticas. Como por ocasião da greve envolvendo a Cia Norpa Industrial, deflagrada no ano de 1968, em Maringá (DIAS, 2003, p.171), quando o religioso posicionou-se a favor dos trabalhadores, mesmo consciente de que o movimento fora articulado pela Ação Popular.

Para além das peculiaridades da personalidade do religioso, precisamos considerar a sua atuação enquanto membro de uma instituição maior. Qual o posicionamento assumido oficialmente pela Igreja em relação ao comunismo nesse período? Como vimos ao longo do trabalho, a Igreja Católica no Brasil no início dos anos de 1960 abrigava em suas fileiras religiosos e leigos que possuíam concepções diferentes sobre o papel da instituição junto à sociedade e sobre a realidade nacional. É importante ter noção dessa multiplicidade de posicionamentos, pois apesar das declarações oficiais da instituição que, via de regra, carregavam a opinião do setor predominante no período, não existia unanimidade em relação às decisões tomadas.

Religiosos por todo país encararam de maneiras diferentes os desafios postos pela modernidade. As estratégias empregadas no combate ao comunismo também foram diversas. Sem desconsiderar as diretrizes mais amplas que nortearam esse processo, precisamos ter em mente a relevância de análises focadas no âmbito regional para compreender as especificidades dessa atuação.

O monstro, em tons carregados de vermelho, com o qual nos deparamos, sobretudo nos editoriais dos primeiros anos de circulação da Folha, nos pareceu um tanto quanto agigantado, mesmo em tempos de Guerra Fria. Proporcional talvez a batalha reivindicada pelos líderes católicos da região. Não podemos perder de vista que inúmeros grupos usaram a luta contra o comunismo para construir sua própria identidade, adquirir coesão interna e ganhar o reconhecimento da sociedade. A possibilidade de estreitar os laços com o campesinato, de representá-lo e até mesmo tornar-se seu porta voz foram hipóteses certamente consideradas tanto pelos líderes católicos do norte do Paraná como pelos militantes comunistas que atuavam na região.

Diante do que foi exposto, algumas questões nos parecem pertinentes: Quais os reais interesses de ambas as partes envolvidas na contenda? Seriam mesmo os comunistas a “ameaça” alardeada pelos representantes da Igreja Católica na região? Seriam estes movidos por interesses outros que não o bem estar dos trabalhadores e a difusão do ideário cristão? Acreditamos que existiu aí uma combinação de fatores. Motta (2002, p. XXIV) nos fala sobre a intrincada mistura que dá origem à motivação anticomunista, sobre manipulação e convicção que se combinaram em diferentes proporções ao longo da história. Adotando tal perspectiva conseguimos perceber a riqueza impar dos estudos regionais sobre o fenômeno.

Podemos apontar alguns elementos que possivelmente contribuíram para o posicionamento e a atuação de ambos os grupos. Em relação aos membros do PCB que ocuparam cargos de liderança junto aos sindicatos rurais no norte do estado, não podemos desconsiderar a influência das linhas políticas assumidas pelo partido a nível nacional ao longo de sua história, como mencionado. No entanto, observando as lutas travadas por estes organismos percebemos que a sua preocupação estava muito mais voltada para as necessidades pontuais dos trabalhadores, como a conquista de melhores salários e de uma legislação trabalhista para o campo, do que com a deflagração de uma possível revolução agrária. Acreditamos que o contato direto com a realidade enfrentada pelos trabalhadores rurais, nesse contexto, tenha exercido um peso muito maior na atuação destes militantes, do que as diretrizes estabelecidas pelo partido.

Na luta contra o avanço da influência comunista os religiosos do norte do Estado contaram com o apoio de muitos proprietários de terra, que viam seus interesses ameaçados pelo crescimento dos sindicatos. A defesa da propriedade enquanto esteio da família cristã e o temor em relação à ideia de reforma agrária era um importante ponto de conciliação entre ambos. O apoio financeiro concedido por estes proprietários aos empreendimentos católicos também precisa ser considerado.

O golpe político militar de 1964 interrompeu o processo democrático que vinha se desenvolvendo a passos lentos em nosso país, assim como a ascendente trajetória do Partido Comunista Brasileiro. Jogado na ilegalidade, vítima de perseguições políticas e judiciais o PCB viveu momentos difíceis, perdeu inúmeros militantes, sentiu na pele mais do que nunca o estigma da ameaça vermelha difundida pelo Estado para justificar suas atitudes arbitrárias.

Apesar de ter sido objeto e alvo do discurso jornalístico ao longo de toda sua existência, raras foram as ocasiões em que o Partido Comunista Brasileiro teve voz. Os sentidos que foram construídos a seu respeito, na maioria das vezes seguindo uma orientação extremamente tendenciosa, não permitiram que viesse a tona a sua versão dos fatos, como se essa não existisse. A voz do partido se limitou à circulação da sua própria imprensa, que atingia predominantemente filiados e simpatizantes.

Os vários grupos que contribuíram para a formação do imaginário anticomunista brasileiro agiram, como foi demonstrado, por interesses distintos. No entanto, as consequências para os elementos que se enquadravam na designação “comunista” foram irreversíveis. O estigma da “ameaça vermelha” se consolidou na sociedade brasileira de tal forma que resiste a ação do tempo. Não é difícil encontrar associações pejorativas em relação ao comunismo que perduram até os dias atuais.

Municiando diariamente seus leitores com informações anticomunistas a Folha do Norte do Paraná atuou como um importante instrumento na luta declarada contra o avanço da influência comunista na região. As críticas aos sindicatos rurais influenciados pelo PCB, estendida também a muitos indivíduos que atuavam a seu favor e que foram tachados de “comunistas”, com toda carga negativa que periódico insistia em atribuir ao termo, deram a tônica ao discurso anticomunista alimentado pelo jornal.

Os cadernos da Folha do Norte do Paraná representam uma rica e pouco explorada fonte documental, principalmente para os pesquisadores que se dedicam à história regional. Esperamos que o presente trabalho sirva de estímulo para que novas pesquisas sejam realizadas neste âmbito.

FONTES

FOLHA DO NORTE DO PARANÁ. Maringá, set. 1962 a set. 1965.

TERRA LIVRE. São Paulo, dez. 1962.

TERRA LIVRE. São Paulo, ago. 1961.

UNICAMP. Arquivo Edgar Leuenroth. Processo BNM n°69 e n°745.

ASSIS, A. A. **Entrevista realizada por Angélica de Brito**. Maringá, 29 nov. 2014.

MARTINS, B. **Entrevista concedida a João Laerte Lopes Leal, José Henrique Rollo Gonçalves e Reginaldo Benedito Dias**. Maringá, set. 1995.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Selma Carmen Alcântara. **A atuação da Igreja Católica no processo de organização dos sindicatos de trabalhadores rurais do norte do Paraná 1960-1969: o caso da Frente Agrária Paranaense**. Maringá, 2008. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História – Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

ALVES, Marcio Moreira. **Cristo do povo**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1967.

BARÃO, Carlos Alberto. A influência da revolução cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 1960. In: QUARTIM DE MORAES, João; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **História do marxismo no Brasil, o impacto das revoluções**. 2ª. ed., Campinas, editora Unicamp, 2003. p. 229-278.

BARBOSA, Everton; PEÑA, Luciana. **Jaime: uma história de fé e empreendedorismo**. Maringá: Editora DNP, 201.

BERTONHA, João Fábio; MUNHOZ, Sidnei J. Impérios da Guerra Fria. In: CABRAL P. R.; MUNHOZ, S. J.; SILVA, F.C.T. (Org.). **Impérios na História**. Rio de Janeiro: Campus Editora, 2009. p. 319 – 330.

BERTONHA, João Fábio. **Rússia: Ascensão e Queda de um Império**. Curitiba: Jurua, 2009.

BLANCO, Abelardo; DÓRIA, Carlos A. **Revolução cubana: de José Martí á Fidel Castro (1868 – 1959)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na terra das Araucárias**. Maringá: Eduem, 2009.

CARNEIRO, Renato A. **A Liga Eleitoral Católica e a participação da Igreja Católica nas eleições de 1954 para a prefeitura de Curitiba. História: Questões e Debates.** Curitiba, n.55, p. 137-161, 2011.

CODATO, Adriano N.; OLIVEIRA, Marcos R. **A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Direitas em movimento. A campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.19-100.

CRESPO, Regina A. **Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimentos histórico e cultural.** In: JUNQUEIRA, Mary A.; FRANCO, Stella M.S. (orgs.). Cadernos de Seminários de Pesquisa. São Paulo: USP-FFLCH, 2011. (v.2).

DIAS, Reginaldo Benedito. **Fundamentos para a restituição simbólica do mandato parlamentar a Bonifácio Martins,** 2014. Disponível em: <http://www.uem.br/images/stories/2014/bonifaciomartins-cv-1.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

DIAS, Reginaldo Benedito. **A trajetória do PT em Maringá: da fundação à conquista da prefeitura.** Perseu. São Paulo, n°7, ano 5, p.227-256, 2011.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Da arte de votar e ser votado: as eleições municipais de Maringá.** Maringá: Clichetec, 2008.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná.** Maringá: Eduem, 2003.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DUQUE ESTRADA, Jorge F. D. **Terra crua.** Curitiba: edição do autor, 1961.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GONÇALVES, Angelo Barreiro. **A Igreja Católica e o golpe de 1964.** Akrópolis. Umuarama, v.12, n.1, p. 49-56, 2004.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. **A “mística do pioneirismo”, antídoto contra o socialismo: Bento Munhoz da Rocha Neto, a reforma agrária e o norte do Paraná nos anos 50 e 60.** Revista de história regional. Ponta Grossa, v.2, n°1, p. 145-171, 1997.

HELLER, M.I. **Resistência democrática: a repressão no Paraná.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOWY, Michael. **Marxismo e cristianismo na América Latina**. Lua Nova. São Paulo, n°19, p. 5-21, 1989.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. **Representações da mulher no jornal Folha do Norte do Paraná**. In: PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio (Orgs.). **Instituições e sociabilidades: religião, política e juventudes**. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2013. P. 123 – 143.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política**. Lócus, v.30, n.1, p. 17-27, 2010.

MOREIRA, Luiz Felipe V.; QUINTEIROS, Marcela C.; SILVA, André L. R. da. **As relações internacionais da América Latina**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MUNHOZ, Sidnei J. **A Construção do Império Estadunidense**. In: CABRAL P. R.; MUNHOZ, S. J.; SILVA, F.C.T. (Org.). **Impérios na História**. Rio de Janeiro: Campus Editora, 2009. p. 245 – 258.

NUNES, P. A. G. **Golpe civil-militar e repressão no imediato pós-golpe em Minas Gerais**. Cadernos do Tempo Presente. Rio de Janeiro, n.12, 2013.

OLIVEIRA, Marylu A. **A cruzada antivermelha – democracia, Deus e Terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960**. Teresina, 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado). Universidade Federal do Piauí.

PAIXÃO, Letícia A. **Fogo na roça: desastres ambientais no estado do Paraná (1963)**. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 2011. Maringá. Anais...Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011, p.906.

PANDOLFI, D. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará e Fundação Roberto Marinho, 1995.

PAULA, Antonio Roberto de. **O jornal do Bispo: a história da Folha do Norte do Paraná**. (*online*) Disponível em: <http://jornaldobispo.blogspot.com/>. Acesso em: 24 mar. 2011.

PEREIRA, Henrique A. A. R. **Contendo a Revolução: a Aliança para o Progresso e o treinamento militar dos EUA na América Latina**. História: Debates e Tendências – v. 10, n. 2, p. 308-320, 2010.

PESAVENTO, Sandra J. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PORTELLI, Hugues. **Os socialismos no discurso social católico**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

PRIORI, Angelo. **O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo**. Maringá: Eduem, 2011.

PRIORI, Angelo [et al.] **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **História regional dimensões teórico-conceituais. História: debates e tendências**, Passo Fundo, v.1, n.1, p.15-22, 1999.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Fundação Getúlio Vargas. 1996.

ROBLES, Orivaldo. **A Igreja que brotou da mata: os 50 anos da diocese de Maringá**. Maringá: Dental Press, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Passo Fundo: Ediuf, 1998.

RODEGHERO, Carla Simone. **Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.22, n.44, p.463-488, 2002.

SALEM, H. (Coord.). **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Debates, 1981.

SAMUEL, Raphael. **Documentação, história local e história oral**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9, n.19, p. 219-243, 1989.

SILVA, Ana Cristina Teodoro da. **Introdução à análise das imagens da imprensa**. In: PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio (Orgs.). Instituições e sociabilidades: religião, política e juventudes. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2013. P. 103-122.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi, 1996.

SILVA, Wellington Teodoro da. **Diálogo por cima dos muros: as encíclicas de João XXIII e o desenvolvimentismo católico brasileiro**. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 8, p. 211-225, 2010.

TONELLA, Celene; LILLALOBOS, João U.G.; DIAS, Reginaldo B. **As memórias do sindicalista José Rodrigues dos Santos: as lutas dos trabalhadores rurais do Paraná**. Maringá: Eduem, 1999.

UBINGE, Genivaldo; SANTOS, Marcos Roberto Almeida dos. **Queridos diocesanos: 50 textos selecionados de Dom Jaime Luiz Coelho**. Maringá: Clichetec, 2007.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: memórias de um repórter**. Rio de Janeiro: Record, 1988.